



PLANO CONJUNTO DE TRANSIÇÃO

Preparando uma nova parceria em um Timor-Leste de paz e estabilidade



Governo da República Democrática de Timor-Leste e
Missão Integrada das Nações Unidas em Timor-Leste (UNMIT)

19 set 2011

Governo da República Democrática de Timor-Leste e
Missão Integrada das Nações Unidas em Timor-Leste (UNMIT)

PREFÁCIO

Transição para nova parceria em um Timor-Leste de paz e estabilidade

A sólida parceria entre Timor-Leste e as Nações Unidas teve seu início com o apoio da organização à luta de Timor-Leste pela independência e a histórica consulta popular de 1999. Desde então, as Nações Unidas vêm trabalhando em colaboração estreita com o povo de Timor-Leste para ajudar a manter e promover a paz e a segurança e construir instituições nacionais resilientes.

O progresso alcançado por Timor-Leste nessas metas tem sido acelerado. O esforço audaz em prol da estabilização e recuperação produziu nítidos resultados em termos de estabilidade e crescimento econômico, permitindo ao país se concentrar agora em seu Plano de Desenvolvimento Estratégico a longo prazo.

Esse contexto de aperfeiçoamento acelerado significa que chegou o momento de uma mudança de enfoque nas relações entre nós, o Governo de Timor-Leste e as Nações Unidas. De fato, tudo no momento atual indica que o país está pronto para o encerramento da missão de manutenção da paz – Missão Integrada das Nações Unidas em Timor-Leste (UNMIT). Por isso, já iniciamos o planejamento conjunto para a retirada da UNMIT até dezembro de 2012.

O Plano Conjunto de Transição é um dos produtos chaves da nossa colaboração até a data de hoje. O documento reflete um encontro de mentes resultante de um trabalho de diversos colegas atuando em sete temas conjuntamente definidos com o objetivo de mapear as prioridades e objetivos a serem definidos até a retirada da UNMIT. O grupo descreve também, com detalhes, as maneiras pelas quais o trabalho da UNMIT estará concluído até dezembro de 2012 ou transferido a entidades parceiras depois dessa data. Para garantir que o planejamento reflita as realidades em franca evolução, este plano é um documento vivo, sujeito a eventuais revisões e ajustes durante a marcha da transição e servindo de base para consultas com entidades parceiras, inclusive a sociedade civil e entidades doadoras bilaterais e multilaterais.

O planejamento antecipado e incluso da transição posiciona o Timor-Leste no coração da agenda internacional de políticas referentes aos vínculos entre a paz, a estabilidade, a transparência e o desenvolvimento. Trata-se também de um testemunho do papel global do país na promoção de princípios internacionais de boa parceria, como provado pela presidência do grupo de países G7 e classificação de Timor-Leste em primeiro lugar na Ásia e terceiro lugar no mundo entre as nações mais observantes dos padrões de transparência da EITI.

A retirada planejada da UNMIT nos proporciona uma ocasião para refletir sobre as muitas conquistas de Timor-Leste desde 1999 e sobre as oportunidades e desafios que nos esperam. Ao abraçar esta nova fase em nossas relações, celebramos o que já conseguimos conquistar e nos posicionamos com prontidão para a continuação de uma sólida parceria no futuro.



José Manuel Ramos-Horta
Presidente da República Democrática de Timor-Leste



Kay Rala Xanana Gusmão
Primeiro-Ministro da República Democrática de Timor-Leste



Ameerah Haq
Representante Especial do Secretário-Geral para o Timor-Leste

ÍNDICE

Sumário executivo 6

Introdução 8

Contexto. 10

TEMAS

Polícia e segurança

 UNPOL/PNTL 13

 Segurança 16

Estado de direito, justiça, direitos humanos 18

Governança democrática 22

Desenvolvimento sócio-econômico 25

Apoio à missão e logística 27

Treinamento para funcionários Timorenses. 31

Impacto na economia local 33

MATRIZ DE ATIVIDADES

Polícia e segurança

 UNPOL/PNTL 36

 Segurança 40

Estado de direito, justiça, direitos humanos 42

Governança democrática. 45

Desenvolvimento sócio-econômico 48

Apoio à missão e logística 49

Treinamento para funcionários Timorenses. 51

Impacto na economia local 52

ANEXO

Resolução 1969 do Conselho de Segurança da ONU 54

Disposições pós-UNMIT 57

Política da UNMIT para capacitação nacional (ENG). 59

Siglas (ENG) 61

SUMÁRIO EXECUTIVO

Garantindo a transição de manutenção da paz para segurança sustentável, paz e desenvolvimento

O Timor-Leste mudou muito desde 2006. Dili, a capital, é hoje uma cidade com intensa movimentação econômica e o país se prepara para as eleições nacionais em 2012 em clima de paz e estabilidade. À luz dessa evolução positiva, o papel das Nações Unidas em Timor-Leste está mudando. Consequentemente, o Governo e a UNMIT começam a planejar a retirada da Missão do país, projetada para o final de 2012. O planejamento das duas entidades é orientado por quatro premissas:

- A estabilidade conquistada prevalece;
- as eleições nacionais são conduzidas em conformidade com padrões internacionais;
- Um governo é constituído baseado no resultado das eleições;
- A oposição política tenha espaço para se manifestar, conforme princípios democráticos.

FINALIDADE E CONTEÚDO DO PLANO

Para possibilitar uma transição suave, o Governo e a UNMIT estabeleceram um mecanismo conjunto para o planejamento e implementação da transição, que é o Comitê Superior de Transição (HLC), co-presidido pelo Presidente e Primeiro Ministro de Timor-Leste e o Representante Especial do Secretário-Geral (SRSG). O HLC coordena as atividades de sete grupos de trabalho, cada um com enfoque numa área central do processo de transição. Cada grupo de trabalho tem seus "pontos focais" (indivíduos ou grupos) no Governo e na ONU. Esses sete temas centrais são:

- Polícia e segurança
- Estado de direito, justiça e direitos humanos
- Governança democrática
- Desenvolvimento sócio-econômico
- Apoio à missão e logística
- Treinamento para funcionários Timorenses
- Impacto na economia local

A finalidade do Plano Conjunto de Transição é ajudar na implementação e monitoramento das providências de conclusão e transferência das atividades da UNMIT antes da retirada da mesma. Cada grupo de trabalho elaborou uma lista de necessidades, objetivos e ações prioritárias que o Governo e a UNMIT devem adotar até o final de 2012 para alcançar as metas acordadas. Os grupos de trabalho elaboraram também um inventário de atividades da UNMIT que estabelece prazos para providências de conclusão ou de transferência das atividades, garantindo a continuidade das atividades prioritárias.

Para uma transição suave entre o trabalho de manutenção da paz (peacekeeping) e as atividades de construção do Estado

(statebuilding), o Country Team da ONU reuniu esforços com a UNMIT e definiu os recursos necessários para as atividades que os membros desejam reforçar durante o período de 2012 a 2014, em conformidade com o Pacto de Desenvolvimento de Dili e as ações previstas no Plano Governamental de Desenvolvimento Estratégico 2011-2030.

TEMAS

Polícia e Segurança

O tema Polícia e Segurança inclui dois grupos de trabalho: polícia e apoio ao setor de segurança. O planejamento transicional do setor polícia é concentrado no Plano Conjunto de Desenvolvimento PNTL/UNPOL (JDP). O JDP estabelece um programa amplo de capacitação para a polícia nacional concentrado em legislação, treinamento, administração, disciplina e operações. Depois de 2012, o Centro de Treinamento da PNTL continuará a oferecer aprimoramento e treinamento para oficiais de polícia timorenses. Durante o período de transição, a UNPOL manterá suas atividades de apoio operacional, quando necessário e conforme solicitação governamental, inclusive durante o período eleitoral de 2012.

O grupo de trabalho de apoio ao setor de segurança definiu três objetivos para o resto do mandato da UNMIT, a saber: reforço do quadro jurídico do setor de segurança, criação de unidades para supervisionar a implementação de regras e regulamentos e fortalecimento da vigilância civil através de capacitação das equipes atuantes em instituições do setor de segurança. O plano evidencia a necessidade de continuar algumas das atividades atuais da UNMIT para além de 2012.

Justiça, Estado de Direito e Direitos Humanos

Dentro do tema Justiça, Estado de Direito e Direitos Humanos, as prioridades identificadas pelos pontos focais incluem uma maior solidificação das instituições de justiça e mecanismos de responsabilidade jurídica, como por exemplo a Procuradoria Geral da República; aumento do acesso à justiça pela população no país inteiro e adoção de leis essenciais ainda pendentes. Em termos de continuidade operacional, os parceiros bilaterais e órgãos da ONU planejam continuar seu trabalho em apoio das instituições do poder judiciário. Quanto aos direitos humanos, o Alto Comissariado de Direitos Humanos vem estudando a possibilidade de abrir uma filial (Country Office) em Timor-Leste, a pedido do Governo.

Governança Democrática

O grupo de trabalho de Governança Democrática concordou em priorizar quatro áreas durante o período de transição, que inclui apoio para as eleições nacionais de 2012; transparência e combate à corrupção; aumento da capacitação da sociedade civil e promoção de uma cultura de governança democrática em Timor-Leste. Os trabalhos da segunda área enfocarão o recém-criado Tribunal de Auditoria e as atividades com a sociedade civil darão ênfase especial à educação cívica. No que se refere a uma cultura de governança democrática, o

grupo de trabalho apóia instituições capazes de assumir atividades prioritárias.

Desenvolvimento Sócio-Econômico

O mandato da UNMIT na área de Desenvolvimento Sócio-Econômico se concentrou primordialmente no suporte técnico ao Programa de Prioridades Nacionais, sucedido pelo atual Plano de Desenvolvimento Estratégico 2011-2030, e assessoria estratégica para assuntos sócio-econômicos, inclusive as Metas de Desenvolvimento do Milênio. Essas funções serão majoritariamente transferidas para os órgãos nacionais equivalentes, especialmente o Ministério das Finanças, que continuará a contar com o apoio de parceiros multilaterais.

Missão e Logística

Apoio à Missão e Logística são componentes vitais do processo de transição. O Plano Conjunto de Transição estabelece um plano de ação para a colaboração entre o Governo e a UNMIT para devolver instalações policiais conjuntas para a PNTL, apoiar o Governo na provisão de serviços vitais de apoio atualmente fornecidos pela UNMIT e os custos associados (inclusive suporte para infra-estrutura, redes de comunicações, transportes aéreos e terrestres, serviços de informações

geográficas e tradução) e preparar o apoio operacional para a presença da ONU em Timor-Leste para além de 2012.

Treinamento para funcionários Timorenses

Como parte do planejamento transicional, a UNMIT já iniciou um amplo programa de treinamento e reforço de habilidades para sua equipe nacional, que inclui mais de 900 pessoas. Como definido no capítulo Treinamento de Staff Timorense, algumas dessas atividades também se aplicam às equipes do Governo ou outras instituições nacionais. Essas incluem sessões formais em sala de aula, treinamento dentro do local de trabalho e suporte para capacitação com metas definidas.

Impacto na Economia Local

O foco do grupo de trabalho Impacto na Economia Local é uma análise do impacto da retirada da UNMIT na economia timorense. Os primeiros estudos sugerem que o impacto será limitado e localizado. A prioridade será auxiliar as pessoas diretamente afetadas pela retirada a encontrar novas oportunidades de emprego no setor público ou setor privado.

INTRODUÇÃO

Traçando uma abordagem conjunta para o planeamento estratégico de retirada da Missão

HISTÓRICO E FINALIDADE

O progresso alcançado por Timor-Leste desde 2006 foi tremendo. Os campos para pessoas deslocadas, que dominavam a capital do país, estão agora fechados e desde então não se registrou nenhum episódio significativo de desordem pública. Além disso, as eleições de 2007 foram pacíficas e seguidas por eleições locais (Sucos), em 2009. O país agora se prepara para as eleições presidenciais e parlamentares, na primeira metade de 2012. Todas as partes interessadas já demonstraram um claro compromisso com eleições livres, justas e pacíficas. Ao mesmo tempo, o governo vem investindo pesadamente em ações em prol do desenvolvimento sócio-econômico.

Existe um amplo consenso de que Timor-Leste está caminhando para uma nova fase de sólidas instituições governamentais, durante a qual não será mais necessária a presença de entidades internacionais de manutenção da paz. De fato, a reconfiguração do apoio da UNMIT ao Governo timorense já está em andamento, com a transferência das responsabilidades policiais à PNTL ocorrida em 27 de março de 2011.

À luz desses acontecimentos, o Governo de Timor-Leste e a liderança da UNMIT concordaram em iniciar os planos para a retirada da Missão. Os membros do Conselho de Segurança da ONU concordaram com esse posicionamento durante a discussão sobre a resolução 1969. Nessa resolução, o Conselho de Segurança da ONU renovou o mandato da UNMIT para mais um ano, até fevereiro de 2012, com o entendimento de que a Missão começaria a planejar sua transição.

Em consulta com o Governo, a Missão prevê o início de uma retirada gradual para o período imediatamente após as

eleições de 2012, com o objetivo de encerrar as operações até o final daquele ano. Esta visão é orientada por quatro premissas relacionadas aos eventos que ocorrerão em 2012, a saber:

- Primeiro, que a estabilidade prevaleça;
- Segundo, que as eleições nacionais ocorram em conformidade com padrões internacionais;
- Terceiro, que um Governo seja constituído com base no resultado das eleições;
- Quarto, que a oposição política tenha espaço para atuar de acordo com princípios democráticos internacionais.

Para facilitar o processo de transição, o Governo de Timor-Leste e a UNMIT estabeleceram um Comitê Superior (HLC) de Transição, co-presidido pelo Presidente o Primeiro Ministro de Timor-Leste e a Representante Especial do Secretário Geral (SRSG). O HLC conduziu sua reunião inaugural em 17 de setembro de 2010. No primeiro encontro de trabalho, ocorrido em 25 de novembro de 2010, o HLC identificou sete áreas principais e centrais para o processo de transição da UNMIT: Polícia e Segurança; Estado de Direito, Justiça e Direitos Humanos; Governança Democrática; Desenvolvimento Sócio-Econômico; Apoio à Missão e Logística; Treinamento para Staff Nacional da UNMIT; e Impacto na Economia Local. O HLC também nomeou pontos focais do lado do Governo e do lado da UNMIT para cada área e designou o Primeiro Ministro Adjunto e o Chefe de Gabinete da UNMIT como pontos focais gerais da transição. Além disso, o Ministro de Relações Exteriores e Chefe de Gabinete da UNMIT foram designados como pontos focais do Governo e da UNMIT para as providências da ONU em Timor-Leste na fase posterior à UNMIT.

TEMAS E PONTOS FOCALIS PARA A TRANSIÇÃO

	TEMA	PONTO FOCAL NO GOVERNO	PONTO FOCAL NA ONU
1	Polícia e segurança	Francisco Guterres Secretário de Estado para Segurança Julio Tomas Pinto Secretário de Estado para Defesa	Luis Carrilho Comissário de Polícia Eric Brandenburg Consultor Especial, Apoio ao Setor de Segurança
2	Estado de direito, justiça, direitos humanos	Lucia Lobato Ministra da Justiça	Louis Gentile Chefe, Direitos Humanos/ Justiça Transicional
3	Governança democrática	Hernani Coelho Gabinete do Presidente	Ken Inoue Chefe, Apoio para Governança Democrática
4	Desenvolvimento sócio-econômico	João Gonçalves Ministro da Economia e Desenvolvimento	Matthias Leitner Oficial Sênior de Coordenação
5	Apoio à missão e logística	Emilia Pires Ministra das Finanças	Amadu Kamara Chefe de Apoio à Missão
6	Treinamento	Bendito Freitas Secretário de Estado para Treinamento Profissional e Empregos	Terence Rolfe Chefe, Centro Integrado de Treinamento para a Missão
7	Impacto na economia local	João Gonçalves Ministro da Economia e Desenvolvimento	Rui Gomes Chefe, Unidade Policial em Prol dos Pobres, UNDP
	Disposições pós-UNMIT	Zacarias Albano da Costa Ministro das Relações Exteriores	Toby Lanzer Chefe de Gabinete

Depois do trabalho inicial conduzido pelos grupos de trabalho nas sete áreas, o HLC solicitou no segundo encontro de trabalho, em 1º de fevereiro de 2011, a criação de um Plano Conjunto de Transição para guiar a retirada gradual e a retirada final da UNMIT.

O plano organiza o processo de transição ao longo das sete áreas principais identificadas pelo HLC. Como resultado de uma consulta estreita entre o Governo e a UNMIT, acompanhada de consultas a outros parceiros relevantes¹, os pontos focais identificaram:

- Necessidades prioritárias que deverão ser contempladas em cada uma das sete áreas antes da partida da UNMIT,
- Objetivos essenciais da colaboração Governo-UNMIT nessas áreas,
- Ações que serão tomadas até dezembro 2012, e
- Implicações em termos de recursos.

O plano destaca temas em relação aos quais as instituições timorenses necessitarão de apoio continuado além de 2012 e providências de transferência para instituições parceiras relevantes dentro e fora da ONU.²

O plano inclui uma matriz de atividades UNMIT em cada área, cronogramas para conclusão de cada atividade e providências de transferência. Os anexos são a Resolução 1969 do Conselho de Segurança da ONU, uma nota sobre possíveis providências da ONU pós-UNMIT e a estratégia da UNMIT para aumentar a capacitação nacional.

METAS ESTRATÉGICAS

A meta estratégica do processo de transição é promover um processo tranquilo de redução de atividades e retirada da UNMIT, em coordenação plena com os atores e prioridades nacionais. A finalidade do Plano Conjunto de Transição é estabelecer, em primeiro lugar, o tipo de suporte ideal a ser fornecido até a conclusão do mandato da UNMIT, em dezembro de 2012 e, em segundo lugar, uma transferência eficaz e adequada do apoio da UNMIT, para o qual haja necessidade além do término da Missão, para as instituições governamentais, parceiras bilaterais e multilaterais, órgãos da ONU e sociedade civil além do prazo de encerramento da Missão.

TRANSIÇÃO E PLANEJAMENTO DA ONU

Os objetivos previstos no conteúdo específico do Plano Conjunto de Transição que versa sobre atividades substantivas desempenhadas pela UNMIT em apoio à consolidação

da paz e estabilidade como, por exemplo, as áreas de Polícia e Segurança, Estado de Direito/Justiça/Direitos Humanos ou Governança Democrática, foram basicamente extraídos de instrumentos de planejamento pré-existentes que orientam o trabalho da UNMIT. Esses instrumentos incluem o “Orçamento da UNMIT para o Período de Julho de 2011 a Junho de 2012” e o “Quadro Estratégico Integrado das Nações Unidas para Timor-Leste Janeiro 2011 - Dezembro 2012”, que definem as áreas prioritárias de trabalho da ONU em apoio ao Programa de Prioridades Nacionais do Governo e seu sucessor, o Plano de Desenvolvimento Estratégico 2011-2030, assim como o Acordo de Policiamento Suplementar de 2006 e trocas subsequentes de cartas. Como guia operacional para a transferência do papel da UNMIT em Timor-Leste para outras instituições, o Plano Conjunto de Transição não substitui a visão abrangida nesses instrumentos definidores de prioridades.

PRINCÍPIOS ORIENTADORES

O reforço da capacitação do país e suas instituições, conforme solicitado pelo Governo, é um princípio fundamental que orienta a estratégia da ONU em Timor-Leste. Esse princípio está na base da abordagem global do plano de transição. O enfoque da UNMIT até dezembro de 2012 será o apoio às instituições timorenses para capacitação institucional e de pessoal, especialmente nessas áreas mencionadas, em conformidade com os requisitos do Governo, o Pacto de Desenvolvimento de Dili e o Plano de Desenvolvimento Estratégico 2011-2030. A estratégia da UNMIT para o reforço da capacitação nacional está incluída no anexo.

MONITORAMENTO ESTRATÉGICO

O HLC monitorará a implementação do Plano Conjunto de Transição. Cada um dos sete grupos de trabalho, compostos de pontos focais do Governo e da ONU, conduzirá um monitoramento contínuo do progresso de sua área e fornecerá relatórios aos pontos focais gerais a cada trimestre. Em suas reuniões trimestrais, o HLC fará uma revisão do progresso geral na implementação do plano e fornecerá orientação e direção estratégicas para os grupos de trabalho.

Sob os auspícios do HLC, o Governo de Timor-Leste e a ONU continuarão a monitorar a situação no país e alterar o plano de transição conforme as necessidades. O objetivo é garantir o alinhamento do planejamento de transição com os acontecimentos e necessidades reais do dia-a-dia.

¹ As entidades parceiras fizeram consultas com pontos focais da ONU e Governo, inclusive órgãos e programas da ONU, países membros da ONU e agências bilaterais e multilaterais de ajuda internacional.

² Certos componentes do trabalho da UNMIT estão fora do âmbito de trabalho dos sete grupos. Um desses componentes é a função de “good offices”, implementados diretamente pela SRSG para facilitar o diálogo político, se necessário e quando requisitado. Outra faceta do trabalho da UNMIT fora do plano conjunto de transição tem a ver com comunicações e informações públicas, como por exemplo programas de rádio e televisão da UNMIT e atividades de capacitação para jornalistas timorenses. É provável que alguns desses aspectos do trabalho da UNMIT apareçam paralelamente com atividades prioritárias destacadas no plano de transição durante as discussões sobre a configuração da presença da ONU em Timor-Leste pós-UNMIT.

CONTEXTO

Progresso rumo à paz, estabilidade e crescimento

PAZ E ESTABILIDADE

As relações entre o Timor-Leste e as Nações Unidas sempre foram marcadas por um espírito de estreita colaboração. Desde 1999, quando da consulta popular organizada pela ONU que deu origem à nação independente de Timor-Leste, em 2002, o país foi anfitrião de diversas operações políticas e de manutenção de paz das Nações Unidas, além da presença constante do Country Team da ONU. Como operação de manutenção da paz, a UNMIT foi autorizada pelo Conselho de Segurança da ONU, Resolução 1704 (2006), como resposta à crise interna que afligiu o Timor-Leste em abril e maio de 2006.¹ A crise se transformou em uma luta entre a polícia e os militares, resultando em um colapso da lei e da ordem perpetrado em parte por jovens descontentes. A reação foi a investida da UNMIT como entidade responsável pela provisão de serviços policiais e de segurança pública em Timor-Leste até que a polícia nacional (PNTL) fosse reconstituída e capacitada para assumir essas funções de maneira plena.

Desde 2006, o Timor-Leste vem conseguindo dar passos importantes em prol de uma paz e estabilidade sustentadas. Seus líderes políticos estão comprometidos com eleições livres e pacíficas, com renúncia à violência. Em 2008, durante as tentativas de assassinato do Presidente e do Primeiro Ministro, as instituições do setor de segurança conseguiram passar em seu primeiro teste importante desde a crise de 2006. Em maio de 2009, a PNTL deu início ao processo gradual de retomada das responsabilidades policiais básicas nos distritos e unidades, com plena retomada da autoridade policial em 27 de março de 2011. Nenhum aumento nas taxas de crime foi registrado desde essa retomada.

ACONTECIMENTOS POLÍTICOS

Os últimos anos também foram palco de uma solidificação das instituições de governança democrática em Timor-Leste, com eleições pacíficas em 2007 que levaram ao estabelecimento de um novo Governo e uma oposição ativa, assim como

eleições bem sucedidas nos Sucos, em 2009. Hoje o país conta com novas e importantes instituições como, por exemplo, a Comissão Anti-Corrupção. Além disso, os órgãos eleitorais nacionais melhoraram sua capacitação para organizar as eleições presidenciais e parlamentares de 2012, em conformidade com padrões internacionais. O Timor-Leste também já conseguiu progressos significativos no estabelecimento de relações com parceiros bilaterais e regionais.

ACONTECIMENTOS ECONÔMICOS

O Governo de Timor-Leste tem um compromisso com o desenvolvimento do país e vem alocando recursos orçamentários significativos para promover seu crescimento sócio-econômico, inclusive um fundo especial para infra-estrutura e verbas para projetos de desenvolvimento nos vários distritos. Apesar disso, permanecem vários desafios. Cerca de 41% da população timorense vive abaixo da linha nacional de pobreza e os índices de desemprego entre jovens, mortalidade materna e desnutrição infantil permanecem altos. Essas carências constituem uma alta prioridade para o Governo e seus parceiros de desenvolvimento nos próximos anos. A expectativa é de que o crescimento da economia, abastecida pelos recursos naturais do Timor-Leste, possibilitará ao Governo as ferramentas necessárias para continuar a melhorar as condições de vida da população de uma maneira sustentável. O Plano Nacional de Desenvolvimento Estratégico para 2011-2030, criado para transformar Timor-Leste num país de renda média, eliminar a pobreza extrema e diversificar a economia nacional, foi lançado oficialmente em julho de 2011.

O Governo também está empenhado em investir em capacitação para recursos humanos e já estabeleceu um fundo especial para esse fim. A UNMIT e outros órgãos da ONU expressaram seu pleno apoio ao Governo nessa área e em outras áreas como investimentos em educação, especialmente no nível elementar, além de escolas profissionalizantes e formação de habilidades para o mercado de trabalho.

1 A Força Internacional de Estabilização (ISF) também foi empregada em 2006 para atender a um pedido do Governo para a criação de uma força de segurança multinacional para auxiliar com operações de estabilidade em Timor-Leste.

1 TEMAS

POLÍCIA E SEGURANÇA (UNPOL/PNTL)

Transformando a UNPOL para capacitar a PNTL

CONTEXTO E ÊXITOS ALCANÇADOS

A Resolução 1704 do Conselho de Segurança da ONU, de 25 de agosto de 2006, determinou que a polícia das Nações Unidas (UNPOL) auxiliasse a polícia nacional timorense (PNTL) na restauração e manutenção da segurança pública através de atividades policiais interinas. A UNPOL também foi encarregada de criar programas de capacitação para profissionais policiais, em preparação para a plena reconstituição da PNTL. Desde o restabelecimento imediato da ordem, em 2006, o êxito mais significativo desse trabalho tem sido a manutenção sustentada de um ambiente seguro, documentado pela redução das taxas de crime durante esse período. O Governo de Timor-Leste e a UNPOL estabeleceram um processo de certificação para oficiais da PNTL que inclui triagem, avaliação, treinamento e certificação, com exclusão de qualquer oficial envolvido em conduta criminal ou violação de direitos humanos e um sistema transparente para garantir responsabilidade pelos atos praticados.

Em termos de capacitação, mais de 500 programas de treinamento foram criados e ministrados desde janeiro de 2007 para aperfeiçoar habilidades policiais em todas as áreas inclusive administração, comunicações, questões de gênero, direitos humanos, aplicação da lei, operações, transportes e controle de armas. Enquanto isso, uma equipe de representantes do Governo de Timor-Leste, PNTL, UNMIT e UNPOL conduziram levantamentos em campo nos distritos e nas unidades com o objetivo de avaliar a prontidão da PNTL para retomar suas responsabilidades policiais em todo o território nacional. O processo de retomada teve início com a entrega das responsabilidades de policiamento da UNPOL para a PNTL no distrito de Lautem maio 2009. Foi concluído em 27 de Março de 2011, com a PNTL a responsabilidade de retomar o policiamento para todos Timor-Leste. Durante todo esse período não houve nenhuma mudança marcante na situação de segurança ou perturbação significativa da ordem pública em nenhum dos distritos reassumidos.

NECESSIDADES PRIORITÁRIAS ATÉ DEZ 2012

Um dos objetivos essenciais da UNPOL até o final de 2012 é fazer o possível para garantir que a PNTL conte com a capacitação operacional e administrativa suficiente para conduzir todos os aspectos das funções de uma polícia nacional. Desde a conclusão da transferência das responsabilidades primordiais em todos os distritos e unidades, em março de 2011, o papel da UNPOL, em conformidade com uma troca de correspondência datada de 26 de março de 2011 entre o Governo de Timor-Leste e a UNMIT, tem sido o de prestar apoio e assistência para um maior desenvolvimento e reforço da capacitação da PNTL com enfoque em cinco temas primordiais: legislação, treinamento, administração, disciplina e operações, prosseguindo, ao mesmo tempo, com o apoio operacional necessário em diversas circunstâncias limitadas e específicas e de acordo com as solicitações da PNTL.

Para enfrentar as lacunas e desafios dessas cinco áreas

prioritárias identificadas pela PNTL em seu Plano de Desenvolvimento Estratégico de novembro de 2010, a PNTL e a UNPOL formularam o JPD - Plano Conjunto de Desenvolvimento. O JPD estabelece atividades e prazos específicos para cumprimento de metas de capacitação em dezembro de 2012, delinea com clareza os papéis e responsabilidades da PNTL e da UNPOL e proporciona uma base para identificar e enfrentar as necessidades diárias em constante mudança.

OBJETIVOS

Em consideração às necessidades prioritárias delineadas no JPD, os objetivos essenciais da UNPOL e PNTL durante a transição da UNMIT são:

- 1 Reforço de capacitação:** Elevar a capacitação técnica e profissional da PNTL para possibilitar sua plena reconstituição.
- 2 Quadro jurídico e regulatório:** Apoiar o Governo de Timor-Leste e a PNTL no trabalho de reforço do quadro jurídico e regulatório e promover eventuais ajustes no quadro para favorecer a interação PNTL/UNPOL.
- 3 Gestão:** Apoio para estruturas e políticas de gestão administrativa da PNTL.
- 4 Disciplina e responsabilidade pelos atos:** Promover um reforço dos mecanismos de disciplina e responsabilidade por atos praticados no âmbito da PNTL.
- 5 Apoio operacional:** Auxiliar o comando da PNTL na implementação de suas responsabilidades operacionais e proporcionar apoio operacional conforme, necessário e solicitado.

AÇÕES CONJUNTAS ATÉ DEZEMBRO DE 2012

Os cinco objetivos de transição refletem as necessidades prioritárias delineadas pela PNTL em seu Plano de Desenvolvimento Estratégico para 2011-12 e se encontram detalhados no JPD.¹ Para alcançar os melhores resultados possíveis, é essencial solidificar as relações entre a PNTL e a UNPOL em todos os níveis. No nível central haverá uma Equipe de Avaliação Conjunta (JET), co-presidida pelo Comandante Geral da PNTL e Comissário de Polícia da UNMIT, para avaliar o desempenho, monitorar a implementação geral do plano e emitir relatórios para o Comitê Superior de Transição. Cada distrito e cada unidade terão uma equipe PNTL/UNPOL conjunta, composta de oficiais com as habilidades apropriadas para cada uma das cinco áreas prioritárias. Os comandantes de distritos ou unidades da PNTL e UNPOL monitorarão esta equipe, criarão planos de trabalho específicos baseados nas deficiências e lacunas identificadas e garantirão implementação eficaz e emissão de relatórios.

¹ Para informações mais específicas sobre a extensão e forma da assistência da ONU à PNTL no período 2011-2012, consulte o Plano de Desenvolvimento Conjunto PNTL/UNPOL.

O primeiro objetivo – reforçar as competências da polícia nacional – inclui atividades focadas no aumento tanto da competência de treinamento no âmbito da PNTL quanto de atividades específicas de treinamento necessárias para criar competências em membros específicos da PNTL. A UNPOL continuará a prestar apoio e colaborar de perto com o Centro de Treinamento Policial da PNTL para criar e executar o plano anual de treinamento do Centro. Além disso, serão criadas sessões de treinamento para lidar com as lacunas e desafios identificados nos planos de trabalho dos distritos e das unidades. Esses conteúdos serão ministrados em sessões formais nos níveis central ou distrital e através de aconselhamento e treinamento no local de trabalho.

Em termos de apoio legislativo, existem duas categorias diferentes de atividades. A primeira categoria se refere a uma análise ou reforço do quadro jurídico referente à conduta policial, inclusive a Lei Orgânica da PNTL, assim como estatutos, regras de procedimento, regulamentos e padrões organizacionais. A segunda se refere às alterações feitas pelo Governo e pela UNMIT nas disposições em que se baseia a interação PNTL/UNPOL, na medida das necessidades e como parte da transição entre a fase atual e a reconstituição plena. O Governo e a ONU discutirão também a transferência de material e equipamento, em colaboração com o componente de apoio à missão da UNMIT, assim como processos e critérios formais para a certificação de reconstituição plena de acordo com os termos da troca de correspondência em 26 de março de 2011.

Em termos de gestão administrativa, o foco do apoio da UNPOL é o reforço da competência da PNTL em administrar recursos humanos, materiais e financeiros. Com as recomendações e assistência da UNPOL, a PNTL fará um estudo e criará as regras internas de procedimentos do Comando Administrativo a incluir áreas como arquivamento, avaliações de competências e desempenho, gestão de orçamentos e gestão de caixa pequena, além de aquisições e gestão de veículos, materiais e armas, conforme descrição detalhada constante do JDP. A UNPOL auxiliará também nos exercícios de planejamento e criação de um sistema de comunicação e transmissão.

Com respeito a disciplina, a PNTL já se comprometeu com a conduta disciplinada e ética de todos os seus membros, investigação apropriada de todas as reclamações, melhoria da gestão de casos e sessões de estudo de lições aprendidas. A UNPOL auxiliará o comando da PNTL para promoção de atividades de sensibilização, aprimoramento de mecanismos para criar responsabilidade por atos disciplinares e desenvolvimento de competências da PNTL nessa área.

Na vertente operacional, além de proporcionar apoio direto para a manutenção da ordem, segurança e tranquilidade públicas — previsto e solicitado pelo Governo em conformidade com os termos da troca de correspondência em 26 de março de 2011 — a UNPOL fará recomendações sobre desenvolvimento de políticas e programas em diversas áreas operacionais. Este auxílio terá como objetivo o aprimoramento do desempenho e prontidão da PNTL, especialmente no que se refere a investigações criminais, prevenção de crimes, prontidão para desastres, gestão de trânsito, Centro Nacional de

Operações, Polícia Especial e unidades de Patrulha Marítima e de Fronteiras. As prioridades da PNTL incluirão a implementação do Sistema de Segurança Nacional Integrado, criação e implementação de programas especiais para proteger as populações mais vulneráveis, aumento da capacitação para investigações criminais e prevenção de crimes, desenvolvimento de cooperação com o Serviço de Procuradoria Pública e melhorias no desempenho operacional.

Finalmente, para melhor cumprir seus objetivos de capacitação e consultoria, a UNPOL iniciou uma abordagem mais focada na gestão de recursos humanos. Considerando as dificuldades para atrair profissionais com a experiência específica desejada através do processo normal de mobilização dos Países Contribuintes da Polícia (PCC), foram estabelecidos dezenove (19) postos civis de assessoria dedicados no âmbito da UNPOL. Dezesete (17) desses postos já estão mobilizados e os outros dois devem chegar no terceiro trimestre de 2011. Esses indivíduos não estão sujeitos ao sistema de rotação dos oficiais da UNPOL e, portanto, podem permanecer na Missão até o final do mandato da mesma. Além disso, estão sendo identificados atualmente 230 oficiais com experiências e habilidades relevantes para atuar como assessores em distritos e unidades. Esses oficiais podem ser aproveitados desta Missão da UNPOL ou utilizados em rotações futuras. Foi oficialmente solicitado aos PCCs que permitam a extensão do prazo de trabalho desses oficiais até o final de 2012, se necessário.

Além disso, a PNTL e a UNPOL, em cooperação estreita com o UNDP, desenvolverão projetos para as atividades JDP que exijam suporte financeiro extra. Uma vez finalizados e financiados — possivelmente através do UNDP e doadores bilaterais — esses projetos aproveitarão a experiência relevante dos assessores civis da UNPOL, inclusive um assessor sênior para políticas e projetos, assim como um oficial de coordenação para fazer a ligação com os países doadores e auxiliar o PNTL na criação de uma estratégia de apoio em prazo mais longo. Será solicitada uma continuação do apoio financeiro dos doadores para projetos individuais que exijam atividades adicionais pós-2012.

CONTINUIDADE OPERACIONAL APÓS 2012

A depender do interesse dos doadores nas atividades consideradas como carentes de apoio, alguns aspectos do plano de transição descritos acima poderão continuar após a retirada da UNMIT.

Além disso, vários doadores bilaterais já prestam suporte à PNTL, inclusive Austrália, Nova Zelândia, Portugal e Estados Unidos. Em discussões com a UNPOL, esses doadores manifestaram sua prontidão não só para continuar esse apoio mas também para aumentá-lo durante a retirada gradual da UNPOL. A Austrália tem um acordo bilateral com o Governo através do Programa de Capacitação Policial de Timor-Leste (TLPDP), que financia diversas áreas essenciais como investigações, gestão, construção de infra-estrutura e liderança. A Nova Zelândia assumiu a liderança do apoio ao policiamento comunitário, juntamente com a Fundação Ásia, e planeja expandir seu programa de reforço de competências neste setor (Programa de Policiamento Comunitário da Nova Zelândia). Portugal presta suporte à PNTL através do Curso para

Recrutas Básico criado para treinar 250 oficiais PNTL recém-selecionados. Em julho de 2011 terá início um curso de um ano, que inclui oito meses de treinamento em sala de aula e quatro meses de atividades em campo. Os EUA fornecem treinamento em policiamento marítimo e de fronteiras e já expressou interesse em participar mais significativamente em treinamento de investigadores, suporte logístico, engajamento de jovens, reforço de procedimentos disciplinares e policiamento comunitário. Dada a parceria estratégica entre Timor-Leste e a Indonésia, é provável que o auxílio bilateral da Indonésia à PNTL continue além de 2012. Outros parceiros bilaterais já demonstraram interesse em vários projetos de desenvolvimento de competências na PNTL.

Finalmente, a PNTL vem recebendo auxílio com treinamento para novas capacitações da parte de órgãos, fundos e programas da ONU. É provável a continuação dos cursos periódicos sobre direitos humanos, violência baseada em gênero, investigações e medidas para combate ao tráfico oferecidos pela UNFPA, UNWOMEN, UNICEF e IOM. Além de seus projetos de grande vulto nesta área, o UNDP também já financiou um projeto de rádio-comunicações e vem prestando auxílio na criação de um Sistema de Gestão de Investigações para a PNTL, como parte de seu Programa de Apoio ao Setor de Justiça.

MONITORAMENTO

Para monitorar a transição, os pontos focais da UNMIT e do Governo enviarão um relatório trimestral conjunto aos pontos focais gerais para transição, a serem aprovados pelo Comitê Superior. O relatório será baseado no monitoramento periódico de objetivos de transição mutuamente acordados para a polícia, assim como metas, atividades e resultados no JDP, orçamento de resultados da UNMIT e Quadro Estratégico Integrado (ISF).

Em termos da implementação do JDP, será formada uma Equipe Conjunta de Avaliação (JET) que se reunirá mensalmente ou conforme a necessidade para avaliar o desempenho e supervisionar a implementação geral do plano. Os comandantes de distritos e unidades da PNTL e UNPOL serão responsáveis pelo envio de relatórios mensais que servirão de base para análises feitas pela JET. Além disso, serão enviados à JET estudos semestrais abrangentes conduzidos pelo Escritório do Inspetorado Geral da PNTL e Unidade de Apoio ao Monitoramento e Coordenação da UNPOL contendo detalhes dos resultados conseguidos. O JDP será analisado em base regular e revisado conforme as exigências da PNTL e UNPOL.

Além disso, a implementação dos projetos JDP financiados através do UNDP serão monitorados de perto através dos relatórios mensais e visitas em campo do UNDP. Está previsto após o primeiro ano do ciclo programático do UNDP um estudo sobre o Programa Conjunto UNDP, conduzido pelas entidades implementadoras e parceiros externos, se for o caso.

IMPLICAÇÕES DE RECURSOS

Em antecipação à retirada da UNMIT, o UNDP, IOM e UNICEF tencionam aumentar sua dedicação na área de foco, de acordo com os requisitos do Governo, do Pacto de Desenvolvimento de Dili e do Plano de Desenvolvimento Estratégico. Os projetos propostos enfocariam o reforço das competências policiais de maneira geral, apoio ao policiamento de fronteiras e auxílio para o policiamento da população juvenil. Durante o período de 2012 a 2014, os orçamentos indicativos para projetos chegariam a um total de US\$ 5,3 milhões e parte dos recursos já se encontra disponível. Todas as atividades estão diretamente ligadas ao mandato da UNMIT e plenamente alinhadas com o tema 'Segurança' do Plano de Desenvolvimento Estratégico de Timor-Leste 2011-2030.

POLÍCIA E SEGURANÇA (SEGURANÇA)

Fortalecendo as instituições para um futuro seguro e de paz

CONTEXTO E ÊXITOS ALCANÇADOS

Em cumprimento das prioridades do Governo para o setor de segurança em Timor-Leste, a Unidade de Apoio ao Setor de Segurança da UNMIT (SSSU) e o UNDP colaboraram na elaboração de uma revisão e reforma das instituições do setor de segurança. A revisão incluiu a redação de um documento, Revisão do Setor de Segurança, uma análise institucional sobre o setor, quadro jurídico e um levantamento de situações de risco. A UNMIT e UNDP também contribuíram com o Governo na criação de uma Política de Segurança Nacional (NSP) e outros documentos importantes sobre políticas e estratégias, consultoria na redação e revisão de legislação de segurança e condução de uma pesquisa abrangente de percepções sobre segurança pública.

O auxílio da ONU para o trabalho do Governo de reforma do setor de segurança incluiu capacitação institucional e individual através de palestras e cursos sobre liderança, gestão, segurança, defesa, planejamento estratégico, direitos humanos, direito e gênero para membros das forças de segurança e instituições civis de fiscalização. A SSSU também forneceu treinamento em certas habilidades operacionais para guardas de segurança do Governo e serviço de combate a incêndios, assim como manutenção e utilização de rádio-comunicações para forças de segurança; ajudou a estabelecer o Instituto de Defesa Nacional (NDI), reforçou o Diretorado Nacional de Prevenção Comunitária de Conflitos; e disponibilizou subvenções para pesquisa relacionada à segurança para ONGs timorenses. O apoio conjunto da UNMIT e UNDP se manifestou através de recomendações, assistência técnica e capacitação por parte de assessores da SSSU e através de dois projetos gerenciados pelo UNDP (Projeto de Revisão do Setor de Segurança e Instalação para Capacitação).

NECESSIDADES PRIORITÁRIAS ATÉ DEZ 2012

Para adequação às responsabilidades governamentais, as necessidades prioritárias da área foram divididas entre segurança e defesa. As necessidades prioritárias da Secretaria de Estado de Segurança (SoSS) incluem auxílio para criação de um Plano Nacional de Ações de Segurança, com aprovação do NSP; assistência na redação da Lei de Proteção Civil; auxílio ao Diretorado Nacional para Segurança em Prédios Públicos (DNSEP) para cumprimento de seu papel fiscalizador e regulatório sobre companhias privadas de segurança; auxílio ao Diretorado Nacional de Prevenção Comunitária de Conflitos para criação de sinais de alerta e prevenção de conflitos; assistência para um reforço do Diretorado Nacional de Proteção Civil (DNPC) e auxílio para aprimoramento da Central SoSS de Inspeção e Auditoria.

As necessidades prioritárias da Secretaria de Estado da Defesa (SoSD) incluem a conclusão do Plano de Desenvolvimento da Força F-FDTL para 2012-2017; facilitar a participação da F-FDTL nas Operações de Manutenção da Paz da ONU; assistir no estabelecimento da Unidade SoSD de Inspeção e Auditoria e auxiliar no reforço do Instituto de Defesa Nacional.

Outras prioridades do Governo no setor segurança incluem auxílio para estabelecimento do Conselho de Coordenação de Operações Fronteiriças (BOCC) e Autoridade Marítima Nacional; assistência para redação da legislação marítima; auxílio para cooperação civil-militar e assistência na capacitação de gerentes de nível médio e funcionários das forças de segurança e suas instituições de fiscalização.

Além disso, é preciso auxílio para desenvolver as habilidades dos Membros do Parlamento e funcionários do Secretariado na questão de fiscalização do setor de segurança e um reforço da competência da Presidência da República para revisão crítica das políticas de segurança e legislação, inclusive a competência consultiva estratégica da Casa Militar da Presidência.

OBJETIVOS

Em consideração às necessidades prioritárias, os objetivos chave para o setor de segurança durante o período de transição da UNMIT incluem:

- 1 Políticas, planos e quadro jurídico:** Revisar políticas de segurança, planos de ação para desenvolvimento e legislação essenciais para melhor definição dos papéis das instituições de segurança.
- 2 Regras e regulamentos:** Estabelecer ou aprimorar as unidades para habilitá-las a fiscalizar, governar e gerenciar as diferentes áreas do setor de segurança.
- 3 Fiscalização e treinamento:** Aumentar as habilidades gerais e especializadas dos oficiais e equipes das instituições de segurança, com enfoque em instituições civis de fiscalização.

AÇÕES CONJUNTAS ATÉ DEZEMBRO DE 2012

Para atingir seus objetivos conjuntos, as autoridades timorenses, UNMIT e UNDP criaram um novo projeto conjunto intitulado "Reforço das competências civis de fiscalização e gestão do setor de segurança" para o período de julho de 2011 a junho de 2012. O objetivo deste projeto é apoiar o setor de segurança de Timor-Leste para manutenção de paz e estabilidade sustentadas através de (1) aumento da capacitação de fiscalização e gestão civis em áreas prioritárias identificadas por parceiros nacionais e (2) aprimoramento das habilidades de pesquisa e treinamento no setor de segurança.

O novo projeto, alinhado com a Prioridade Nacional Número 7 "Segurança e Proteção do Público", servirá de apoio para a evolução e capacitação institucional, jurídica e regulatória da Presidência da República, Parlamento Nacional e Secretaria de Estado de Segurança (especialmente o Diretorado Nacional de Proteção Civil, Diretorado Nacional para Segurança de Prédios Públicos, Diretorado Nacional para Prevenção Comunitária de Conflitos e Secretaria de Estado de Defesa, inclusive

o Instituto de Defesa Nacional sob seus auspícios).

As Secretarias de Estado da Defesa e Segurança e a Presidência da República receberão a prestação de serviços de consultoria e recomendações por parte de assessores e consultores nacionais e internacionais que fazem parte do quadro de pessoal da UNMIT SSSU, ou recrutados em função do projeto UNDP, para auxílio no preparo de políticas e documentos jurídicos em apoio às prioridades essenciais identificadas pelas instituições em questão, a saber:

- Capacitação em nível institucional para estabelecer ou aprimorar as unidades relevantes na SoSS, SoSD, Parlamento Nacional e Presidência da República através de sessões de treinamento, recomendações fornecidas por assessores e consultores selecionados pelo projeto UNDP e assessoria e mentoria prestada pela UNMIT SSSU, Grupo de Ligação Militar da UNMIT (MLG) e Setor de Direitos Humanos e Justiça Transicional da UNMIT.
- Capacitação em nível individual, com o objetivo de desenvolver habilidades gerais e especializadas para gerentes de nível médio em instituições de governança encarregadas de segurança através de sessões de treinamento, recomendações fornecidas por assessores e consultores selecionados pelo projeto UNDP e assessoria e mentoria prestada pela UNMIT SSSU e outras unidades.

CONTINUIDADE OPERACIONAL APÓS 2012

Após a retirada da UNMIT, a necessidade de capacitação de equipes nacionais no âmbito das instituições do setor de segurança exigirá o apoio continuado do sistema ONU e parceiros bilaterais e multilaterais. Os projetos UNDP podem proporcionar um canal para apoio e assistência técnica a longo prazo para o esforço de capacitação. Existe uma necessidade de

promover mais discussões com parceiros bilaterais e possivelmente outros parceiros multilaterais como, por exemplo, a União Européia, para poder mobilizar os recursos necessários.

MONITORAMENTO

Os pontos focais da UNMIT e do Governo enviarão um relatório conjunto trimestral aos pontos focais gerais de transição, para apreciação do Comitê Superior. O relatório terá por base o monitoramento regular de objetivos de transição mutuamente acordados para o setor de segurança, assim como metas, atividades e resultados no orçamento de resultados da UNMIT e Quadro Estratégico Integrado (ISF). O progresso do desenvolvimento do setor de segurança será também monitorado através de outros mecanismos de suporte do setor de segurança da ONU, reuniões e consultas com pontos focais nacionais.

IMPLICAÇÕES DE RECURSOS

Em antecipação à retirada da UNMIT, o UNDP, IOM, UNWOMEN e UNFPA tencionam reforçar sua participação no tema, em conformidade com os requisitos do Governo, Pacto de Desenvolvimento de Dili e Plano de Desenvolvimento Estratégico. Os projetos propostos se concentram na reforma do setor de segurança em geral, tráfico humano, engajamento das mulheres na prevenção da violência e conscientização sobre HIV/AIDS no âmbito do pessoal armado. Durante o período de 2012 a 2014, os orçamentos indicativos de projetos totalizariam US\$ 4,1 milhões, com parte do financiamento já disponível. Todas as atividades são diretamente ligadas ao mandato da UNMIT e todas estão plenamente alinhadas com a área de ação 'Defesa' do Plano de Desenvolvimento Estratégico de Timor-Leste 2011-2030.

ESTADO DE DIREITO, JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS

Consolidando o progresso e avançando para o futuro

CONTEXTO E ÊXITOS ALCANÇADOS

O sistema de justiça de Timor-Leste foi criado do zero a partir de 1999, após a destruição de toda a infra-estrutura de suporte do setor e o êxodo em massa de especialistas jurídicos que trabalhavam para a Indonésia. Desde então, o Governo de Timor-Leste tem feito um progresso significativo, com apoio da ONU e outros parceiros de desenvolvimento, para criar as instituições jurídicas nacionais essenciais necessárias como, por exemplo o Tribunal de Recursos de Dili, quatro Tribunais Distritais (Dili, Baucau, Suai e Oecusse) e três instalações correcionais. A Procuradoria Geral da República foi estabelecida juntamente com o Conselho Superior para o Poder Judiciário e Conselho Superior para Procuradoria Pública. Foi criado também o Setor de Defensoria Pública, sob a fiscalização do Ministério da Justiça, com a missão de prestar serviços de auxílio jurídico para cidadãos com recursos financeiros limitados.

Entre 2001 e 2004, os primeiros postos judiciais foram preenchidos por indivíduos nacionais recém-formados, com pouca experiência prática. Desde então foram promovidas várias iniciativas de capacitação intensa para profissionais judiciais timorenses (juizes, promotores e defensores públicos). Além disso, o governo e seus parceiros contratou especialistas internacionais para desenvolver vários ramos do sistema, em trabalhar para aumentar a capacitação dos atores locais judicial. Desde 2007 tem havido uma consolidação e descentralização das instituições existentes e em 2008 foi aprovada uma lei sobre prática jurídica privada. Apesar desses tremendos avanços, o sistema de justiça ainda precisa de mais representantes qualificados, ferramentas administrativas e infra-estrutura física para poder administrar a justiça de maneira tempestiva, justa e eficaz, especialmente nos níveis distritais.

Continua em andamento o trabalho necessário para estabelecer as outras instituições jurídicas previstas na Constituição, como Suprema Corte, Supremo Tribunal Administrativo, Fiscal e de Auditoria, Tribunais Regionais Administrativos e Fiscais e um Comitê para Programas Especiais de Segurança.

Para poder criar um quadro de políticas generalizadas para o desenvolvimento do setor de justiça a longo prazo, o Governo lançou o Plano Estratégico para o Setor de Justiça 2011-2030 (JSSP). Foi estabelecido um Conselho de Coordenação que inclui todas as instituições de justiça e é presidido pela Ministra da Justiça, para fornecer orientação estratégica para o JSSP.

O apoio e monitoramento de aspectos específicos do sistema judiciário tem sido fornecido por componentes diversos da UNMIT. Esse trabalho inclui apoio para implementação do JSSP, assim como recomendações jurídicas técnicas para as diferentes áreas, monitoramento, confecção de relatórios e capacitação para proteção de direitos humanos, investigações de crimes contra a humanidade e outros crimes graves cometidos em 1999; assistência técnica para a redação da Lei Contra Violência Doméstica; reforço da conscientização sobre

Violência Sexual e Baseada em Gênero (SGBV) e assuntos relativos a gênero na PNTL; e apoio para direitos de gênero no setor judiciário. O papel primordial da UNMIT é focado na coordenação e conceitualização dos esforços da ONU no setor judiciário, enquanto que a implementação direta desse apoio – na forma da implementação do projeto ou através do próprio pessoal do quadro no papel de consultores ou desempenhando funções de linha – fica a cargo de outros órgãos da ONU e mais especificamente do UNDP.

A UNMIT atua em coordenação estreita com os órgãos da ONU no setor judiciário. A UNFPA, por exemplo, tem colaborado com a UNMIT em programas relacionados com direitos de gênero e combate à violência doméstica. A UNICEF vem colaborando de perto com a UNMIT em questões de justiça juvenil e Código Internacional de Crianças. A UNWOMEN trabalha com defesa dos direitos da mulher em geral e acompanha a Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Mulheres (CEDAW), em coordenação com a UNMIT. A UNESCO já prestou apoio à capacitação de profissionais da mídia sobre cobertura referente a direitos humanos e trabalhou na integração de direitos humanos em currículos universitários e escolares.

Numa ótica mais ampla, as atividades da UNMIT complementam o Programa do Sistema de Justiça do UNDP (JSP), que é um programa projetado para vários anos e executado pelo UNDP, com fiscalização do Conselho de Coordenação, em apoio ao setor judiciário e a extensão do estado de direito. O JSP fornece experiência técnica e auxílio financeiro em todos os quatro distritos judiciais e o foco é na vertente ‘demanda’ da justiça. O programa é alinhado com os quadros de políticas nacionais, o JSSP e as Prioridades Nacionais 4 (NP4) para 2010 e 2011 sobre Acesso à Justiça.

NECESSIDADES PRIORITÁRIAS ATÉ DEZ 2012

No âmbito do tema justiça, estado de direito e direitos humanos, as prioridades identificadas pelos pontos focais incluem primordialmente o aprimoramento da justiça e instituições correcionais e mecanismos de responsabilidade e transparência; aumento do acesso à justiça no país inteiro, adoção de leis essenciais, coordenação de todos os atores influentes no setor e monitoramento, redação de relatórios e capacitação na área de direitos humanos. Outro assunto prioritário é o problema da impunidade por crimes passados. Para lidar com essas prioridades, vários objetivos e atividades detalhadas já foram estabelecidos, em colaboração estreita entre o Governo, UNMIT, órgãos da ONU e entidades parceiras.

OBJETIVOS

Em consideração às necessidades prioritárias, seguem alguns objetivos essenciais do tema “estado de direito, justiça e direitos humanos” durante a transição da UNMIT:

- 1 Justiça e transparência:** Reforçar instituições formais, inclusive a Procuradoria Geral, Tribunais e outras instituições; assessoria sobre legislação e treinamento especializado.
- 2 Recomendações e apoio em áreas especializadas:** Recomendações sobre violência doméstica, justiça juvenil, problemas de gênero e correções e auxílio para socialização de leis essenciais e conceitos jurídicos usando campanhas de conscientização e informações.
- 3 Coordenação estratégica:** Facilitar os trabalhos dos grupos da ONU: Grupo de Trabalho sobre Justiça, Fórum de Discussão sobre Justiça e Grupo de Trabalho para Prioridades Nacionais sobre Justiça.
- 4 Monitoramento e relatórios:** Monitorar e relatar resposta a situação de direitos humanos, principalmente em grupos vulneráveis, fornecer recomendações para instituições e organizações nacionais de defesa de direitos humanos; e fornecer recomendações ao Governo sobre relatórios referentes a andamento de tratados.
- 5 Reforço de capacitação:** Fornecer treinamento em direitos humanos e direitos da criança para instituições nacionais, inclusive revisão de currículos oficiais.
- 6 Impunidade:** Monitorar e informar através de relatórios o progresso alcançado em processos que são remanescentes da crise de 2006 e investigações remanescentes sobre crimes graves cometidos em 1999; fornecer treinamento e suporte sobre o tema da justiça criminal internacional.

AÇÕES CONJUNTAS ATÉ DEZEMBRO DE 2012

Para o período até dezembro de 2012, várias tarefas foram identificadas como críticas para consolidar o progresso alcançado e aperfeiçoar ainda mais o setor da justiça. O Ministério da Justiça tem um papel chave como ponto focal governamental para a transição na área da Justiça, Estado de Direito e Direitos Humanos. Deve ser ressaltado, porém, que algumas das tarefas não são necessariamente da alçada do Ministério da Justiça; em certos casos, o avanço depende de terceiros.

O reforço de mecanismos de justiça e transparência, inclusive apoio à Procuradoria Geral, Tribunais e a Comissão Anti-Corrupção, são o ponto central dos planos do setor judicial até 2012. A UNMIT continuará também a aumentar seu apoio à cooperação entre promotoria e polícia. Da mesma forma, terá continuidade o trabalho para criar capacitação nacional em funções de linha judicial, inclusive treinamento para juízes, promotores e advogados particulares. Será necessário, no entanto, estabelecer novos e eficientes mecanismos de transparência, inclusive mais Conselhos Superiores, para aprimorar o sistema.

A expectativa é de que o Governo adote e implemente certas leis essenciais até 2012, inclusive o código civil, código para legislação infantil, lei de justiça juvenil, uma nova lei de terras e um quadro jurídico definidor do papel da justiça tradicional e seus vínculos com o sistema formal de justiça. Outra priori-

dade chave é a desconcentração das instituições judiciais nos distritos para melhorar o acesso à justiça. Além disso, um fator que contribuiria para reduzir o número de processos pendentes seria um sistema integrado de gestão de processos que vinculasse todas as instituições judiciais. Para acompanhar o trabalho do Governo ao enfrentar essas prioridades, serão realizados cursos de treinamento no Centro de Treinamento Jurídico, com apoio do UNDP, especialmente criados para reforçar as habilidades e competências dos atores jurídicos nacionais. Outro esforço importante é o apoio às ações de conscientização pública para socializar a nova legislação, o que servirá para aumentar a confiança da população no sistema formal de justiça.

Uma das atividades que permanecerá como esforço conjunto essencial é o combate à violência contra mulheres e crianças. A UNMIT continuará a monitorar tendências e casos específicos, apoiar a implementação de legislação e mecanismos contra a violência doméstica (inclusive melhoria de ações de prevenção e assistência a sobreviventes) e lutar para a defesa dos direitos de grupos vulneráveis.

A UNMIT continuará também a fornecer suporte técnico em outras áreas especializadas, inclusive justiça e correções sensíveis a questões de gênero. Nesse primeiro quesito, o apoio será focado em ações de conscientização do público e disseminação de leis novas e pré-existentes. Quanto a correções, as áreas essenciais de trabalho incluem o reforço dos procedimentos operacionais padrão para o Serviço Nacional de Prisões; melhoria das estruturas e políticas administrativas sobre sanções que não envolvem detenção; estabelecimento de centros e programas sensíveis a questões juvenis e de gênero e preparo de presidiários para reintegração social. Todas essas atividades ocorrerão sob a orientação do Ministério da Justiça, com suporte técnico de órgãos da ONU. A ONU objetivará preservar sua capacitação para fornecer recomendações e auxílio em questões de correções além do final de 2012.

Outra tarefa crítica durante o período de transição é a coordenação estratégica do setor de justiça, inclusive com a participação de parceiros de desenvolvimento. O Ministério da Justiça irá liderar o Grupo de Trabalho Prioridade Nacional 4 no Acesso a Justiça e seus sub-grupos temáticos para melhorar a troca de informações, identificar lacunas em assistência e facilitar discussões sobre políticas. A UNMIT e UNDP permanecerão engajados na coordenação do apoio da ONU na implementação do Plano Estratégico do Setor de Justiça sob a direção do Conselho de Coordenação e participará do quadro do Grupo de Trabalho Prioridade Nacional - UNMIT no papel de assessoria e UNDP como líder assistente do Ministério da Justiça. Uma das prioridades será manter funcionando com eficácia o secretariado de planejamento e outras entidades de coordenação e planejamento com liderança nacional.

Na arena de direitos humanos, é vital continuar a desenvolver capacitação nacional para monitoramento e avaliação a nível profissional (inclusive andamento dos tratados). A meta é capacitar a Instituição Nacional de Direitos Humanos, Provedoria de Direitos Humanos e Justiça (PDHJ), Comissão Nacional de Direitos da Criança e organizações da sociedade civil para monitoramento e avaliação independentes em assuntos

de direitos humanos, além de reforçar as competências profissionais para futuros relatos referentes a tratados sobre direitos humanos.

Continuarão as atividades na área de justiça transicional, inclusive elaboração de legislação propondo a criação de um Instituto da Memória e um programa de reparações para dar seguimento às recomendações das duas comissões da verdade.¹ A UNMIT manterá o apoio ao estabelecimento de um Instituto da Memória ou instituição de acompanhamento para as comissões através de ações de defesa, apoio e recomendações técnicas e assistência à instituição, se e quando os projetos de lei forem aprovados e se tal apoio for necessário.

A UNMIT continuará a proporcionar treinamento para as forças de segurança sobre direitos humanos e conscientização sobre questões de gênero, além de treinar os treinadores dessas instituições para que possam continuar esse trabalho após a partida da UNMIT, assim como promover a integração de direitos humanos e assuntos de gênero no currículo dessas forças. Igualmente importante será a capacitação e treinamento em direitos humanos para o Ministério da Justiça (por ex., para acompanhar os tratados) e para o Ministério da Educação (treinamento para professores sobre assuntos de direitos humanos e integração de princípios de direitos humanos nos currículos das séries de 7 a 9).

Finalmente, uma outra tarefa crítica que foi identificada é abordar a questão da impunidade por crimes passados. A UNMIT continuará a monitorar e relatar o progresso alcançado nos processos remanescentes da crise de 2006 recomendados para acusação pela Comissão de Inquérito da ONU. A OHCHR fornece apoio à promotoria através de recursos para atuação de um promotor internacional para esses processos. Em relação aos processos de 1999, a meta da UNMIT é concluir todas as investigações de crimes graves cometidos em 1999 ainda pendentes e realizar treinamento intensivo em justiça criminal internacional para juízes, promotores e investigadores, além de treinamento em manter um arquivo e uma base de dados eletrônica para o pessoal administrativo.

CONTINUIDADE OPERACIONAL APÓS

Após a retirada da UNMIT será necessário um apoio internacional sustentado para o setor judiciário, conforme previsto no documento máximo do setor, o Plano Estratégico para o Setor de Justiça 2011-2030. É provável a continuação do envolvimento das entidades doadoras bilaterais e multilaterais, inclusive através do fornecimento de consultores para instituições judiciárias. As atividades terão que ser muito bem coordenadas para maximizar eficácia e eficiência no planejamento. Sobre esse assunto, o Secretariado de Planejamento, sob efeito do Plano Estratégico do Setor de Justiça e Grupo de Trabalho Prioridade Nacional 4 liderado pelo Ministério da Justiça, será muito útil para coordenar as diferentes instituições e diversas partes envolvidas. Um envolvimento ativo do Conselho de Coordenação para coordenação estratégica e elaboração de políticas também será crítico para um processo de transição eficaz. O UNDP continuará a desempenhar um papel importante em termos de capacitação através do apoio

ao Centro de Treinamento Jurídico e utilização de consultores sênior para diferentes instituições de justiça, enquanto que outros órgãos da ONU ajudarão o Governo de acordo com seus respectivos mandatos. A depender de um financiamento adequado, a UNICEF, UNFPA e UNWOMEN continuarão a prestar esse apoio além de 2012. Da mesma forma, a FAO tem planos para proporcionar apoio técnico para assuntos de terras comunitárias e criação de uma nova política de terras. Deve ser ressaltado que, no tocante a correções, existe apoio internacional limitado de fora da UNMIT o que poderá afetar a continuidade do trabalho após a retirada da UNMIT.

Na área de direitos humanos, é provável a permanência de algumas lacunas após a partida da UNMIT. Por exemplo, apesar do contínuo aprimoramento das habilidades e capacitação técnica das instituições nacionais de defesa de direitos humanos, algumas áreas especializadas (inclusive alguns aspectos sobre relatórios de andamento de tratados e análises jurídicas) poderão requerer apoio externo. É possível que a PDHJ se descubra incapaz de continuar a descentralizar seus serviços para os distritos até 2012. Da mesma forma, o Ministério da Justiça e Secretaria de Estado para Promoção de Igualdade (SEPI) poderá precisar de mais apoio para relatar o andamento dos tratados. Além disso, se a legislação que cria o Instituto da Memória e programa de reparações for aprovada, a nova instituição poderá precisar de assistência técnica na fase inicial. Poderá também ser necessário treinamento em direitos humanos para as forças de segurança e para a sociedade civil após 2012. O Governo e o Presidente da República já indicaram que desejam negociar uma presença futura da OHCHR para continuar o trabalho de promoção e proteção de direitos humanos. Consequentemente, a OHCHR enviará uma missão a Timor-Leste durante o último trimestre de 2011 para determinar o tamanho e o escopo da presença futura da OHCHR, assim como uma estratégia de saída que preveja um compromisso pleno da parte dos correspondentes nacionais com trabalho de defesa de direitos humanos e justiça transicional.

Outrossim, algumas investigações de 1999 poderão permanecer inacabadas até 2012, assim como alguns dos processos relativos a 2006. A Procuradoria Geral receberá da UNMIT os arquivos, uma base de dados e os processos, mas talvez precise de apoio externo continuado. Se houver disponibilidade de financiamento, a OHCHR poderia prover essa assistência.

De maneira geral, existe também uma expectativa de continuação da assistência técnica para o setor judiciário atualmente provida sob a JSP e executada pelo UNDP além de 2012 para reforçar as instituições e responder às necessidades emergentes do setor judiciário, conforme previsto na JSSP.

MONITORAMENTO

Os pontos focais da UNMIT e do Governo enviarão um relatório trimestral conjunto aos pontos focais gerais de transição, para apreciação do Comitê Superior. O relatório terá como base o monitoramento regular dos objetivos de transição mutuamente acordados e delineados acima, assim como as metas, atividades e resultados refletidos no orçamento de resultados da UNMIT e Quadro Estratégico Integrado (ISF). O grupo

¹ Commission for Truth and Friendship (CTF), and Commission for Truth, Reception and Reconciliation (CAVR)

de trabalho temático de justiça/estado de direito/direitos humanos realizará reuniões trimestrais para discussões mais detalhadas ou específicas para a implementação do plano do Grupo.

IMPLICAÇÕES DE RECURSOS

Em antecipação à retirada da UNMIT, a OHCHR, UNDP, UNFPA, UNICEF, UNESCO, UNWOMEN e FAO planejam reforçar suas atividades, de acordo com os requisitos do Governo, o Pacto de Desenvolvimento e Dili e o Plano de Desenvolvimento Estratégico. As atividades em andamento concentram-se em um apoio amplo ao setor da justiça em geral, particularmente através do UNDP como principal parceiro do setor. Os projetos incluem o estabelecimento de uma central OHCHR para o país, reforço dos quadros de justiça juvenil e instituições correcionais, contribuição para a implementação da lei contra violência doméstica e auxílio a vítimas, ajudando a melhorar o acesso das mulheres à justiça e contribuições para

elaboração de políticas, apoiando a implementação da lei de terras e auxiliando com atividades de conscientização através da mídia e do setor educacional. Para o período de 2012 a 2014, os orçamentos preliminares indicam aproximadamente US\$ 38,6 milhões, com parte do financiamento já disponível. Todas as atividades estão diretamente vinculadas ao mandato da UNMIT ou em apoio ao mesmo e estão alinhadas com as áreas de ação 'Justiça', 'Inclusão Social' e 'Treinamento' do Plano de Desenvolvimento Estratégico de Timor-Leste.

Com relação a crimes graves, não haverá implicações de recursos no futuro se a SCIT concluir todo seu trabalho até dezembro de 2012. É provável, aliás, uma economia considerável de custos. Caso alguns processos não sejam concluídos, a solução poderá ser uma equipe muito menor, com 4 ou 5 pessoas (ao invés da equipe atual, com aproximadamente 60 funcionários) e integrada com a Procuradoria Geral, para concluir as investigações ainda pendentes, com apoio da OHCHR.

GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA

Avançando a democracia, a transparência e o engajamento civil

CONTEXTO E ÊXITOS ALCANÇADOS

Timor-Leste, com apoio de seus parceiros, conseguiu avanços significativos na área de governança democrática nos últimos anos, com fortalecimento contínuo das instituições do estado - Presidência, Poder Executivo, Parlamento Nacional e Tribunais. A partir de 2007, o país realizou com êxito suas eleições presidenciais e parlamentares, assim como eleições em todos os 442 Sucos. Foram estabelecidas a Comissão da Função Pública e Comissão Anti-Corrupção e continua em andamento a criação de um Tribunal de Auditoria. A Unidade de Apoio à Governança Democrática da UNMIT prestou apoio às iniciativas do Governo neste campo através de recomendações e apoio em resposta às solicitações do Governo.

Todas as atividades da UNMIT na área de governança foram conduzidas em colaboração estreita com os órgãos pertinentes da ONU, especialmente UNCDF, UNDP, UNICEF e UNWOMEN, que fornecem recomendações técnicas, capacitação e assistência técnica complementares. O UNDP, que tem prestado apoio ao Parlamento Nacional desde 2003, está implementando no momento um projeto de US\$ 5 milhões para reforçar o papel legislativo e fiscalizador do Parlamento até 2013. Para apoiar um processo descentralizado de tomada de decisões e implementação de projetos, a UNMIT contratou consultores nos níveis distrital e sub-distrital. A UNCDF e UNDP ofereceram recomendações sobre políticas públicas e capacitação para governança descentralizada, que devem ser introduzidas em 2013 e 2014.

Uma das contribuições mais significativas da UNMIT para a governança democrática, conduzida em conjunto com o UNDP, tem sido a prestação de serviços consultivos para as entidades eleitorais nacionais de Timor-Leste, o Secretariado Técnico para Administração Eleitoral (STAE) e a Comissão Eleitoral Nacional (CNE), que são componentes do projeto Equipe de Apoio Eleitoral das Nações Unidas (UNEST). Sob a liderança dessas instituições nacionais, a UNMIT também forneceu auxílio logístico para as eleições gerais de 2007 e eleições em Sucos de 2009. Em preparação para as eleições em Sucos e as eleições de 2012, os consultores da UNMIT contribuíram com educação cívica e educação para eleitores.

Ao nível do quadro institucional de Timor-Leste, a UNMIT tem fornecido recomendações sobre legislação, em colaboração estreita com o UNDP, para questões relativas à Comissão da Função Pública (SCS), Comissão Anti-Corrupção (ACC) e Tribunal de Auditoria (AC), incluindo recomendações sobre o estabelecimento das duas primeiras instituições. Esse trabalho é complementado pelo apoio do UNDP à CSC em desenvolvimento institucional e de sistemas, assim como assistência técnica para a ACC.

Para fortalecer a cultura de governança democrática de Timor-Leste, a UNMIT vem organizando Fóruns de Governança Democrática nos níveis nacional, distrital e local. Esses encontros favorecem um engajamento direto dos cidadãos com seus líderes. A UNMIT também tem proporcionado

diversos produtos, como por exemplo Relatórios Mensais de Governança e Governança Local, Relatório de Transparência de Instituições Essenciais e Índice de Leis de Timor-Leste. O trabalho da UNMIT nessa área inclui apoio para a criação de instituições centrais que reúnem organizações da sociedade civil e veículos de mídia.

NECESSIDADES PRIORITÁRIAS ATÉ DEZ 2012

Para consolidar um progresso sustentável na área de governança democrática, as necessidades prioritárias identificadas em conjunto apontam para um processo eleitoral eficaz e credível, reforço para projetos e instituições essenciais de governança como, por exemplo, a descentralização, o Parlamento Nacional e a Comissão da Função Pública, criação de um quadro eficaz de transparência e responsabilidade, apoio a governanças locais, auxílio no desenvolvimento da sociedade civil e mídia independente e promoção de programas de educação cívica.

OBJETIVOS

Em consideração às necessidades prioritárias, seguem alguns objetivos essenciais do tema governança democrática durante a transição da UNMIT:

- 1 Apoio eleitoral:** Apoio para as eleições presidenciais e parlamentares de 2012, inclusive suporte consultivo técnico, educação cívica e para eleitores, participação política de mulheres e apoio logístico em colaboração com o UNDP, UNICEF e UNWOMEN.
- 2 Responsabilidade, transparência e combate à corrupção:** Assistência técnica para ACC; apoio para estabelecimento de um Tribunal de Auditoria, associações profissionais para contadores e engenheiros; aumentar a fiscalização de gastos estatais pela sociedade civil; harmonização das funções de instituições estatais para promover transparência e combate à corrupção, em cooperação com o UNDP.
- 3 Apoio para a sociedade civil:** Auxílio ao recém-criado Conselho Consultivo da Sociedade Civil (fórum para um diálogo de alto nível entre organizações da sociedade civil e a ONU sobre políticas); assistência ao Governo e sociedade civil para criação de um mecanismo coordenador para educação cívica.
- 4 Cultura de governança democrática:** Apoio para a organização de Fóruns de Governança Democrática nos níveis nacional e distrital; apoio a organizações da sociedade civil, líderes políticos e autoridades locais no planejamento e condução desses fóruns para proporcionar uma base para continuação após a partida da UNMIT; união de esforços com instituições nacionais cujas responsabilidades incluem coleta de informações e relatórios de andamento das atividades de instituições

estatais para capacitá-las a conduzir coleta de dados sistemáticos e elaborar relatórios de andamento.

AÇÕES CONJUNTAS ATÉ DEZEMBRO DE 2012

Até a retirada da UNMIT, os órgãos estatais relevantes (por ex., CNE, STAE, ACC, CSC, Ministério de Administração Estatal e Gestão Territorial, assim como Administrações Distritais) continuarão a promover uma governança democrática sustentável nas quatro áreas destacadas acima, com apoio e assistência técnica de peritos e consultores da UNMIT, órgãos da ONU e parceiros bilaterais. Em particular, o apoio às eleições presidenciais e parlamentares de 2012 será uma atividade prioritária conjunta.

O Governo e a UNMIT identificarão em conjunto instituições que poderiam continuar a facilitar discussões públicas, coleta de dados e relatórios sobre governança democrática. A coleta de dados e elaboração de relatórios poderiam ser compartilhadas entre instituições já existentes, como por exemplo o Parlamento Nacional, Ministério das Finanças, Comissão da Função Pública, Ministério de Administração Estatal e o recém-criado Tribunal de Auditoria, a depender dos mandatos e acordos entre as mesmas. Uma vez identificadas as instituições ou organizações da sociedade civil que poderiam continuar promovendo a cultura de governança democrática, a UNMIT e órgãos relevantes da ONU ajudarão a reforçar a capacitação das mesmas para estarem funcionando plenamente até o final de 2012.

A UNMIT e os órgãos da ONU também trabalharão com outras instituições para desenvolver a competência dos mesmos para conduzir as atividades atualmente facilitadas pela UNMIT, conforme descrição na matriz detalhada constante deste Plano Conjunto de Transição. A UNMIT também enviará esforços para desenvolver a capacitação de seus funcionários nacionais para aumentar o papel dos mesmos em programas de governança democrática.

CONTINUIDADE OPERACIONAL APÓS

A retirada da UNMIT poderá influenciar a continuidade operacional de múltiplas áreas de governança democrática. No que se refere a gestão de eleições, o UNDP e a Divisão de Assistência Eleitoral da ONU em Nova York analisarão a necessidade de um apoio continuado após as eleições de 2012. A capacidade das entidades de gestão eleitoral tem aumentado de maneira constante, acompanhada de uma diminuição do nível da assistência prestada pela ONU. No entanto, as discussões com as lideranças da STAE e CNE indicam que poderá haver necessidade de um apoio continuado depois de 2012, especialmente em termos de especialistas jurídicos, capacitação em tecnologia da informação e programas de educação cívica.

É provável que alguns projetos e instituições essenciais em termos de governança como por exemplo descentralização, Parlamento e Comissão da Função Pública também precisem do apoio continuado - e possivelmente aumentado - do UNDP para poder atender a prioridades e demandas emergentes. Outro tópico que poderá exigir um auxílio maior é a elaboração e implementação ao nível local de um quadro de políticas de descentralização para 2013/14.

As áreas de responsabilização, transparência e combate à corrupção também poderão precisar de apoio bilateral e multilateral para além de 2012. Espera-se que alguns doadores bilaterais mantenham seu apoio a várias instituições timorenses nesta área e existem discussões em andamento sobre a transferência de atividades específicas da UNMIT. O UNDP poderá continuar a prestar apoio ao ACC, em complementação ao auxílio já prestado e levando em conta necessidades futuras do ACC.

Quanto ao apoio à sociedade civil, o UNDP e o Gabinete do Coordenador Residente darão continuidade à colaboração que vêm prestando ao Conselho Consultivo da Sociedade Civil. O Governo e a sociedade civil, juntamente com a UNICEF, coordenarão vários programas de educação cívica.

Para reforçar ainda mais a cultura de governança democrática em Timor-Leste, a UNMIT irá auxiliar as autoridades nacionais e partes envolvidas na identificação de instituições e organizações que possam levar adiante as iniciativas relevantes. Este processo está em andamento, com enfoque em capacitação e, se necessário e solicitado, assistência em termos de mobilização de recursos. Esse apoio será especificamente baseado nas discussões participatórias entre cidadãos, líderes nacionais e locais e autoridades públicas, além de coleta de dados essenciais e informações sobre atividades e resultados de instituições estatais e não-estatais de governança democrática.

MONITORAMENTO

Os pontos focais da UNMIT e do Governo enviarão um relatório trimestral aos pontos focais gerais de transição, para apreciação do Comitê Superior. O relatório terá como base o monitoramento regular dos objetivos de transição mutuamente acordados para governança democrática, assim como as metas, atividades e resultados refletidos no orçamento de resultados da UNMIT e Quadro Estratégico Integrado (ISF). Os pontos focais de governança democrática se reunirão periodicamente para analisar o progresso da transição.

IMPLICAÇÕES DE RECURSOS

Em antecipação à retirada da UNMIT, o UNDP, UNICEF, UNESCO, UNFPA e UNWOMEN tencionam aumentar sua dedicação ao tema, de acordo com os requisitos do Governo, do Pacto de Desenvolvimento de Dili e do Plano de Desenvolvimento Estratégico. Os projetos incluiriam apoio à gestão de eleições e educação cívica, reforço de governança local e descentralização, suporte para o combate à corrupção, assistência para manutenção de paz e mitigação de conflitos e apoio à participação de mulheres, jovens e outros grupos vulneráveis em processos políticos, além de contribuir para aumentar a igualdade de gênero de maneira geral. Durante o período de 2012 a 2014, os orçamentos de projeto indicativos apontam para aproximadamente US\$ 18,3 milhões no total, com parte do financiamento já disponível. Todas as atividades são vinculadas ao mandato da UNMIT ou prestam apoio ao mesmo. Os projetos estão alinhados com os temas 'Gestão do Setor Público e Boa Governança', 'Desenvolvimento Rural', 'Inclusão Social' e 'Segurança' do Plano de Desenvolvimento Estratégico de Timor-Leste 2011-2030.

As instituições ou organizações da sociedade civil que assumam a facilitação do diálogo público, coleta de dados e relato do andamento das atividades estatais terão que determinar seus requisitos de recursos ao definirem o escopo exato de suas atividades durante o ano de 2012.

DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO

Apoiando o desenvolvimento sustentável com análise e orientação técnica

CONTEXTO E ÊXITOS ALCANÇADOS

O mandato multidimensional da Missão em termos de manutenção da paz afirma a responsabilidade da mesma de prestar suporte ao desenvolvimento sócio-econômico do país. Desde 2007, a UNMIT e os órgãos, programas e recursos da ONU vêm continuamente auxiliando o Governo e o Parlamento com recomendações, apoio e análises sobre desenvolvimento sustentável em uma ampla gama de temas sócio-econômicos.

Um exemplo foi a assistência da UNMIT à equipe do Governo em termos de contribuições substanciais para documentos nacionais de linha de base no âmbito abrangente do Relatório "Estado da Nação", em 2008. Em 2009 e 2010, a UNMIT ajudou a analisar os orçamentos estatais anuais para o Comitê Parlamentar de Economia e Finanças. Em 2010, o Sistema ONU forneceu comentários consolidados, a pedido do Primeiro Ministro demonstrado no sumário do Plano de Desenvolvimento Estratégico Nacional (SDP). O Sistema ONU também auxiliou diversos Ministérios Governamentais com respeito a treinamento em recursos humanos, especialmente no estabelecimento de instituições politécnicas em Timor-Leste no âmbito de uma parceria pública-privada. Outras recomendações fornecidas em base periódica versaram sobre a gestão dos recursos petrolíferos do país e outros assuntos importantes ligados a políticas públicas.

A UNMIT elaborou relatórios e recomendações periódicas sobre questões de desenvolvimento sócio-econômico ao Ministério da Economia e Desenvolvimento. Além disso, o sistema mais amplo da ONU facilitou recomendações para autoridades nacionais. Em coordenação com o Grupo Banco Mundial e o Banco de Desenvolvimento Asiático, a ONU apresentou recomendações inter alia sobre desenvolvimento do setor privado, empregos (com foco nos jovens e comunidades rurais), estratégias de diversificação econômica, investimentos externos e redução da pobreza.

Desde 2008, a UNMIT e o Banco Mundial prestaram apoio ao Ministério das Finanças com o Programa Anual de Prioridades Nacionais (NP) através de assistência a uma coordenação inter-ministerial em sete grupos de trabalho. A ONU também prestou assistência e recomendações técnicas ao Secretariado MDG do Ministério das Finanças, com vários resultados entre os quais a elaboração do relatório MDG nacional em 2010, subsequentemente apresentado na Cúpula MDG em Nova York. Além disso, a UNMIT prestou apoio em diversas consultas nacionais bem-sucedidas e conferências internacionais de alto nível sobre manutenção da paz e eficácia de programas de auxílio em Timor-Leste desde 2009.

NECESSIDADES PRIORITÁRIAS ATÉ DEZ 2012

O Programa NP é um quadro geral abrangente para planejamento, determinação de prioridades e monitoramento que facilita a coordenação de programas de ajuda e diálogos sobre políticas estratégicas. Esse processo amadureceu e

hoje em dia constitui um mecanismo flexível, liderado pelo Governo, para monitorar a eficiência e eficácia dos programas compartilhados pelo Governo e entidades doadoras. O Governo está em processo de planejamento de um programa que sucederá o programa de Prioridades Nacionais, inclusive um quadro geral de monitoramento baseado em resultados para operacionalizar o SDP. Os parceiros de desenvolvimento foram convidados pelo Ministro das Finanças para participar da criação e implementação deste novo mecanismo.

O sistema mais amplo da ONU, que inclui UNDP, UNICEF, WFP, UNFPA e WHO, também proporciona apoio técnico e substantivo ao Secretariado MDG do Ministério das Finanças. O Secretariado é responsável pelo preparo de reuniões do Comitê Orientador MDG Nacional e pela elaboração de relatórios MDG importantes. Dada a recente decisão de Timor-Leste de priorizar áreas MDG críticas como por exemplo a nutrição, conforme endosso do Comitê Orientador MDG Nacional para o qual a ONU foi formalmente convidada, a carga de trabalho do Secretariado MDG tem aumentado. É importante, portanto, reforçar o Secretariado MDG, que desempenha um papel crítico na implementação da programação de MDG para o país e dar continuidade ao apoio da ONU nesse sentido.

OBJETIVOS

Em consideração às necessidades prioritárias, seguem alguns objetivos para apoio ao desenvolvimento sócio-econômico durante a transição da UNMIT:

- 1 Mecanismos de coordenação:** Continuar a assistência ao Governo através de apoio ao Secretariado MDG e à transição do Programa de Prioridades Nacionais para operacionalização do Plano de Desenvolvimento Estratégico através de um planejamento para vários anos e estabelecimento de prioridades.
- 2 Recomendações sobre definição de políticas:** Fornecimento completo de recomendações técnicas sobre planejamento de desenvolvimento, oportunidades de emprego levando em conta o equilíbrio de gênero, crescimento do setor privado, políticas em prol dos pobres e políticas macro-econômicas, conforme a necessidade e quando solicitado, inclusive com engajamento futuro da ONU, por sua vez baseado em uma análise das vantagens comparativas da ONU.

AÇÕES CONJUNTAS ATÉ DEZEMBRO DE 2012

Sob a liderança do Ministério das Finanças, a ONU está disposta a continuar a fornecer assistência e disponibilizar conhecimentos técnicos ao Secretariado de Prioridades Nacionais (ou seu sucessor) e ao Secretariado MDG, a pedido do Governo. Esse apoio poderia incluir transferência de conhecimentos e capacitação de seus correspondentes timorenses, inclusive o Diretorado Nacional para Eficácia de Ajuda (NDAE).

CONTINUIDADE OPERACIONAL APÓS 2012

O Country Team da ONU dará início em 2012 aos preparativos para a próxima UNDAF, que cobrirá o período 2014-2018. Isso servirá de oportunidade para definir com algum nível de detalhamento a extensão da colaboração da ONU com o Governo. Assim sendo, o apoio da ONU ao Secretariado MDG, assim como à operacionalização do Plano de Desenvolvimento Estratégico, terá continuidade depois da retirada da UNMIT, sob a liderança do Ministério das Finanças, se necessário e a pedido. Portanto, é provável que os órgãos da ONU, particularmente o UNDP, contemplem um reforço da colaboração com o Ministério das Finanças e Gabinete do Primeiro Ministro nesse sentido.

MONITORAMENTO

Os pontos focais da UNMIT e do Governo enviarão um relatório conjunto trimestral aos pontos focais gerais para transição, para apreciação do Comitê Superior. O relatório terá por base o monitoramento regular de objetivos de transição mutuamente acordados para apoio ao desenvolvimento sócio-econômico, assim como metas, atividades e resultados no orçamento de resultados da UNMIT e Quadro Estratégico Integrado (ISF).

IMPLICAÇÕES DE RECURSOS

Em antecipação à retirada da UNMIT, o UNDP, IOM, FAO, WHO, WFP e UNWOMEN tencionam aumentar sua dedicação ao tema, de acordo com os requisitos do Governo, Pacto de Desenvolvimento de Dili e Plano de Desenvolvimento Estratégico. A ONU fornecerá o apoio para a coordenação de doadores e políticas liderada pelo Governo em vários setores, conforme a necessidade e quando solicitado. Outra meta é realizar plenamente o apoio do Country Team da ONU para redução e gestão de riscos de desastres através de recomendações de diretrizes, criação de capacitação para logística, apoio para gestão ambiental e engajamento direto com as comunidades. Um enfoque especial será dado ao apoio ao Governo para atingir as metas MDG, especialmente as priorizadas, como nutrição. Durante o período de 2012 a 2014, os orçamentos de projeto indicativos apontam para aproximadamente US\$ 29,1 milhões no total, com parte do financiamento já disponível. As atividades propostas são diretamente vinculadas ao mandato da UNMIT ou prestam apoio ao mesmo. Os projetos estão alinhados com o Plano de Desenvolvimento Estratégico de Timor-Leste para 2011-2030, especialmente nos temas 'Inclusão Social', 'Meio-Ambiente', 'Investimento', 'Agricultura' e 'Desenvolvimento Rural'.

APOIO À MISSÃO E LOGÍSTICA

Salvaguardando as bases para a continuidade das operações

CONTEXTO E ÊXITOS ALCANÇADOS

Desde 2006, o componente de apoio à missão da UNMIT que presta serviços de logística, infra-estrutura e administrativos tem possibilitado o suporte especializado ao Governo de Timor-Leste por parte da polícia e dos quadros de pessoal militar e civil da UNMIT. Esses serviços incluem administração de pessoal, treinamento, manutenção de escritórios, comunicações e tecnologia da informação e operações de transporte aéreo e terrestre, assim como operações de suprimento. Os parágrafos a seguir delineiam os aspectos desse componente de apoio à missão da UNMIT os quais, uma vez removidos, poderão impactar a continuidade operacional em outras áreas importantes ou trazer outros desafios de capacitação com os quais o Governo terá que lidar.

Apoio para infra-estrutura e redes de comunicações

O apoio rotineiro de infra-estrutura para as operações da UNMIT inclui a manutenção de prédios de escritórios, abastecimento de energia, engenharia e depósitos, assim como comunicações e tecnologia da informação. Esses serviços têm beneficiado especialmente as operações policiais conjuntas da PNTL/UNPOL. No momento, a UNMIT presta apoio a 56 sites onde a UNPOL e PNTL estão co-instaladas.¹ Mais de 90 geradores de propriedade da UNMIT fornecem eletricidade, sempre abastecidos e com manutenção periódica. A Missão fornece instalações para água e esgoto nos locais necessários, assim como serviços de limpeza, material de escritório e engenharia de rotina em todos os locais. A UNMIT opera quatro centros regionais capacitados em logística, engenharia e serviços administrativos com o objetivo principal de prestar apoio aos sites conjuntos. Além disso, a UNMIT tem seu próprio quartel general em Dili - Obrigado Barracks - com um total de 74 prédios e todos os serviços para o pessoal civil, policial e militar.² As operações de manutenção e suprimento são gerenciadas através de três depósitos em Dili, um setor de transporte e engenharia com oficina completamente equipada e um pátio de armazenagem para materiais de grandes dimensões.

¹ Esta cifra inclui todas as subestações em Dili, estações distritais e sub-distritais e postos de fronteira, além da sede em Dili.

² Assim como em outros países com presença da ONU, o país anfitrião assume formalmente a responsabilidade pela segurança e proteção dos locais e dos funcionários da ONU, assim como o auxílio necessário para possibilitar a condução de programas da ONU.

A Missão estabeleceu três redes de comunicações que também servem as operações policiais UNPOL/UNMIT. No momento, todos os 54 locais e centros regionais co-instalados se beneficiam da rede de rádio de muito alta frequência (VHF) e alta frequência (HF), que consiste de 86 repetidoras VHF, 106 estações de base VHF, 67 estações de base HF e todos os rádios (móveis e tipo aparelho de mão). A UNMIT mantém links por satélite para Dili e 13 sites distritais, assim como uma rede de 42 links de micro-ondas para comunicações de voz e dados. A maior parte da rede radiofônica é hospedada pela Timor Telecom e torres de transmissão de TV. Além disso, a UNMIT tem, mantém e abastece um site de transmissão de rádio AM e três sites de repetidoras para comunicações no país. A maior parte dos equipamentos de comunicações de propriedade da UNMIT em serviço está sujeita a acordos de usuário final exigidos pelos fabricantes, o que pode apresentar empecilhos para a transferência de propriedade ao Governo de Timor-Leste após a partida da UNMIT.³

Transporte aéreo

No momento, a UNMIT opera quatro helicópteros (um dedicado a operações de atendimento médico e busca e salvamento) e duas aeronaves de asa fixa no aeródromo de Dili. Além disso, opera 13 pistas de pouso primárias para aviões no país e 62 pistas de pouso de baixa intensidade para helicópteros. A frota de helicópteros é operada por 18 funcionários de aviação, com apoio de 27 funcionários para controle aéreo. Para receber os vôos e auxiliar no despacho aéreo, esses locais contam com oficiais de ligação oriundos em sua maioria do quadro de segurança da UNPOL e UNMIT. A equipe de transporte aéreo da UNMIT fornece diversos serviços específicos para manter a continuidade operacional e sucesso da missão. Na esfera humanitária, por exemplo, a UNMIT já prestou suporte a evacuações para atendimento médico, especialmente a partir da Ilha Atauro, transportando cidadãos timorenses de locais remotos para tratamento médico em Dili para casos de vida ou morte. Como parte de seu mandato, a UNMIT também forneceu transporte para autoridades governamentais, em casos apropriados. Além disso, a UNMIT conduziu vôos humanitários para regiões assoladas por desastres, transportando 4,5 toneladas de

³ A UNMIT analisará o impacto desses acordos de usuário final na transferência de propriedade, em consulta com a Sede da ONU e os fornecedores em questão.

TABELA 1: APOIO SELECIONADO DA UNMIT EM INFRA-ESTRUTURA PARA OPERAÇÕES PNTL

REGIÃO	SITES	VEÍCULOS	GERADORES ELÉTRICOS	PESSOAL DE TRANSPORTE	PESSOAL DE ENGENHARIA
Baucau	12	31	16	3,1	18,0
Maliana	4	14	11	1,4	6,0
Suai	6	31	14	3,1	9,0
Oecusse	3	14	4	1,4	4,5
Dili	31	325	49	32,5	43,5
Total	56	415	94	41,5	81,0

Nota: As unidades Funcionários são calculados com base em uma proporção de 1 unidade de funcionário por 10 veículos para o pessoal dos transportes (incluindo para a gestão de frota exemplo, fornecimento, manutenção e reparações), e uma proporção de 1,5 unidades de pessoal por um site (incluindo, por exemplo todas as áreas de engenharia, gestão de instalações),

suprimentos de socorro em 2009. Durante eleições, a UNMIT rotineiramente organiza um número limitado de vôos para levar cédulas eleitorais a áreas remotas do país.

Para ajudar a reforçar a capacitação do setor de aviação de Timor-Leste, a UNMIT emprega um especialista em aviação civil que presta apoio às autoridades relevantes, em coordenação estreita com outros parceiros. A UNMIT já forneceu também oportunidades de treinamento, a depender do espaço disponível, e continua a fazê-lo sempre que possível. Por exemplo, diversos funcionários do aeroporto de Dili já participaram, com apoio da UNMIT, de três cursos oferecidos pela Associação Internacional de Transporte Aéreo (IATA) sobre gestão de operações aéreas, mercadorias perigosas e situações de emergência em aeródromos.

Transporte terrestre

A UNMIT gerencia uma frota de mais de 800 veículos, inclusive 735 veículos leves para passageiros, ônibus de dimensões médias, caminhões médios e ambulâncias para apoiar a implementação de seu mandato. No momento, a UNPOL opera 415 desses veículos. Os reparos principais são feitos em uma oficina central em Dili, enquanto que a manutenção rotineira é efetuada nas diversas regiões. A UNMIT já utilizou seus veículos para prestar apoio ocasional a importantes eventos nacionais e visitas diplomáticas. A gestão desses veículos e seus serviços correlatos é efetuada por aproximadamente 80 funcionários do setor de transportes.

Serviços de informações geográficas

A unidade de serviços de informações geográficas (GIS) da UNMIT elaborou um conjunto singular e altamente útil de mapas e dados especializados que beneficiam as operações conjuntas do Governo e ONU, além da população de Timor-Leste em geral. Seis funcionários prestam esses serviços para a UNMIT, usando equipamentos especializados de informática e impressão, auxiliando as autoridades governamentais sempre que necessário. Até agora, a unidade já colaborou com o Ministério da Infra-estrutura, Ministério da Agricultura, Secretariado de Assistência Estatal e Social e Desastres Naturais, Universidade de Dili e Instituto de Tecnologia de Dili. Com os esforços concentrados em aumento de capacitação antes de 2012, o pesado investimento da UNMIT em serviços GIS especializados poderá se tornar um ativo importante para funcionários do Governo, estudantes timorenses e a população em geral.

Serviços de tradução e interpretação

A capacitação da UNMIT para serviços de tradução é um ativo essencial em muitos eventos conjuntos do Governo de Timor-Leste e Nações Unidas. A unidade de tradução da UNMIT consiste de 13 funcionários e fornece serviços completos, inclusive equipamento para interpretação simultânea, para eventos de larga escala patrocinados pelo Governo e pelas Nações Unidas.

NECESSIDADES PRIORITÁRIAS ATÉ 2012

A retirada do apoio da missão da UNMIT irá criar algumas lacunas no período até 2012 e até além, potencialmente. A prioridade mais importante é preparar um apoio adequado

para continuidade operacional nos casos em que os materiais ou equipamentos atualmente empregados são de propriedade da ONU, especialmente no caso dos serviços de polícia e segurança de Timor-Leste. Os requisitos legislativos da ONU permitem a doação de certos materiais ou equipamentos de sua propriedade para o Governo, mas uma parte substancial desses materiais e equipamentos não pode permanecer em Timor-Leste. Por exemplo, uma questão que poderá vir a ser de grande importância é como encontrar e instalar alternativas para a extensa rede de comunicações da UNMIT antes da mesma ser removida. Outra prioridade potencial será implementar providências para manter os sites co-instalados da PNTL/UNPOL. Igualmente vital é a continuação do reforço das competências do Governo em gestão de frotas, engenharia e logística. A procura de alternativas para a capacitação da UNMIT em transporte aéreo, que já teve início, terá que estar concluída em tempo para a retirada da UNMIT. O aumento das competências nacionais em serviços de informação geográfica antes da retirada da UNMIT poderá se traduzir num ativo importante para futuras gerações de funcionários governamentais, estudantes e a população em geral. Finalmente, será importante concluir as preparações jurídicas e de apoio operacional para o engajamento futuro da ONU em Timor-Leste, conforme necessário, inclusive a consolidação proposta de todas as atividades do sistema ONU na área da sede "Obrigado Barracks" em Dili, onde a UNMIT está localizada atualmente.⁴

OBJETIVOS

Em consideração às necessidades prioritárias, seguem alguns objetivos do apoio à missão e logística durante a transição da UNMIT:

- 1 Co-instalação PNTL/UNPOL:** Identificar instalações a serem devolvidas ao Governo após a retirada da UNMIT dos locais de co-instalação PNTL/UNPOL, assim como necessidades de apoio para a continuação das operações dos mesmos.
- 2 Outras áreas de apoio:** Fornecer serviços de consultoria e criar planos de continuidade de ações a serem tomadas pelo Governo em outras áreas de apoio conduzidas ou cobertas pela UNMIT atualmente, inclusive infra-estrutura e comunicações, transporte aéreo e terrestre, serviços de informações geográficas e tradução.
- 3 Transferência de ativos:** Transferir ou doar ativos de propriedade das Nações Unidas, dentro das limitações de requisitos legislativos da ONU e após aprovação da Assembleia Geral, e identificar requisitos de apoio técnico relativos aos mesmos.
- 4 Apoio operacional futuro para a ONU:** Preparar o apoio operacional apropriado para a presença da ONU em Timor-Leste depois da UNMIT.

⁴ É provável que o uso de centros regionais da UNMIT para escritórios de campo conjuntos de órgãos da ONU se cristize como uma necessidade durante o ano de 2012.

ALIENAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DA UNMIT

Ao final do mandato da UNMIT, os equipamentos da Missão serão alienados de acordo com um processo e sequência definidos pelas Regras e Regulamentos Financeiros da ONU e resoluções correspondentes da Assembleia Geral da ONU. Geralmente, os equipamentos da UNMIT são transferidos na seguinte ordem: 1) primeiro e antes de qualquer outra opção, para outras missões da ONU ou para o estoque de reserva na base de logística da ONU, na Itália, 2) para outras organizações da ONU mantidas por contribuições avaliadas de países membros da ONU, 3) venda a valores depreciados para órgãos da ONU, 4) venda comercial dos equipamentos mais antigos (inclusive para o governo anfitrião), 5) doação para o governo anfitrião. As decisões sobre doação definitiva

dos materiais são sujeitas à aprovação da Assembleia Geral da ONU, em conformidade com as Regras e Regulamentos Financeiros. O componente de apoio da missão da UNMIT já iniciou o planejamento pré-alienação e estabeleceu um comitê para analisar o status dos ativos e tomar decisões preliminares sobre o destino dos mesmos. Com base nessa análise, a UNMIT trabalhará com o Governo na elaboração uma lista de materiais a serem doados, para aprovação da sede da ONU. A criação de uma lista definitiva de doações terá que levar em consideração os requisitos legislativos da ONU, a expectativa de vida útil e as condições dos materiais, assim como a capacidade local de manter ou preservar materiais específicos e relevantes.

AÇÕES CONJUNTAS ATÉ DEZEMBRO DE 2012

Para cumprir os objetivos estabelecidos acima, o componente de apoio da missão da UNMIT e seus correspondentes no Ministério das Finanças enfocarão a conclusão de várias tarefas até dezembro de 2012. Com relação aos sites de co-instalação, a UNMIT elaborará até julho de 2011 pacotes detalhados com briefings sobre os sites, inclusive equipamentos relevantes atualmente em uso e providências para contratos e implicações orçamentárias para gestão das instalações, além de uma programação preliminar a um prazo mais longo para a transferência dos locais. Subsequentemente, a UNMIT e seus correspondentes no Governo identificarão as lacunas existentes em termos de providências relativas a capacitação e suporte necessários para manter os locais co-instalados e elaborarão um acordo para um plano de treinamento que preencha essas lacunas de competências. Além disso, implementarão sessões de treinamento no primeiro semestre de 2012, na medida do possível e viável em termos práticos.

A UNMIT fornecerá também recomendações e auxílio ao Governo para a criação de planos para continuidade de ações em outras áreas de apoio, inclusive comunicações, transporte aéreo, transporte terrestre, produtos para informações geográficas, tradução e interpretação. A UNMIT e seus correspondentes no Governo farão planos conjuntos para provisão de serviços e identificação de fontes potenciais de cooperação bilateral e multilateral. O Governo de Timor-Leste será responsável por planos de apoio comercial, bilateral ou multilateral e pelas provisões orçamentárias necessárias para lidar com os riscos potenciais em termos de capacitação.

A depender dos requisitos legislativos para a alienação de ativos da ONU constantes das resoluções da Assembleia Geral da ONU, a UNMIT elaborará a sequência e os procedimentos para transferência dos equipamentos e materiais para as partes correspondentes no Governo. Com esse propósito, a UNMIT identificará os materiais a serem transferidos para outras missões da ONU ou para a base logística do Setor de Manutenção da Paz da ONU na Itália, materiais necessários para outras organizações da ONU em Timor-Leste, itens a serem vendidos e material a ser doado para o Governo. As considerações sobre elaboração de uma lista definitiva de doações deverão incluir os requisitos legislativos da ONU, expectativa de vida útil e condições dos materiais, assim como

capacitação local para operar e fazer manutenção de materiais relevantes. Em conjunto com essas tarefas, os peritos técnicos da UNMIT trabalharão com as partes correspondentes do Governo para definir requisitos específicos e fornecer treinamento, por exemplo para manutenção de geradores e veículos, operações de depósitos ou gestão de frotas.

Finalmente, a UNMIT trabalhará com as partes correspondentes no Governo de Timor-Leste e sede da ONU para garantir um apoio operacional apropriado para a presença da ONU em Timor-Leste depois da UNMIT. A UNMIT identificará instalações não usadas pela polícia e que possam ser mantidas durante a fase de liquidação e reunirá esforços com o Governo para a consolidação proposta das atividades do sistema ONU em Obrigado Barracks, em Dili, ou talvez em centros regionais conjuntos, para poder capacitar a ONU a atuar de maneira "as one" (unificada). Subsequentemente, o Governo e a UNMIT planejarão a sequência de transferência para instalações que não serão necessárias para a presença da ONU. Todas as instalações relevantes serão transferidas de maneira inteiramente funcional e com seus equipamentos correlatos, como por exemplo oficinas, sempre que for possível. A UNMIT tomará as providências para que seja feita uma limpeza ambiental de todas as instalações transferidas.

CONTINUIDADE OPERACIONAL APÓS 2012

Tendo em vista a retirada da UNMIT em dezembro de 2012, o Governo de Timor-Leste decidirá como lidar com os déficits de capacitação para apoio em certas áreas de enfoque como, por exemplo, infra-estrutura e redes de comunicações, transporte aéreo e terrestre e sistemas de informações geográficas, assim como tradução. As providências para apoio comercial, bilateral ou multilateral deverão estar concluídas antes da partida da UNMIT, para garantir continuidade. Quanto a aviação, o Governo está criando planos para fornecer serviços aéreos domésticos em Timor-Leste com apoio bilateral, usando aeronaves de asa fixa e helicópteros.

No que se refere à extensa rede de comunicações, a UNPOL vem trabalhando com a PNTL para reativar equipamentos de comunicações previamente doados para poder criar uma rede de reposição. No entanto, existe um risco significativo de que a capacitação atual de comunicações PNTL/UNPOL não possa ser mantida. Outros riscos similares de capacitação existem

com respeito a gestão de instalações, gestão de frotas, engenharia, serviços de informações geográficas e tradução.

MONITORAMENTO

Os pontos focais da UNMIT e do Governo submeterão um relatório trimestral aos pontos focais gerais de transição, para análise do Comitê Superior. O relatório terá como base o monitoramento regular dos objetivos de transição mutuamente acordados para apoio à missão, assim como as metas, atividades e resultados refletidos no orçamento de resultados da UNMIT e Quadro Estratégico Integrado (ISF). Um grupo de trabalho Governo/UNMIT para apoio à missão e logística analisará o progresso mensalmente, com base nos mapas detalhados de atividades que mostram com precisão os resultados, insumos, atividades e responsabilidades designadas.

IMPLICAÇÕES DE RECURSOS

Durante o ano de 2011 e em conjunto com o Ministério das Finanças, a UNMIT determinará com detalhes os recursos necessários, inclusive custos com compras, manutenção,

operações e contratação de pessoal para apoio relativo a infraestrutura, redes de comunicações, transporte aéreo e terrestre e tradução, além dos serviços de informações geográficas.

Com a retirada da UNMIT, o WFP estaria preparado para aumentar sua participação em logística para reforço da capacitação de prestação de serviços e solidificação de conhecimentos institucionais em ministérios parceiros, se solicitado e a depender da necessidade. As atividades ampliadas incluiriam gestão de depósitos, gestão de frotas e implementação de projetos operacionais, assim como treinamentos correlatos em administração e finanças. Durante o período de 2012 a 2014, os orçamentos de projeto indicativos apontam para aproximadamente US\$ 3,1 milhões. Essas atividades estariam diretamente vinculadas ao mandato da UNMIT e para apoio às metas relacionadas com gestão de desastres no Plano de Desenvolvimento Estratégico de Timor-Leste para 2011-2030.

TREINAMENTO PARA FUNCIONARIOS TIMORENSES

Investindo nas pessoas visando a obter uma sociedade e uma economia sólidas

Um dos princípios orientadores do processo de transição da UNMIT é o compromisso de reforçar as competências de indivíduos e instituições timorenses.¹ Para cumprir esse compromisso durante o período de tempo até sua retirada, a UNMIT conduzirá um amplo leque de atividades de capacitação para membros das equipes timorenses dentro e fora da UNMIT, com o intuito de criar e expandir habilidades. As seções descritas abaixo delineiam as ações a serem criadas pela UNMIT para atender às necessidades de treinamento não só da sua equipe em Timor-Leste mas também do pessoal que atua nas instituições nacionais durante o período de 2011 a 2012.

TREINAMENTO PARA AS EQUIPES NACIONAIS

A UNMIT criou seu próprio projeto de capacitação de funcionários nacionais (NSCBP) para estender aos mais de 900 indivíduos timorenses que atuam em suas equipes de trabalho as habilidades necessárias para participar da sociedade timorense como membros produtivos da mesma e contribuir para o desenvolvimento do país. Até a presente data o programa gerou um alto grau de entusiasmo e compromisso entre as equipes nacionais. Ao se retirar do país, a UNMIT transferirá para o Governo os registros de treinamentos de todo o pessoal nacional para que as autoridades timorenses possam aproveitar esse quadro de pessoal qualificado para atender suas próprias necessidades de recursos humanos.

No início do NSCBP, a UNMIT organizou uma força-tarefa que, por sua vez, criou uma diretriz de capacitação para as equipes nacionais. A diretriz foi aprovada pelo SRSB em 8 de março de 2010. Concluídos os levantamentos de necessidades de treinamento conduzidos em 2009 e 2010, a UNMIT criou um programa de três fases, a ser implantado durante um período de dois anos. A primeira fase é um trabalho de reforço das habilidades já existentes e de certificação da UNMIT para treinamento interno. O enfoque da segunda fase é a certificação nacional e internacional, com ênfase na expansão de habilidades. Durante essa fase, os provedores de cursos de treinamento serão tanto nacionais quanto internacionais. Por último, o enfoque da fase três será o desenvolvimento de habilidades para o futuro, permitindo uma ampliação do conjunto de talentos das equipes e oportunidades de busca de novos caminhos em termos de carreira. Durante a Fase III, a UNMIT atuará em colaboração estreita com o Governo para identificar os conjuntos de habilidades exigidos pelas equipes da UNMIT e possibilitar uma transição suave para carreiras no âmbito do Governo. Uma vez identificados os conjuntos de habilidades, serão ministrados os cursos de treinamento.

Quatro grupos ocupacionais principais foram identificados para o programa: pessoal administrativo, pessoal técnico, assistentes linguísticos e funcionários profissionais nacionais. A UNMIT também emprega guardas de segurança e funcionários de limpeza, cujas necessidades de treinamento começarão a ser levantadas no final de 2011.

Ao final do mês de junho de 2011, 60% das equipes nacionais já se encontravam com todos os requisitos necessários para o certificado de Fase I preenchidos. Em meados do mesmo mês, foi organizada uma cerimônia de formatura para comemorar essa conquista, após a qual foram iniciados o planejamento, preparativos e treinamento para a Fase II. As Fases II e III do programa consistiram de treinamento cruzado no âmbito das seções da UNMIT e entre as mesmas, assim como oportunidades de colocação para empregos nos setores público e privado de Timor-Leste, na medida do possível e de acordo com a relevância. Também na medida do possível, a UNMIT fará uma prospecção de oportunidades de colocações para empregos internacionais, assim como designações temporárias para outras missões da ONU. Todas as fases do NSCBP incluem um curso do idioma inglês como complemento para outras atividades de treinamento.

TREINAMENTO PARA EQUIPES DO GOVERNO

A UNMIT também dará suporte a Ministérios e Setores do Governo através do oferecimento de atividades de treinamento UNMIT para as equipes dos mesmos. Essas atividades podem ser ministradas no âmbito da UNMIT ou, a depender do tamanho dos grupos, dentro das instituições do Governo. Por exemplo, a UNMIT recebeu pedidos para sessões de treinamento da parte da Presidência da República, Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Administração Estadual. O treinamento solicitado inclui cursos de inglês, informática e habilidades administrativas, como por exemplo planejamento e organização. Para facilitar esta colaboração, o Centro Integrado de Treinamento da Missão da UNMIT identificou um ponto focal para lidar com os pedidos oriundos de instituições nacionais e fazer a ligação com a instituição solicitante. Assim como no programa para funcionários nacionais, a UNMIT registrará todos os cursos formais concluídos pelas equipes do Governo e compartilhará esses registros com as autoridades nacionais, a pedido das mesmas.

TREINAMENTO NÃO-FORMAL

Além do seu programa formal de treinamento, a UNMIT temofecrecido durante algum tempo sessões de treinamento prático para equipes do Governo, no local de trabalho, realizadas tanto nas instalações da UNMIT quanto nas do Governo. Por exemplo, a seção de Suprimentos da UNMIT ofereceu treinamento e recomendações às equipes gestores do depósito da PNTL; a seção de Transportes está fornecendo treinamento em gestão de frotas para a Presidência da República; e a seção de Engenharia está fornecendo recomendações à Presidência sobre criação de ciclos de manutenção. Outro exemplo de treinamento não-formal para funcionários em instituições nacionais é o trabalho de capacitação realizado pela seção de Comunicações e Informações Públicas (CPIO) da UNMIT. Esse trabalho inclui o "programa stringer" da Rádio UNMIT, onde jornalistas de rádio comunitário se reúnem com colegas da UNMIT para períodos de 2 meses para aprimorar suas habilidades técnicas e jornalísticas.

¹ Ver também o anexo: Política da UNMIT para Capacitação das Equipes Nacionais

O propósito é fortalecer o jornalismo comunitário e aumentar o acesso do povo timorense à informação. Até agora, 24 jornalistas comunitários já participaram do programa. A UNMIT também apóia a Rádio e Televisão de Timor-Leste na busca de aprimoramento da capacidade técnica e habilidades de seus jornalistas.

FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES NACIONAIS DE TREINAMENTO

A UNMIT está conduzindo atualmente um processo de seleção e aquisição de serviços de instituições locais de treinamento para ministrar uma gama de cursos de capacitação para aproximadamente 520 funcionários das áreas administrativas e técnicas, assim como para Funcionários Profissionais Nacionais. Esses cursos, a serem ministrados em tétum, incluem tópicos de administração, desenvolvimento profissional e gestão. Além disso, a UNMIT está planejando para meados de 2011 a contratação de provedores locais de treinamento profissionalizante para avaliar funcionários no âmbito dos grupos ocupacionais técnicos e de ofícios em

conformidade com os Certificados I e II do Quadro Nacional de Qualificações (NQF). Por último, a UNMIT irá trabalhar em colaboração estreita com o Secretariado de Estado para Capacitação Profissional e Emprego (SEFOPE), Instituto Nacional de Administração Pública (INAP) e instituições locais de treinamento para aperfeiçoar as seções relevantes do NQF com a finalidade de classificar os funcionários técnicos e de ofícios da UNMIT de acordo com os Certificados III e IV do NQF nas áreas de construção e automóveis.

MONITORAMENTO

Os pontos focais da UNMIT e do Governo submeterão um relatório trimestral aos pontos focais gerais de transição, para apreciação do Comitê Superior. O relatório terá como base o monitoramento regular dos objetivos de transição mutuamente acordados para treinamento de timorenses, assim como as metas, atividades e resultados refletidos no orçamento de resultados da UNMIT e Quadro Estratégico Integrado (ISF).

IMPACTO NA ECONOMIA LOCAL

Administrando os efeitos econômicos da retirada da UNMIT

CONTEXTO

O final do mandato da UNMIT implicará em uma redução líquida de gastos pela UNMIT e seus funcionários, diminuindo a demanda por bens e serviços locais. A medição do provável impacto econômico é feita em termos de mudanças em produção, resultados, empregos e renda (remuneração). A retirada da UNMIT terá sem dúvida um impacto na economia local, mas esse impacto será menor do que em 2002, devido ao tamanho, agora muito maior, da economia de Timor-Leste, e afetará principalmente a área urbana da Grande Dili, onde 69% dos funcionários internacionais e nacionais são utilizados.

Em 2010, a fatia do PIB não-petróleo de Timor-Leste atribuída à UNMIT foi estimada em 7,4%, aproximadamente. A participação total da ONU no produto interno bruto (PIB) não-petróleo tem diminuído a uma média de 11,1% ao ano entre 2002 e 2010 e 21,3% ao ano entre 2007 e 2010. Ao mesmo tempo, o PIB real não-petróleo aumentou a uma média de 11,6% entre 2002 e 2010. A economia não-petróleo continuou a se expandir rapidamente, motivada pelos gastos do setor público. As taxas impressionantes de crescimento são uma ilustração clara do aumento da oferta e demanda, resultante da quadruplicação dos gastos do Governo durante os últimos três anos — tendência que deverá continuar em 2012 e anos vindouros.

O Governo já alocou recursos significativos através de transferências para pensionistas e veteranos de guerra, deficientes físicos, mães solteiras e órfãos. Por exemplo, 188.000 pensões foram pagas em 2008/09, inclusive 16.634 pensões para mães solteiras. Subvenções em capital governamental e programas de desenvolvimento comunitário foram alocados no país inteiro através de projetos de infra-estrutura, programas geradores de salário, serviços para pessoas com deficiências e programas de alimentação para mães e bebês. Os projetos de mão-de-obra intensiva financiados pelo Governo no nível distrital já beneficiaram aproximadamente 40.000 timorenses por ano, desde 2007. Em 2009, mais de US\$ 40 milhões foram canalizados através de companhias contratadas localmente em áreas rurais para melhorias em infra-estrutura. A iniciativa já criou 64.000 empregos. Em 2011 terão continuidade grandes projetos de infra-estrutura e melhorias significativas em serviços de utilidade pública, aumentando as oportunidades de emprego. A tabela a seguir fornece uma ideia detalhada do PIB atual não-petróleo e da participação da UNMIT no PIB não-petróleo, já em declínio.

A Tabela 2 mostra uma estimativa das despesas UNMIT relativas a procurement direto e outros gastos locais gerados no ano fiscal de Jul 2009 a Jun 2010. Os US\$46,2 milhões incluem pagamentos locais a funcionários nacionais e internacionais da UNMIT como valor aproximado ¹ da pegada (footprint) econômica total da Missão em Timor-Leste. As Tabelas 3 e 4 mostram funcionários nacionais empregados pela UNMIT, status ocupacional e salário anual médio, assim como procurement local da UNMIT.

O impacto da retirada da UNMIT será localizado, afetando principalmente a área urbana da grande Dili, onde 69% das equipes de trabalho, tanto internacionais quanto nacionais, são utilizadas (ver Tabela 5 abaixo).

NECESSIDADES PRIORITÁRIAS ATÉ 2012

Diversas necessidades prioritárias devem ser consideradas em antecedência à retirada da UNMIT. Uma das prioridades será aumentar as oportunidades de empregos a curto prazo através de obras públicas de mão-de-obra intensiva como estradas, irrigação e construção. Esse esforço exige uma colaboração estreita com a SEFOPE, Ministério da Infra-estrutura, ILO e outros órgãos relevantes. Paralelamente, a UNMIT continuará a fornecer às suas equipes nacionais programas de treinamento, capacitação e desenvolvimento de habilidades em áreas relevantes. Juntamente com o Governo, a UNMIT conduzirá também um trabalho para identificar áreas estratégicas de demanda por recursos humanos em órgãos públicos, novos ou planejados, que poderiam fornecer oportunidades para ex-funcionários da UNMIT. Igualmente importante será facilitar disposições com companhias de segurança privada e a Segurança Civil (DNSEAP) pública para absorver pelo menos uma parte substancial dos quase 1.500 guardas de segurança que no momento dependem da presença da UNMIT para seu sustento.

OBJETIVO

- Mitigação de impacto:** Propor ações concretas e calendarizadas pelo Governo de Timor-Leste e UNMIT para ajudar a atenuar os impactos adversos da retirada da UNMIT na economia local.

¹ Esse dado é aproximado e tem origem no fato de que alguns funcionários internacionais recebem seus salários em contas bancárias no exterior e retiram dinheiro em espécie em Timor-Leste com cartões de débito.

TABELA 1: PARTICIPAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DO PIB REAL NÃO-PETRÓLEO

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 EST.
PIB real não-petróleo (US\$ m)	257,7	266,9	280,8	301,9	297,1	357,8	444,6	557,8	622,0
Participação da ONU (US\$ m)	48,9	34,7	26,4	16,9	24,1	54,4	65,3	65,2	46,7
Participação da ONU (%)	19,0	13,0	9,4	5,6	8,1	15,2	14,7	11,7	7,4

Nota: Fonte dos dados PIB: Governo de Timor-Leste, Orçamento Estatal Geral 2011, Livro 1, p. 4. Os cálculos têm por base os dados PIB,

AÇÕES CONJUNTAS ATÉ DEZEMBRO DE 2012

Para atenuar o impacto econômico da retirada da UNMIT, várias medidas podem ser tomadas pelo Governo de Timor-Leste e a Missão. O Governo poderia selecionar alguns dos funcionários nacionais qualificados da UNMIT para trabalhar em áreas concretas, inclusive mas não limitadas a contabilidade, descentralização, setor jurídico e informação pública. O Governo poderia também optar por selecionar parte dos especialistas técnicos e empregados de manutenção da UNMIT, por exemplo, para atuar na manutenção de veículos oficiais, geradores e outros equipamentos. Com o programa de investimentos públicos em rápida expansão, pode-se antecipar que muitos trabalhadores com ou sem qualificações poderiam também ser absorvidos no setor privado. Na medida do possível, a UNMIT defenderá a ideia de utilizar funcionários nacionais elegíveis e equipes de serviços gerais em outras missões do Departamento de Operações de Manutenção da Paz. Finalmente, o Governo e a UNMIT poderiam organizar um trabalho de aconselhamento profissional para promover alternativas de trabalho por conta própria (empreendedorismo) e como mobilizar um capital inicial.

Coordenação Inter-Ministerial

O Governo fará ajustes nos mecanismos de coordenação inter-ministerial entre o Ministério da Economia e Desenvolvimento, Secretaria de Estado para Treinamento e Obras Públicas (SEFOPE) e outros parceiros importantes do Governo para criar oportunidades de emprego para as equipes nacionais da UNMIT. Com esse objetivo, o Governo trabalhará com a UNMIT para identificar conjuntos de empregos e talentos que sejam estrategicamente importantes para as diversas secretarias e departamentos, já existentes ou em planejamento, do setor público. A UNMIT preparará listas de funcionários competentes para consideração prioritária pelo Governo. Por exemplo, parte do pessoal de contabilidade e finanças poderia ser absorvida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento.

CONTINUIDADE OPERACIONAL APÓS 2012

A atenuação do impacto econômico da retirada da UNMIT dependerá do compromisso tanto do Governo quanto da UNMIT em cooperar estreitamente e aumentar a eficiência da coordenação inter-ministerial para absorção das equipes nacionais da UNMIT nos setores público e privado em 2012 e além.

MONITORAMENTO

Os pontos focais da UNMIT e do Governo identificarão em conjunto marcos importantes para colocação de funcionários e submeterão um relatório trimestral de andamento aos pontos focais gerais de transição, para apreciação do Comitê Superior. O relatório terá como base o monitoramento regular dos objetivos de transição mutuamente acordados, assim como as metas, atividades e resultados refletidos no orçamento de resultados da UNMIT e Quadro Estratégico Integrado (ISF). A UNMIT e os sub-grupos técnicos do Governo de Timor-Leste submeterão relatórios mensais de andamento ao grupo de trabalho conjunto.

TABELA 2: GASTOS UNMIT

CATEGORIA	VALOR (\$M)
UNMIT aquisição local	5,33
UNMIT pgts locais, staff nacional	6,38
UNMIT pgts locais, staff internacional	34,93
Total	46,65

TABELA 3: UNMIT AQUISIÇÃO LOCAL

CATEGORIA	VALOR (\$)	%
Mercadorias (bens)	851.500	16
Eliminação de lixo, resíduos	61.270	1
Serviços de limpeza	548.960	10
Guardas de segurança	2.985.760	56
Frete	609.170	11
Mídia	26.280	0
Impressão e reprodução	62.160	1
Comunicação	187.930	5
Total	5.333.030	100

TABELA 4: FUNCIONÁRIOS NACIONAIS

CATEGORIA	QUANT.
Profissionais Nacionais (NPO)	68
NPO, Setor Jurídico	13
NPO, Direitos Humanos	12
NPO, Informações Públicas	10
NPO, Outros	33
Serviços Gerais (GS)	830
GS, Administração	440
GS, Transportes	90
GS, Logística	110
GS, Engenharia	75
GS, Segurança	65
GS, Outros	50
Total	898

TABELA 5: EQUIPES DE TRABALHO UNMIT

CATEGORIA	QUANT.	EM DILI (%)
Equipes internacionais	372	345 (93%)
United Nations Volunteers	156	113 (72%)
Equipes nacionais	898	645 (72%)
Funcionários Militares de Ligação	33	7 (21%)
UNPOLs, excluindo FPU's	947	599 (63%)
FPU's	523	314 (60%)
(Guardas de segurança APAC)	(1.480)	(1.136 (77%))
Total (excl. guardas de segurança)	2.929	2.023 (69%)

Fonte: Centro Conjunto de Análises da Missão (JMAC), UNMIT (Jan 2011)

2 MATRIZ DE ATIVIDADES

POLÍCIA E SEGURANÇA (POLÍCIA)

OBJETIVOS	ATIVIDADE UNMIT	PRAZO PARA CONCLUSÃO	DISP. PARA A TRANSFERÊNCIA
1. Construir capacitação técnica e profissional para a PNTL, possibilitando reconstituição plena das responsabilidades de policiamento da UNPOL para a PNTL.	1.1. Realizar cursos regulares de treinamento para construir capacitação técnica e profissional para membros da PNTL.	Atividade em andamento	Após dezembro 2012, o Centro de Treinamento da PNTL (PTC) assumirá as atividades de treinamento para oficiais PNTL, de acordo com seu mandato. PNTL determinará a necessidade e escopo do possível apoio a ser dado por doadores ou órgãos diversos.
	1.2. Criar novos currículos para atender as necessidades da PNTL e elaborar os materiais de treinamento necessários para os cursos.	Material de treinamento estará pronto em outubro 2011. Currículo será elaborado em base anual.	
	1.3. Elaborar e ministrar cursos de treinamento em liderança e gestão para oficiais sênior da PNTL.	Atividade em andamento	
	1.4. Elaborar e ministrar cursos especializados de treinamento para os membros da PNTL designados para Unidades Especializadas.	Atividade em andamento	
	1.5. Elaborar e implementar o Calendário Integrado de Treinamento para 2011-12.	Concluído e aprovado em março de 2011; Calendário de Treinamento a ser desenvolvido e implementado em base anual.	
2. Apoiar o Governo de Timor-Leste e a PNTL no esforço de solidificar a estrutura jurídica e regulatória e alterá-la conforme as necessidades da interação PNTL/UNPOL	2.1. Auxiliar a PNTL na condução de uma revisão da Lei Orgânica para definir a estrutura, os poderes e os pontos fortes de cada uma das Unidades e Serviços da PNTL (levando em consideração os temas identificados em NOPs atuais e enfatizando os NOPs necessários para lidar com as necessidades).	Revisão até julho 2012. UNPOL fornecerá apoio e capacitação continuada até o final do mandato.	Comando Geral PNTL responsável por revisões futuras da Lei.
	2.2. Estabelecer um comitê permanente para rever as leis criminais e fazer recomendações ao Governo no sentido de emendas, aprimoramentos ou adições.	Comitê permanente a ser estabelecido até agosto de 2011. Recomendações emitidas até agosto 2012. UNPOL fornecerá apoio e capacitação continuada até o final do mandato. Comitê permanente continuará suas atividades além de 2012.	Comando Geral PNTL responsável por cumprir as recomendações do comitê.
	2.3. Desenvolver uma política nacional sobre policiamento, prisão e detenção de juvenis.	Política deverá estar pronta até julho 2012. UNPOL fornecerá apoio e capacitação continuada até o final do mandato	UNICEF continuará a apoiar questões de justiça juvenil, inclusive treinamento para atores em atividades policiais além de 2012.
3. Solidificar estruturas e políticas de gestão administrativa da PNTL.	3.1. Conduzir revisão de diretrizes, regras e regulamentos administrativos. Identificar regras adicionais necessárias. Elaborar e submeter regulamentos necessários para aprovação.	Novos regulamentos administrativos a serem aprovados até setembro de 2012. UNPOL fornecerá apoio e capacitação continuada até o final do mandato.	O Comando PNTL para Administração será responsável pelas revisões futuras de diretrizes, regras e regulamentos administrativos.
	3.2. Revisar e desenvolver o sistema de gestão de recursos humanos da PNTL e elaborar o conjunto correspondente de políticas, manuais, formulários administrativos e relatórios.	Novas políticas a serem elaboradas até outubro 2011. UNPOL fornecerá apoio e capacitação continuada até o final do mandato	O Departamento de Recursos Humanos da PNTL será responsável pela implementação do sistema de gestão de RH.
	3.3. Criar ou adquirir ferramentas tecnológicas para implementar o sistema de gestão de recursos humanos, inclusive base de dados e ferramentas para relatórios.	Sistema de gestão de recursos humanos a ser implementado até outubro de 2011. UNPOL fornecerá apoio e capacitação continuada até o final do mandato.	Departamento de Recursos Humanos da PNTL será responsável pela implementação das ferramentas necessárias.

Em algumas das atividades classificadas nos Objetivos 1, 2, e 3, o trabalho da UNMIT é realizado em parceria com diversas instituições multilaterais e bilaterais. Essas instituições provavelmente continuarão a trabalhar nessas áreas além de 2012 e potencialmente absorverão algumas das funções de assessoria que atualmente são da UNMIT, a depender das prioridades do Governo.

Em algumas das atividades classificadas nos Objetivos 1, 2, e 3, o trabalho da UNMIT é realizado em parceria com diversas instituições multilaterais e bilaterais. Essas instituições provavelmente continuarão a trabalhar nessas áreas além de 2012 e potencialmente absorverão algumas das funções de assessoria que atualmente são da UNMIT, a depender das prioridades do Governo. As atividades 1.1, 1.2, 1.3, 1.4, 3.10, 3.11, 3.13, 4.1, 4.2 e 4.5 também estão incluídas no projeto conjunto UNMIT/UNDP "Reforço das Competências da Polícia Nacional em Timor-Leste.

OBJETIVOS	ATIVIDADE UNMIT	PRAZO PARA CONCLUSÃO	DISP. PARA A TRANSFERÊNCIA
[3. contínuo]	3.4. Criar, estabelecer e dar suporte à implementação de um sistema de base de dados/inventário para rastrear o movimento, status e manutenção de ativos e infraestrutura.	Base de dados deverá estar pronta até maio 2012. UNPOL fornecerá apoio e capacitação continuada até o final do mandato.	Departamento de Logística da PNTL será responsável pelo sistema de base de dados/ inventário. PTC fornecerá suporte para treinamento.
	3.5. Introduzir e dar suporte à implementação de uma política e diretrizes internas para um sistema de registros, arquivamento e memória para a PNTL.	Finalização da política e diretrizes até janeiro 2012. UNPOL fornecerá suporte e continuará trabalho de capacitação até o final do mandato.	PNTL Departamento de Administração e Planejamento da PNTL será responsável pelo uso do novo sistema de registros, arquivamento e memória.
	3.6. Conduzir uma auditoria de habilidades na PNTL para identificar as habilidades existentes e deficiências de habilidades na PNTL.	Levantamento para avaliar como aprimorar habilidades de RH e capacitação na PNTL concluído até outubro 2011. UNPOL fornecerá suporte e continuará trabalho de capacitação até o final do mandato.	Departamento de Recursos Humanos da PNTL será responsável pelas auditorias futuras de RH.
	3.7. Preparação do orçamento da PNTL para apresentar ao Governo. Criação de políticas e procedimentos relativos a finanças e orçamento.	Exercício anual regular.	Departamento de Finanças e Orçamento da PNTL será responsável pelo preparo do orçamento da PNTL. A PNTL determinará a necessidade e escopo de um possível suporte por parte de doadores ou órgãos.
	3.8. Introduzir e dar suporte à implementação de um sistema de avaliação de desempenho para a PNTL em 2011.	Introdução do sistema de avaliação de desempenho até agosto 2011. UNPOL fornecerá suporte e continuará trabalho de capacitação até o final do mandato.	PNTL será responsável pela implementação do sistema de avaliação de desempenho.
	3.9. Introduzir e dar suporte à implementação de uma política nacional e diretrizes sobre gestão de caixa para pequenas despesas na PNTL.	Política a ser introduzida até dezembro 2011. UNPOL fornecerá suporte e continuará trabalho de capacitação até o final do mandato.	Departamento de Finanças e Orçamento da PNTL será responsável pela implementação da política.
	3.10. Criar e implementar políticas e diretrizes para um sistema eficaz de gestão de compras e suprimentos para a PNTL.	Criação de políticas e treinamento da PNTL a ser concluídos até março 2012. UNPOL fornecerá suporte e continuará trabalho de capacitação até o final do mandato.	Departamento de Logística da PNTL será responsável pela gestão de compras e sistema de suprimentos da PNTL, conforme seu mandato. PTC fornecerá suporte para o treinamento.
	3.11. Criar e implementar procedimentos para gestão de frotas e manutenção de veículos. Estabelecer uma oficina para conserto de veículos da PNTL.	Procedimentos para gestão de frotas e manutenção prontos para as eleições de 2012. UNPOL fornecerá suporte e continuará trabalho de capacitação até o final do mandato.	Departamento de Logística da PNTL será responsável pela gestão e manutenção de sua frota de veículos. PTC fornecerá suporte para o treinamento.
	3.12. Aumentar a capacitação do arsenal da PNTL para gestão segura de armas de fogo adotando uma base de dados e criando uma política para armas de cano longo e armamentos especializados.	Política aprovada e treinamento concluído até outubro 2011. UNPOL fornecerá suporte e continuará trabalho de capacitação até o final do mandato.	Comando de Operações PNTL será responsável pelo uso da base de dados e implementação da política. PTC fornecerá suporte para o treinamento.
	3.13. Apoiar o papel das mulheres no local de trabalho com vistas a um ambiente mais inclusivo.	Atividade em andamento	Gabinete do Comandante Geral da PNTL será responsável pelo apoio ao papel das mulheres no local de trabalho. PTC fornecerá suporte para treinamento em questões de gênero. A PNTL determinará a necessidade e escopo do possível apoio por parte de doadores e órgãos.

POLÍCIA E SEGURANÇA (POLÍCIA)

OBJETIVOS	ATIVIDADE UNMIT	PRAZO PARA CONCLUSÃO	DISP. PARA A TRANSFERÊNCIA
4. Apoiar o aperfeiçoamento da disciplina e de mecanismos de transparência em questões disciplinares na PNTL.	4.1. Fornecer treinamento sobre padrões e normas disciplinares e éticos.	Atividade em andamento	Departamento de Justiça da PNTL será responsável pelas questões disciplinares e éticas. O PTC fornecerá suporte para o treinamento. A PNTL determinará a necessidade e escopo do possível apoio por parte de doadores e órgãos.
	4.2. Estabelecer e dar suporte à implementação de mecanismos para revisão regular de assuntos disciplinares.	Atividade em andamento	Departamento de Justiça da PNTL será responsável pelas questões disciplinares e éticas. A PNTL determinará a necessidade e o escopo do possível apoio por parte de doadores e órgãos.
	4.3. Auxiliar a PNTL na manutenção de uma base de dados precisa de investigações ativas. Treinamento para as equipes de bases de dados da PNTL.	Atividade em andamento. UNPOL fornecerá suporte e continuará trabalho de capacitação até o final do mandato.	Departamento de Justiça da PNTL será responsável pela manutenção da base de dados. PTC fornecerá suporte para o treinamento. A PNTL determinará a necessidade e o escopo do possível apoio por parte de doadores e órgãos.
	4.4. Auxiliar a PNTL no desenvolvimento de sua capacitação para analisar informações de base de dados. Fornecer treinamento em análise de dados.	Junho 2012.	Departamento de Justiça da PNTL será responsável por futuros treinamentos em análise de dados. PTC fornecerá suporte extra para treinamento, se necessário.
	4.5. Auxiliar a PNTL na adoção de um processo rotineiro de revisão pós-investigação para identificar as necessidades de políticas, procedimentos, diretrizes e treinamento e reduzir reclamações disciplinares no futuro.	Atividade em andamento	O Departamento de Justiça da PNTL será responsável pela implementação de processos pós-investigação. PTC fornecerá suporte para o treinamento. A PNTL determinará a necessidade e o escopo do possível apoio por parte de doadores e órgãos.
5. Auxiliar o Comando da PNTL na implementação de suas responsabilidades operacionais e fornecer suporte operacional, se necessário e a pedido, inclusive durante o período de eleições em 2012.	5.1. Elaborar e prestar apoio na implementação de programas de policiamento para defesa dos direitos, liberdades e garantias das populações mais vulneráveis da sociedade timorense.	Atividade em andamento	O Serviço de Investigações Criminais da PNTL será responsável pela implementação dos programas, conforme seu mandato. A PNTL determinará a necessidade e o escopo do possível apoio por parte de doadores e órgãos.
	5.2. Desenvolver, introduzir e prestar suporte à implementação de um programa de policiamento comunitário para a PNTL.	Atividade em andamento	O Departamento de Policiamento Comunitário da PNTL se encarregará da implementação do programa de policiamento comunitário. A Nova Zelândia prestará suporte ao policiamento comunitário de 2011 a 2014 (US\$8,3 milhões) como parte de um acordo bilateral com o Governo de Timor-Leste.
	5.3. Aumentar a capacitação da PNTL para responder a emergências e ajuda humanitária em caso de desastres.	Atividade em andamento	O Comando de Operações da PNTL será responsável pelo aumento da capacitação da PNTL para responder a emergências e ajuda humanitária, conforme seu mandato. O PTC fornecerá suporte para o treinamento. A PNTL determinará a necessidade e o escopo do possível apoio por parte de doadores e órgãos.
	5.4. Estabelecer e prestar suporte à implementação de sistemas adequados de relatórios periódicos e coleta de dados e identificar medições adequadas de desempenho para aumentar a eficácia do Centro de Operações Nacionais (NOC).	Treinamento deverá estar concluído até junho 2012. UNPOL fornecerá suporte e continuará o trabalho de capacitação até o final do mandato.	O Comando de Operações da PNTL e Centro de Operações Nacionais serão responsáveis pela gestão do NOC. O PTC fornecerá suporte para treinamento, conforme necessário.

OBJETIVOS	ATIVIDADE UNMIT	PRAZO PARA CONCLUSÃO	DISP. PARA A TRANSFERÊNCIA
[5. contínuo]	5.5. Desenvolver a capacitação das Unidades de Polícia Especial da PNTL (SPU), especificamente BOP e SOC, para garantir a segurança e proteção dos cidadãos.	Atividade em andamento. UNPOL fornecerá suporte e continuará o trabalho de capacitação até o final do mandato.	O PTC será responsável pelo treinamento dos SPU. A PNTL determinará a necessidade e o escopo do possível apoio por parte de doadores e órgãos.
	5.6. Reforçar as operações da Unidade Marítima da PNTL.	Atividade em andamento. UNPOL fornecerá suporte e continuará o trabalho de capacitação até o final do mandato.	O PTC será responsável pelo aperfeiçoamento das operações da Unidade Marítima. A PNTL determinará a necessidade e o escopo do possível apoio por parte de doadores e órgãos.
	5.7. Reforçar as operações da Unidade de Patrulhamento de Fronteiras da PNTL.	Atividade em andamento. UNPOL fornecerá suporte e continuará o trabalho de capacitação até o final do mandato.	O PTC será responsável pelo aperfeiçoamento das operações da Unidade de Patrulhamento de Fronteiras. A PNTL determinará a necessidade e o escopo do possível apoio por parte de doadores e órgãos.

POLÍCIA E SEGURANÇA (SEGURANÇA)

OBJETIVOS	LÍDER / ATIVIDADE	PRAZO PARA CONCLUSÃO	DISP. PARA A TRANSFERÊNCIA
1. Políticas, planos e quadro jurídico: Aprimorar, resolver ou rever políticas essenciais de segurança, planos de ação para desenvolvimento e legislação com o objetivo de definir e delinear melhor os papéis das instituições de segurança	SoSS / 1.1. Auxiliar na instituição da Política de Segurança Nacional (NSP)	Dezembro 2012	N/A
	SoSS / 1.2. Facilitar a elaboração do Plano de Ação de Segurança Nacional (NSAP) baseado no NSP (Interlocutor: Sr. Anacleto)	Dezembro 2013	Assessor Técnico Internacional 1 (ITA1, 33.3%), Assessores Nacionais 1&2 (NA1&2, 66.6%). A ser discutido com EUA
	SoSD / 1.3. Auxiliar na conclusão do F-FDTL Force Development Plan (FDP) para 2012-2017	Dezembro 2012	N/A
	SoSD / 1.4. Facilitar a participação o das forças da F-FDTL para Operações de Manutenção de Paz da ONU	Dezembro 2015	A ser discutido com Austrália, Malásia e Portugal
	SoSS / 1.5. Auxiliar na criação da Lei de Proteção Civil (CPL)	Dezembro 2012	N/A
	SoSS / 1.6. Auxiliar na criação da Lei de Regulamentação e Fiscalização de Companhias Privadas de Segurança (PSCs)	Dezembro 2012	N/A
	Em conjunto com SoSS-SoSD / 1.7. Auxiliar na criação da Lei Orgânica para uma Autoridade Marítima Nacional (NMA) e legislação marítima.	Dezembro 2013	ITA2 (20% para 2013, 33.3% para 2014), NA3&4 (80% para 2013 e 66.6% para 2014). A ser discutido com EUA e Portugal.
	SoSS / 1.8. Facilitar e auxiliar com políticas e planos relativos ao Conselho de Coordenação de Operações Fronteiriças (BOCC), em seguimento a Lei sobre BOCC a ser implementada até dez 2012 (Interlocutora: Sra. Isabel Ferreira)	Dezembro 2014	ITA1 (33.3% for 2013, 50% for 2014), NA1&2 (66.6% para 2013, 50% para 2014). A ser discutido com IOM.
2. Implementar regras e regulamentos: Estabelecer ou reforçar unidades responsáveis pela fiscalização, regência e gestão de diferentes áreas do setor de segurança	SoSS / 2.1. Auxiliar com a criação de Regulamentos ref. Status de Pessoal para Segurança Civil e Brigadas de Incêndio (cobrindo leis e políticas para Diretorado Nacional Segurança de Prédios Públicos (DNSEP) e implementação de regras e regulamentos relativos à Lei de Proteção Civil) (Interlocutores: Sr. Anacleto e Sr. António de Sá)	Dezembro 2012	N/A
	SoSS / 2.2. Auxiliar o DNSEP na criação de regras de fiscalização e regulamentação de companhias de segurança privada através da implementação de políticas, regras e regulamentos (propostos no projeto UNDP BCPR.	Dezembro 2012	N/A
	SoSS / 2.3. Facilitar o trabalho do Diretorado Nacional para Prevenção de Conflitos Comunitários (DNPCC) na criação de função de alerta e prevenção de conflito através da implementação de regras, políticas e procedimentos (propostos no projeto UNDP BCPR.	Dezembro 2012	N/A
	SoSS / 2.4. Auxiliar o DNPC (Diretorado Nacional para Proteção Civil) para reforço de capacitação para coordenação e resposta através de seleção e treinamento (Interlocutor: Dir. Domingo Pinto)	Dezembro 2014	ITA1 (33.3% para 2013, 50% para 2014), NA1&2 (66.6% para 2013 e 50% para 2014)

SoSS: Atividades lideradas pelo Secretário de Estado de Segurança; SoSD: Atividades lideradas pelo Secretário de Estado de Defesa.

Funções e deveres de dois assessores técnicos internacionais (ITA) e quatro assessores nacionais (NA): ITA1 - International Technical Advisor para políticas, planos e quadros jurídicos de atividades policiais além de preservar fiscalização civil para o setor marítimo e defesa; ITA2 - International Technical Advisor para políticas, planos e quadros jurídicos para Militares e defesa além de preservar fiscalização civil para o setor marítimo e defesa; NA1&2 - National Advisors para papéis e responsabilidades ligadas ao Diretorado Nacional de Proteção Civil (DNPC), Inspetorado e Inspeção SoSS e Unidade de Auditoria, políticas e planos de Segurança Nacional, Diretorado Nacional para Prevenção Comunitária de Conflitos (DNPCC), Diretorado Nacional de Segurança em Prédios Públicos (DNSEP) incl. companhia privada de segurança e Conselho Coordenador para Operações Fronteiriças (BOCC); NA3&4 - National Advisors cobrindo papéis e responsabilidades ligadas ao Instituto de Defesa Nacional (NDI) ou Autoridade Marítima Nacional.

OBJETIVOS	LÍDER / ATIVIDADE	PRAZO PARA CONCLUSÃO	DISP. PARA A TRANSFERÊNCIA
[2. contínuo]	SoSS / 2.5. Facilitar e auxiliar na capacitação do Inspetorado SoSS para fiscalização e regulamentação (Interlocutor: Sr. Anacleto)	Dezembro 2012	N/A
	SoSD / 2.6. Auxiliar na coordenação da Unidade de Inspeção e Auditoria da SoSD.	Dezembro 2013	ITA2 (20%), NA3&4 (80%)
	SoSD / 2.7. Auxiliar e facilitar o reforço do Instituto de Defesa Nacional (NDI)	Dezembro 2014	ITA2 (20% para 2013, 33.3% para 2014), NA3&4 (80% para 2013, 66.6% para 2014)
3. Fiscalização e treinamento; Construir habilidades gerais e especializadas para oficiais e equipes de instituições de segurança, com ênfase em instituições de vigilância civil	3.1. Facilitar e treinar oficiais em posições de gestão média e equipes das forças de segurança e suas instituições de fiscalização em assuntos de transparência, autoridade e responsabilidade (Interlocutor: Presidência da República e proposta do projeto UNDP BCPR)	Dezembro 2012	N/A
	3.2. Auxiliar no reforço da capacitação da Casa Militar da Presidência e seu pessoal na supervisão do setor de segurança (Interlocutor: Presidência e proposta do projeto UNDP BCPR)	Dezembro 2015	International Adviser, National Adviser. A ser discutido com UNDP, EU, Portugal e Brasil
	3.3. Assistir no aumento da capacitação dos Membros do Parlamento e equipe do Secretariado em supervisão do setor de segurança (Interlocutor: Parlamento Nacional Comitê B e proposta do projeto UNDP BCPR)	Dezembro 2012	N/A
	SoSS / 3.4. Facilitação e coordenação de treinamentos especializados para DNPCC (propostos no projeto UNDP BCPR)	Dezembro 2012	N/A
	SoSS / 3.5. Facilitação e coordenação de treinamentos especializados para DNSEP - Diretorado Nacional de Segurança de Prédios Públicos (propostos no projeto UNDP BCPR)	Dezembro 2012	N/A

ESTADO DE DIREITO, JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS

OBJETIVOS	ATIVIDADE UNMIT	PRAZO PARA CONCLUSÃO	DISP. PARA A TRANSFERÊNCIA
1. Reforçar as instituições de justiça e correções e mecanismos de transparência	1.1. Prestar suporte à Procuradoria Geral através de iniciativas para auxiliar os serviços da procuradoria nas áreas de redução de processos pendentes, inclusive esforços para aumentar a cooperação entre promotoria e polícia.	Atividade em andamento	Transferir para parceiros bilaterais que já prestam suporte ao sistema de gestão de processos, em coordenação com Instalação de Justiça e UNDP. Isso inclui suporte através de assessores bilaterais nas instituições de justiça. Implicações de custos conforme constantes no texto principal, item 'implicações de recursos'.
	1.2. Fornecer recomendações técnicas e mentoria à Comissão Anti-Corrupção e sobre um quadro jurídico coordenado para combate à corrupção. Apoio para criação de um tribunal auditor e uma country review sobre implementação da Convenção das Nações Unidas contra Corrupção (UNCAC).	Atividade em andamento	Continuarão as atividades de parceiros bilaterais, com apoio da UNDP e UNODC. Isso inclui suporte através de assessores bilaterais na ACC. A UNDP precisará de um assessor anti-corrupção para manter o apoio atual.
	1.3. Suporte para Serviço Nacional de Prisões sobre procedimentos operacionais padronizados e programação, inclusive treinamento profissionalizante e re-inserção social.	Atividade em andamento	A expectativa é de continuação do apoio da UNDP nesta área, pois já existe suporte para correções. UNDP precisará de um assessor de correções para manter o apoio atual.
	1.4. Recomendações para o Governo sobre implementação de legislação essencial, inclusive proposta de lei de justiça juvenil, Lei Contra Violência Doméstica e quadro jurídico para combate à corrupção, combinado com treinamento especializado para atores judiciais com a meta de aumentar a capacitação nacional, assim como suporte continuado para Comitê de Mulheres AATL para aumentar o número de mulheres que frequentam o Centro de Treinamento Judiciário.	Atividade em andamento	A UNICEF continuará a apoiar assuntos de justiça juvenil, inclusive reforço das leis e treinamento; SEPI (com suporte da UNFPA e UNWOMEN) deverá assumir a liderança da implementação e socialização da lei contra a violência doméstica; UNWOMEN continuará a prestar suporte técnico no âmbito de seu respectivo mandato. MOJ será responsável pela socialização da legislação essencial e campanhas de conscientização. UNDP deverá precisar de um assessor jurídico para manter o apoio já existente para implementação da lei contra violência doméstica. Outras necessidades de recursos conforme estipuladas no UNDAF.
2. Fornecer recomendações jurídicas e apoio em áreas especializadas (instituições, justiça de gênero, justiça juvenil e correções) para fortalecer as instituições de justiça e o quadro jurídico do país	2.1. Recomendações sobre questões de justiça de gênero e correções, inclusive criação e implementação de programas de reintegração social e reforço e implementação de uma estrutura jurídica para leis consuetudinárias, definindo os vínculos entre os mecanismos da justiça tradicional e o sistema formal de justiça.	Atividade em andamento	A UNICEF continuará a apoiar assuntos de justiça juvenil, inclusive reintegração social e alternativas à detenção; SEPI (com suporte da UNFPA e UNWOMEN) deverá assumir a liderança da implementação e socialização da lei contra a violência doméstica; UNDP manterá seu auxílio ao Ministério da Justiça para socialização de legislação essencial e campanhas de conscientização. UNDP continuará a apoiar o reforço da interface entre sistemas de justiça formal e consuetudinária e aumentar a capacitação dos Serviços de Correções. UNWOMEN fornecerá sensibilização de gênero e capacitação CEDAW para o setor da justiça informal. UNDP precisaria de um assessor para correções (ver 1.3) para manter o apoio já existente.

Nas atividades incluídas nos Objetivos 1, 2 e 3, o trabalho da UNMIT é feito em parceria com diversas instituições multilaterais e bilaterais. Essas instituições deverão continuar seu trabalho nessas áreas além de 2012, com potencial absorção de algumas das funções de assessoria atualmente exercidas pela UNMIT, a depender das prioridades do Governo.

OBJETIVOS	ATIVIDADE UNMIT	PRAZO PARA CONCLUSÃO	DISP. PARA A TRANSFERÊNCIA
[2. contínuo]	2.2. Auxiliar o Ministério da Justiça e SEPI na socialização da legislação essencial e conceitos básicos do sistema de justiça formal, criando e implementando campanhas de esclarecimento público no país inteiro e organizando com a sociedade civil para elevar o nível de conscientização e promover prevenção de crimes com ênfase em justiça de gênero, justiça juvenil e correções.	Atividade em andamento	A UNICEF continuará a apoiar assuntos de justiça juvenil, inclusive socialização da lei e programas de prevenção; SEPI (com suporte da UNFPA e UNWOMEN) deverá assumir a liderança da implementação e socialização da lei contra a violência doméstica; UNDP manterá seu auxílio a MOJ para socialização de legislação essencial e campanhas de conscientização; UNWOMEN continuará a fornecer suporte técnico para implementação, monitoramento e relatórios sobre a Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Mulheres e uso do Protocolo Opcional CEDAW. Outros requisitos de recursos conforme estipulados no UNDAF.
3. Facilitar a coordenação estratégica no setor de justiça, incluindo os parceiros de desenvolvimento	3.1. Apoiar coordenação estratégica através de facilitação e provisão de recomendações técnicas jurídicas e correcionais para o Grupo de Trabalho de Justiça da ONU e Fórum de Discussões Informais sobre Justiça e o Grupo de Trabalho de Prioridade Nacional para Acesso à Justiça (NP 4).	Atividade em andamento	O envolvimento ativo do Conselho de Coordenação em coordenação estratégica e desenvolvimento de políticas será crítico para um processo de transferência eficaz. O Secretariado de Planejamento, sob o Plano Estratégico do Setor de Justiça, desempenhará um papel importante; o Coordenador Residente da ONU responsável pela coordenação entre os órgãos da ONU.
4. Estabelecer um sistema de nível profissional para monitoramento e relatórios sobre direitos humanos, inclusive tratados	4.1. Prestar suporte e mentoria pela Seção de Direitos Humanos e Justiça Transicional, em colaboração com a UNDP, à Provedoria de Recursos Humanos e Justiça, inclusive nas regiões, sobre investigações, monitoria, atividades de defesa e promoção e outros, inclusive suporte específico em relação ao UPR e mecanismos para relatar andamento de entidades e tratados.	Atividade em andamento	OHCHR e UNDP se comprometeram com suporte à PDHJ até 2014.
	4.2. Fornecer recomendações e assistência técnica ao Governo (Ministério da Justiça) relativas ao UPR e mecanismos para relatar andamento de entidades e tratados.	Atividade em andamento	Primeira UPR para Timor-Leste acontecerá em 12 de outubro de 2011. Outros comunicados sobre tratados programados para 2012. Atividades irão além de 2012: suporte da UNMIT HRTJS termina em dezembro de 2012, mas será transferido para OHCHR.
	4.3. Monitorar a situação de direitos humanos e resposta às autoridades em caso de alegações de infração, através de visitas a delegacias de polícia, tribunais, prisões, hospitais, vilarejos, acompanhamento de matérias da mídia, encontros com atores da sociedade civil e entrevistas com vítimas e testemunhas. Monitoramento da situação de grupos vulneráveis inclusive detidos, juvenis, mulheres e crianças.	Atividade em andamento	Suporte UNMIT HRTJS terminará em dezembro de 2012, mas será transferido para OHCHR.

ESTADO DE DIREITO, JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS

OBJETIVOS	ATIVIDADE UNMIT	PRAZO PARA CONCLUSÃO	DISP. PARA A TRANSFERÊNCIA
5. Criar capacitação em direitos humanos em instituições nacionais	5.1. Conduzir treinamentos, sessões de discussão e reuniões para a PNTL e F-FDTL para um currículo de treinamento em direitos humanos. A inclusão de princípios de direitos humanos nos programas de treinamento da PNTL e F-FDTL deverá estar concluída até 2012.	Atividade em andamento	Suporte UNMIT HRTJS terminará em dezembro de 2012, mas será transferido para OHCHR
	5.2. Conduzir treinamentos, sessões de discussão e reuniões para o Ministério da Educação sobre integração de direitos humanos nos currículos escolares para as séries de 7 a 9.	Atividade em andamento	Suporte UNMIT HRTJS terminará em dezembro de 2012, mas será transferido para OHCHR
	5.3. Apoiar a Comissão Nacional para direitos da criança e continuar o trabalho de promoção e defesa da lei de violência doméstica e monitoramento da mesma.	Atividade em andamento	Suporte UNMIT HRTJS terminará em dezembro de 2012, mas será transferido para OHCHR. A UNICEF continuará seu apoio a essa área depois de 2012 numa capacidade de defesa e promoção e PME.
6. Lidar com a questão da impunidade por crimes passados	6.1. Continuar a monitorar e relatar o status dos casos remanescentes da crise de 2006 e recomendados para processo penal pela Comissão de Inquérito da ONU. A UNMIT Direitos Humanos canalizará suporte da OHCHR para a Promotoria com o objetivo de angariar recursos suficientes para um promotor internacional para trabalhar nesses casos.	Dezembro 2012	N/A
	6.2. Concluir todas as investigações pendentes sobre crimes graves cometidos em 1999 e fornecer treinamento intensivo sobre justiça criminal internacional para juízes, promotores e investigadores e sobre manutenção de memória e base de dados eletrônica para as equipes administrativas da promotoria.	Dezembro 2012	Caso não sejam concluídas, a OHCHR poderia apoiar as autoridades nacionais para finalizar as investigações, se assim o Governo preferir. A Promotoria Geral assumirá a custódia dos arquivos e gestão dos casos. Em caso de necessidade de treinamento sobre justiça criminal internacional, a OHCHR poderia se encarregar.
	6.3. Fornecer assistência técnica para o Parlamento para pesquisa de sensibilização e promoção na questão de Reparações e instituição de seguimento, inclusive assistência para disseminar as leis resultantes e assistência técnica e treinamento para a nova instituição. Apoio a associações de vítimas.	Atividade em andamento	Suporte UNMIT HRTJS terminará em dezembro de 2012, mas será transferido para OHCHR

GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA

OBJETIVOS	ATIVIDADE UNMIT	PRAZO PARA CONCLUSÃO	DISP. PARA A TRANSFERÊNCIA
1. Suporte eleitoral para as eleições presidenciais e parlamentares de 2012	1.1. Suporte para STAE na criação da estratégia de treinamento para as equipes eleitorais nas áreas de gestão e administração, jurídica, educação de eleitores, informações públicas, TI, participação política de mulheres, juventude e logística, em parceria com a UNDP e outros órgãos da ONU.	Concluído	N/A
	1.2. Suporte para STAE na implementação da estratégia de treinamento para as equipes eleitorais nas áreas de gestão e administração, jurídica, educação de eleitores, informações públicas, TI e logística, em parceria com a UNDP.	Até a finalização das eleições nacionais de 2012.	STAE e Universidade Nacional de Timor-Leste (UNTL) serão responsáveis pelo treinamento de suas equipes após as eleições nacionais de 2012.
	1.3. Suporte para CNE na criação e implementação da estratégia de treinamento para as equipes eleitorais nas áreas de gestão e administração, jurídica, educação cívica, informações públicas, TI e logística, em parceria com a UNDP.	Até a finalização das eleições nacionais de 2012.	CNE será responsável pelo treinamento de suas equipes após as eleições nacionais de 2012. Após 2012, CNE solicitará um certo nível de assistência internacional para esta área.
	1.4. Desenvolver a capacitação institucional do STAE através de viagens de estudo e missões de observação eleitoral organizadas e financiadas pela UNDP.	Dezembro 2012	STAE será responsável pelo treinamento de suas equipes após as eleições nacionais de 2012.
	1.5. Reforçar a capacitação institucional da CNE através de viagens de estudo e missões de observação eleitoral organizadas e financiadas pela UNDP.	Dezembro 2012	CNE será responsável pelo treinamento de suas equipes após as eleições nacionais de 2012. Depois de 2012, será solicitado um certo nível de assistência internacional pela CNE para essa questão.
	1.6. Suporte à CNE para criação e implementação de uma estratégia e plano para educação cívica, em parceria com o UNDP.	Dezembro 2012	CNE será responsável pela educação cívica após as eleições nacionais de 2012. Depois de 2012, será solicitado um certo nível de assistência internacional pela CNE para essa questão.
	1.7. Suporte ao STAE para criação e implementação de uma estratégia para educação de eleitores, em parceria com o UNDP.	Dezembro 2012	CNE será responsável pela educação de eleitores após as eleições nacionais de 2012. Depois de 2012, será solicitado um certo nível de assistência internacional pela CNE para essa questão.
	1.8. Ajudar a criar e implementar uma estratégia de fortalecimento de gênero em eleições e uma estratégia para jovens e novos eleitores (NUNV) para as eleições nacionais de 2012, organizadas pelo UNDP em parceria com a UNMIT.	Agosto 2012	SEPI, com apoio da UNWOMEN, dará continuidade ao componente de fortalecimento de gênero após 2012. O Secretário de Estado para Juventude e Esportes, com apoio da UNICEF, dará continuidade ao componente jovens após 2012.
	1.9. Assessorar o STAE em gestão e administração, operações e planejamento; quadro jurídico e legislação acessória; materiais STAE; e TI e registro de eleitores, em parceria com o UNDP.	Dezembro 2012	STAE será responsável por sua gestão, administração e planejamento depois das eleições nacionais de 2012.

O mandato atual da UNMIT inclui suporte para as eleições presidenciais e parlamentares de 2012. Após as eleições, a ONU acionará uma missão de avaliação para determinar o escopo e natureza do suporte futuro da ONU para eleições em Timor-Leste. As disposições de transferência para as atividades constantes do objetivo 1 refletem o aumento das responsabilidades das entidades de eleições nacionais (primordialmente STAE e CNE) em futuras eleições após a retirada da UNMIT.

A equipe da UNMIT de suporte às atividades 1.1 a 1.12 incluem: 1 x Assessor Operacional Eleitoral, 1 x Assessor Educação Eleitores e Informações Públicas, 1 x Assessor TI e Base de Dados de Eleitores, 1 x Assessor Logística, assim como 1 x Assessor Gestão Eleitoral, 1 x Assessor Monitoramento Eleitoral, 1 x Assessor Educação Cívica e Informações Públicas, 2 x Assessor Jurídico, 1 x Assessor TI, 13 x Oficiais Logística UNVs STAE, 13 x Oficiais Educação Eleitores UNVs STAE, 4 x Oficiais de Operações UNVs STAE, 13 x Oficiais Monitoramento Eleitoral UNVs CNE, 13 x Oficiais Logística UNVs CNE, 2 x Oficiais Educação Cívica UNVs CNE, 2 x Oficiais Operações Eleitorais UNVs CNE, 1 x Assessor Igualdade de Gênero UNV (total 62 UNVs), mais 68 x UNVs suporte eleitoral durante os 6 meses do período eleitoral (inclusive educação cívica e de eleitores, logística, monitoramento), 7 oficiais profissionais nacionais.

GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA

OBJETIVOS	ATIVIDADE UNMIT	PRAZO PARA CONCLUSÃO	DISP. PARA A TRANSFERÊNCIA
[1. contínuo]	1.10. Assessorar a CNE em gestão e administração; quadro jurídico; planejamento e operações; assistência para monitoramento eleitoral; TI; materiais CNE, em parceria com o UNDP.	Dezembro 2012	CNE será responsável por sua gestão, administração e planejamento depois das eleições nacionais de 2012. Depois de 2012, será solicitado um certo nível de assistência internacional pela CNE para essa questão.
	1.11. Assessorar e auxiliar na revisão da estrutura jurídica eleitoral, em parceria com o UNDP.	Janeiro 2012	N/A
	1.12. Suporte para a elaboração dos planos operacionais e logísticos para as eleições nacionais de 2012, em parceria com o UNDP.	Janeiro 2012	N/A
	1.13. Suporte logístico para as eleições presidenciais e parlamentares.	Até a finalização das eleições nacionais de 2012.	N/A
	1.14. Capacitação para revisões legislativas para conformidade com normas internacionais e garantir que as leis a serem adotadas até 2012 reflitam sensibilidade para questões de gênero.	Dezembro 2011	CNE e STAE serão responsáveis por um reforço maior da estrutura jurídica após 2012. UNWOMEN darão apoio à capacitação para sensibilidade em questões de gênero.
2. Responsabilidade, Transparência e Combate à Corrupção: Recomendações à Comissão Anti-Corrupção; suporte para criação de um órgão independente de auditoria, associação profissional de contadores e fiscalização de gastos estatais pela sociedade civil; recomendações sobre harmonização das funções de instituições estatais com enfoque em transparência e combate à corrupção.	2.1. Promover estabelecimento de um Tribunal de Auditoria e uma estrutura de auditoria abrangente.	Atividade em andamento	Tribunal de Auditoria de Portugal, USAID e MCC, EU, AusAid
	2.2. Promover uma estrutura institucional integrada e enfrentar o problema de duplicação institucional.	Atividade em andamento	Nenhuma parceria aparente após UNMIT.
	2.3. Auxiliar a Comissão Anti-Corrupção conforme solicitado.	Atividade em andamento	USAID e MCC
	2.4. Auxiliar no estabelecimento de profissões necessárias para transparência e responsabilidade, como por exemplo contabilidade, direito e engenharia.	Atividade em andamento	Advogados: AusAid & International Bar Association, Contadores: nenhuma parceria, Engenheiros: nenhuma parceria
	2.5. Apoio à sociedade civil para monitorar a implementação de orçamentos no nível local e conseguir mais transparência na questão de orçamentos.	Atividade em andamento	EU, Tiri, CAFOD
3. Apoio da Sociedade Civil: Promover o engajamento da sociedade civil com os legisladores e apoio para estabelecimento de mecanismos de programação e implementação de educação cívica que envolvam todas as partes interessadas em todo o país.	3.1. Recomendações para CSOs e especialmente Fórum ONG sobre mecanismos de engajamento entre Governo, Parlamento Nacional e outros órgãos estatais com vistas a um diálogo sobre políticas.	Atividade em andamento	A ser confirmado em consulta com as partes relevantes até dezembro 2011.
	3.2. Recomendações para CSOs sobre o papel das mesmas em educação cívica e suporte ao Ponto Focal Nacional de Educação Cívica (NCEFP) sobre coordenação multi-setorial para garantir provisão CE em todos os distritos através de workshops e programas nacionais e distritais.	Atividade em andamento	A ser confirmado em consulta com as partes relevantes até dezembro 2011

OBJETIVOS	ATIVIDADE UNMIT	PRAZO PARA CONCLUSÃO	DISP. PARA A TRANSFERÊNCIA
4. Cultura de Governança Democrática; monitorar, promover diálogo e garantir bom funcionamento de instituições democráticas, inclusive a sociedade civil.	4.1. Envolvimento em um diálogo periódico entre setores políticos de alto nível e outras instituições para promover uma cultura de governança democrática.	Atividade em andamento	Essa é primordialmente uma função de "bons ofícios" da Administração Sênior da ONU. A forma de continuidade dessa função irá depender da presença da ONU após a UNMIT.
	4.2. Apoio para organização de Fóruns de Governança Democrática no nível nacional, distrital, sub-distrital e outros níveis para promover um diálogo e um debate sobre questões de governança no país.	Atividade em andamento	A ONG Luta Hamutuk já desenvolveu um "concept paper" (documento de reflexão) propondo a condução de Fóruns similares aos atualmente conduzidos pela UNMIT.
	4.3. Monitorar, pesquisar e publicar análises sobre instituições de governança democrática em base periódica (publicações atuais incluem: Relatório Mensal de Governança; Relatório Mensal de Governança Local; lista de Autoridades Estatais; relatórios de governança econômica, etc.)	Atividade em andamento	A ser confirmado em consulta com partes envolvidas até Dez 2011.

DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO

OBJETIVOS	ATIVIDADE UNMIT	PRAZO PARA CONCLUSÃO	DISP. PARA A TRANSFERÊNCIA
1. Progresso na redução da pobreza e crescimento econômico sustentável e equitativo	1.1. Apoiar e fazer recomendações ao Secretariado de Prioridades Nacionais (NP) sobre organização de Reuniões Trimestrais entre Parceiros de Desenvolvimento e outros eventos de alto nível para coordenação/ diálogo estratégico sobre entidades doadoras. Assistência e capacitação do Secretariado para reuniões periódicas (trimestrais) de Grupos de Trabalho NP em áreas significativas para partes interessadas da ONU (Desenvolvimento Rural, Desenvolvimento de Recursos Humanos, Justiça). Conclusão e testes do kit de ferramentas do Secretariado NP.	UNMIT concluirá seu apoio até dezembro de 2011.	Min Finanças/ Diretorado Nacional para Eficácia de Auxílio: outra equipe profissional absorve o treinamento para cuidar das responsabilidades NP rotineiras e supervisionar equipe de apoio com eficácia. Banco Mundial/ Austrália: Continuar apoio do secretariado executivo ao Programa NP/Diretorado Eficácia de Auxílio MinFinanças (consultor internacional ou oficial nacional) até 2012/13.
	1.2. Auxiliar na operacionalização do SDP e transição suave de Programa NP para mecanismo sucessor, monitoramento baseado em resultados e estrutura de elaboração de relatórios para melhor coordenação/eficácia do auxílio prestado em um ciclo de planejamento de médio e a longo prazo.	UNMIT concluirá seu apoio até o 2o trimestre de 2012.	Agência de Desenvolvimento Nacional (Gabinete Primeiro Ministro, MinFinanças): fornecerão suporte operacional conjunto para implementar o Plano SDP através de um programa sucessor para as Prioridades Nacionais. UNDP: busca de experiência adicional em planejamento regional, análise comparativa.
	1.3. Suporte para reuniões do Comitê Diretor MDG Nacional com preparação substantiva, documentação do Secretariado MDG/ MinFinanças. Acompanhamento com eventos de sensibilização em Ministérios de linha (pelo menos um a cada seis meses); Garantir que os indicadores chave MDG sejam refletidos adequadamente no planejamento/ estabelecimento de prioridades do Governo.	Atividade em andamento	Secretariado MDG/ MinFinanças, UN RC e ONU Programas Conjuntos: promover programação amigável à MDG; patrocinar capacitação adicional em administração nacional no Secretariado MDG (equipes Admin Nacional cecida).
2. Progresso na implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento Estratégico (2011-2030)	2.1. Fornecer recomendações/ comentários ONU consolidados sobre draft SDP, a pedido do Governo (foco estratégico: políticas em prol dos pobres, emprego, crescimento econômico/investimentos e desenvolvimento setor privado).	Julho 2011	N/A
	2.2. Fornecer recomendações ao Governo para aumento de oportunidades de emprego com equilíbrio de gênero para homens e mulheres jovens (Meta: redução do desemprego entre jovens em áreas urbanas para 30% e entre jovens em áreas rurais para menos de 18%).	Atividade em andamento	ILO, Banco Mundial, Banco Asiático de Desenvolvimento: orientação coordenada para carreiras, treinamento profissionalizante e programas de mão-de-obra de curto prazo em todos os distritos.
	2.3. Suporte para promover desenvolvimento do setor privado e diversificação econômica; mais investimento externo no âmbito do quadro SDP.	Atividade em andamento	Ministério da Economia e Desenvolvimento, CCI, Associação de Empregadores, Banco Mundial, IFC, Banco Asiático de Desenvolvimento, UNDP: facilitar demais especialidades regionais comparativas na ONU (UNIDO, ESCAP).
	2.4. Suporte para formulação de políticas em prol dos pobres no âmbito do quadro SDP.	Atividade em andamento	UNDP / Seção em Prol dos Pobres: análise, relatórios e recomendações especializadas. UN RC: promover coordenação estratégica em alto nível, diálogo sobre políticas e bons ofícios.
	2.5. Suporte e recomendações ao Governo sobre políticas macro-econômicas e revisão do Orçamento Estatal.	Atividade em andamento	UNDP / Seção em Prol dos Pobres (consultoria internacional, 2 meses por ano).

APOIO À MISSÃO E LOGÍSTICA

OBJETIVOS	ATIVIDADE UNMIT	PRAZO PARA CONCLUSÃO
1. Devolução dos sites co-localização PNTL/UNPOL e identificação de necessidades subsidiárias de suporte.	1.1. Fornecer uma descrição detalhada ao Governo sobre sites atuais de co-localização (PNTL/UNPOL) que serão devolvidos ao Governo na ocasião da retirada e liquidação. Descrição incluirá uma análise dos custos de procurement, pessoal, manutenção e operações para estabelecer implicações orçamentárias (ex: manutenção de prédios, coleta de detritos e lixo, engenharia e suprimentos, etc.).	Outubro 2011
	1.2. Para concluir 1.1, auxiliar na definição mais precisa das especialidades técnicas necessárias para serviços e manutenção dos sites de co-localização. Chegar a um acordo sobre requisitos de treinamento e identificar pessoal nacional da UNMIT para aproveitamento no Governo para continuar o suporte durante o período pós-UNMIT. Prestar recomendações sobre disposições de procurement nesses locais.	Novembro 2011
	1.3. Conduzir planos de treinamento conforme acordo no item 1.1 acima	Outubro 2011
	1.4. Formular e entrar em acordo sobre a sequência da transferência dos sites de co-localização. Depende fortemente do cronograma de eleições e identificação e composição da Missão sucessora.	Mai 2012
2. Fornecer s aconselhamento e desenvolver planos de ação para continuidade de ações a cargo do Governo em outras áreas de apoio.	2.1. Identificar necessidades essenciais de suporte relativo a redes de comunicações mantidas atualmente pela UNMIT e que exigirão continuidade (satélite, microondas, rádio VHF, rádio HF), inclusive uma análise conjunta dos custos de procurement, pessoal, manutenção e operações para estabelecer possíveis implicações orçamentárias.	Outubro 2011
	2.2. Identificar necessidades essenciais de suporte relativo a transporte aéreo atualmente provido pela UNMIT e que exigirão continuidade (movimento de passageiros, movimento de carga, busca e salvamento, evacuações médicas), inclusive uma análise conjunta dos custos de procurement, pessoal, manutenção e operações para estabelecer possíveis implicações orçamentárias.	Outubro 2011
	2.3. Identificar necessidades essenciais de suporte relativo a serviços de transporte terrestre atualmente providos pela UNMIT e que exigirão continuidade, inclusive uma análise conjunta do status e custos de procurement, pessoal, manutenção e operações para estabelecer possíveis implicações orçamentárias.	Outubro 2011
	2.4. Identificar necessidades essenciais de suporte relativo a serviços de informações geográficas atualmente providos pela UNMIT e que exigirão continuidade, inclusive uma análise conjunta dos custos de procurement, pessoal, manutenção e operações para estabelecer possíveis implicações orçamentárias. O Governo está para receber um catálogo de produtos e dados sobre mapeamento UNMIT.	Outubro 2011
	2.5. Identificar necessidades essenciais de suporte relativo a serviços de tradução atualmente providos pela UNMIT (de acordo com estatísticas UNMIT) e que poderão exigir continuidade, inclusive uma análise conjunta dos custos de procurement, pessoal, manutenção e operações para estabelecer possíveis implicações orçamentárias.	Outubro 2011
	3.1. Em conjunto com representantes correspondentes do Governo e levando em conta os requisitos legislativos da ONU, identificar uma lista (por tipo e número) de patrimônio que pode ser utilizado para apoiar a continuação de disposições de suporte ao avanço de objetos relacionados ao mandato do Governo. Os itens levados em consideração para transferência têm que ser passíveis a manutenção e com vida útil adequada. Deverá haver um acordo sobre a premissa geral e o conceito de 'hand-over' (transferência de poder). Submeter uma lista à sede da ONU para consideração e subsequente decisão pela Assembleia Geral.	Setembro 2011 (acordo Lista Gov/ UNMIT)
3. Transferir ou doar ativos de propriedade da ONU para o Governo dentro das limitações dos critérios da ONU	3.2. Na conclusão do item 3.1 acima, trabalho conjunto com os correspondentes do Governo para definir e concordar com requisitos específicos de treinamento (manutenção) como apoio à transferência proposta de equipamentos, sujeito aos requisitos legislativos da ONU. Concordar com um calendário de treinamento e identificar funcionários nacionais da UNMIT para aproveitamento no âmbito do Governo que possam continuar a fornecer capacitação durante o período pós-UNMIT.	Novembro 2011
	3.3. Conduzir os treinamentos definidos e acordados no item 3.2 acima.	Mai 2012
	3.4. Com a aprovação das listas de doações e aprovação geral do PADP, trabalhar com as representantes correspondentes do Governo para concordar em termos de datas e procedimentos formais para transferência dos equipamentos.	Sujeito a requisitos legislativos para descarte de ativos da ONU constantes das resoluções da Assembleia Geral

APOIO À MISSÃO E LOGÍSTICA

OBJETIVOS	ATIVIDADE UNMIT	PRAZO PARA CONCLUSÃO
4. Preparar apoio operacional apropriado a presença da ONU em Timor-Leste após a UNMIT.	4.1. Engajar o Governo e o UNHQ para determinar os requisitos operacionais para a presença da ONU em Timor-Leste após a UNMIT.	Discussões em andamento
	4.2. Tomar providências e executar a limpeza ambiental de todos os sites ocupados pela UNMIT.	A partir de agosto 2012
	4.3. Actualizar listas de atualização fornecidas em 1.2 e 2.2 para incluir conquistas do programa de capacitação das equipes nacionais e arquivos de competências e habilidades individuais.	Outubro 2012
	4.4. Entrar em acordo com o Governo sobre as instalações a serem mantidas por uma presença da ONU depois da UNMIT, inclusive para a proposta de consolidação de atividades do sistema ONU em Obrigado Barracks em Dili e, se necessário, em centros regionais conjuntos. Preparar a programação de transferência de poder (com um pacote de instruções) e processar para transferência para outros locais só da UNMIT não cobertos no Objetivo 1.	Setembro 2012, sujeito às recomendações do Secretário Geral da ONU, aprovação do Conselho de Segurança e decisão da Assembleia Geral sobre financiamento.

TREINAMENTO PARA EQUIPES TIMORENSES

OBJECTIVES	ATIVIDADE	PRAZO PARA CONCLUSÃO	DISP. PARA A TRANSFERÊNCIA
1. Fornecer treinamento para equipes nacionais da UNMIT	1.1. Aprimorar as competências de mais de 900 funcionários nacionais da UNMIT e fornecer certificação de treinamento UNMIT (Fase I).	Dezembro 2012	N/A
	1.2. Expandir conjuntos de habilidades das equipes nacionais fazendo treinamento cruzado no âmbito da UNMIT, assim como treinamento e certificações oferecidas por provedores nacionais e internacionais (Fase II).	Dezembro 2012	N/A
	1.3. Identificar conjuntamente conjuntos de habilidades exigidos por instituições nacionais e fornecer treinamento específico para equipes UNMIT através de treinamento cruzado no âmbito da UNMIT, com aproveitamentos no país ou no exterior, quando possível (Fase III).	Dezembro 2012	N/A
	1.4. Fornecer perfis de treinamento detalhados das equipes nacionais da UNMIT para instituições nacionais.	Dezembro 2012	N/A
2. Fornecer treinamento para equipes do Governo	2.1. Fornecer cursos relevantes de treinamento UNMIT para equipes dos ministérios e secretariados do Governo, com base nas solicitações do Governo.	Dezembro 2012	N/A
3. Fornecer treinamento não-formal para equipes em instituições nacionais	3.1. Oferecer oportunidades de treinamento prático no local de trabalho para equipes do Governo, inclusive aproveitamento temporário em seções relevantes da UNMIT.	Dezembro 2012	N/A
4. Reforçar instituições nacionais de treinamento através de disposições cooperativas com a UNMIT	4.1. Trabalhar com provedores locais de treinamento para avaliar as equipes nacionais da UNMIT contra os critérios dos Certificados I e II do Quadro Nacional de Qualificações (NQF).	Dezembro 2012	N/A
	4.2. Trabalhar com SEFOPE, INAP e provedores locais de treinamento para aprimorar o NQF, especialmente os certificados III e IV para construção e automóveis.	Dezembro 2012	N/A

IMPACTO NA ECONOMIA LOCAL

OBJETIVOS	ATIVIDADE UNMIT	PRAZO PARA CONCLUSÃO	DISP. PARA A TRANSFERÊNCIA
1. Fornecer assistência para mitigar o impacto da retirada da UNMIT	1.1. Recrutar NPOs qualificados para instituições nacionais sempre que possível e apropriado	A ser decidido conjuntamente pelo Gabinete do Primeiro-Ministro e Ministério das Relações Exteriores.	A serem determinadas com base nos planos de trabalho da AND e Ministério das Relações Exteriores. Os custos dependeriam da escala de salários do Governo para consultores nacionais, variando entre US\$ 2,000 e \$3,000 por pessoa, por mês.
	1.2. A UNMIT incentivará o aproveitamento de potenciais NPOs e Equipes Gerais em missões do Departamento de Operações de Paz em outras localidades.	Com base numa pesquisa de preferências de emprego.	A serem determinadas com base na disponibilidade de funções em outras missões do DPKO.
	1.3. Identificar postos que ainda possam ser necessários durante a presença da ONU após a UNMIT.	Julho 2012	Disposições internas de acordo com a presença da ONU após a retirada da UNMIT.

3 ANEXO

RESOLUÇÃO 1969 DO CONSELHO DE SEGURANÇA

Reafirmando todas as suas resoluções e declarações anteriores sobre a situação em Timor-Leste, em particular as resoluções 1599 (2005), 1677 (2006), 1690 (2006), 1703 (2006), 1704 (2006), 1745 (2007), 1802 (2008), 1867 (2009) e 1912 (2010),

Acolhendo o relatório do Secretário-Geral, de 25 de janeiro de 2011 (S/2011/32),

Reafirmando seu pleno compromisso para com a soberania, independência, integridade territorial e unidade nacional de Timor-Leste e para com a promoção da estabilidade a longo prazo no país,

Tomando nota da estabilidade geral alcançada por meio de novas melhorias na situação política e da segurança, e acolhendo o compromisso sólido da liderança e outras partes interessadas de Timor-Leste em fomentar o diálogo nacional e a participação pacífica e inclusiva nos processos democráticos, e seus esforços ininterruptos de promover a continuidade da paz, estabilidade e união,

Acolhendo os esforços do governo de promover cooperação e diálogo entre as autoridades nacionais e locais, inclusive por meio das consultas realizadas em dezembro de 2010, sobre os planos governamentais de desenvolvimento para 2011, e encorajando esforços adicionais nesse sentido,

Acolhendo também os esforços da liderança política de Timor-Leste em criar oportunidades para que todos os partidos políticos possam fazer contribuições a questões de interesse nacional, conforme demonstrado pela conclusão da conferência do Diálogo de Consenso Nacional para a Verdade, Justiça e Reconciliação, realizado em outubro de 2010,

Reafirmando a necessidade de que se respeite a independência do poder judiciário, destacando a necessidade de agir contra a impunidade, reconhecendo, nesse sentido, as sérias restrições de recursos do poder judicial, encorajando a liderança de Timor-Leste a continuar seus esforços para estabelecer a responsabilização por sérias infrações penais, inclusive as cometidas durante a crise de 2006, como recomendado pela Comissão Especial Independente de Inquérito,

Acolhendo o início, em setembro de 2010, das deliberações por parte do Parlamento Nacional de Timor-Leste sobre o projeto de legislação relativa a indenizações e ao estabelecimento de instituições subsequentes para a Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação e a Comissão de Verdade e Amizade, de acordo com a Resolução do Parlamento de Timor-Leste, adotada em 14 de dezembro de 2009, e encorajando progressos adicionais na finalização dessa legislação,

Acolhendo o progresso feito na capacitação dos setores judiciário e correcional, o que resultou em acesso intensificado à justiça, reduções no volume de processos criminais pendentes e melhoria na infra-estrutura de prisões, assim como promulgação de legislações importantes, como o Código Criminal e a Lei contra Violência Doméstica,

Reconhecendo as medidas tomadas pelo governo de Timor-

Leste para reforçar ainda mais a efetividade e capacidade institucional da Comissão Anticorrupção do Funcionalismo Público e para consolidar o amplo apoio a medidas anticorrupção, e enfatizando a importâncias de leis, instituições, mecanismos e normas eficazes relativas à transparência, responsabilização e eficiência da Administração Pública para a estabilidade e o desenvolvimento do país a longo prazo,

Acolhendo o início do mecanismo de implementação e planejamento de transição articulado em conjunto, inclusive a primeira reunião do Comitê de Alto Nível para a Transição e o acordo sobre o estabelecimento de sete grupos de trabalho técnicos conjuntos, e destacando a importância de esse processo proceder de uma forma que apóie as prioridades e preocupações nacionais,

Acolhendo o progresso adicional rumo à retomada completa das responsabilidades de policiamento básico pela Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL),

Reafirmando a necessidade de implementar integralmente o "Acordo sobre a Restauração e Manutenção da Segurança Pública em Timor-Leste e Assistência à Reforma, Reestruturação e Reconstrução da PNTL e do Ministério do Interior", concluído entre o Governo de Timor-Leste e a UNMIT em 1º de dezembro de 2006, e expressando preocupação com a certificação, pelo Governo de Timor-Leste, de 52 oficiais da PNTL que enfrentam sérias acusações criminais e disciplinares,

Notando a necessidade contínua de apoio ao adicional desenvolvimento institucional e capacitação da PNTL, particularmente durante a transferência de técnicas para lidar com as demandas existentes, após a retomada das responsabilidades de policiamento em todos os distritos e unidades,

Expressando o seu apoio completo ao papel das forças internacionais de segurança assistindo o Governo de Timor-Leste e a UNMIT na manutenção da lei e da estabilidade, em atendimento aos pedidos do Governo de Timor-Leste,

Acolhendo o progresso do Governo de Timor-Leste em alcançar um sólido crescimento econômico e desenvolvimento socioeconômico, inclusive reduções no percentual da população vivendo em condições de pobreza e a melhoria dos indicadores de desenvolvimento humano, embora reconhecendo os desafios restantes na conquista de crescimento sustentável e inclusivo, particularmente por meio da promoção do desenvolvimento rural, do setor privado e da geração de empregos, sobretudo para os jovens, e com a regulamentação da titularidade e das escrituras de terras e propriedades,

Acolhendo também o compromisso e as ações do Governo de Timor-Leste para promover os objetivos da Resolução 1325 (2000) do Conselho de Segurança, inclusive medidas tomadas para proteger mulheres e meninas contra a violência baseada em gênero, sobretudo as relacionadas à implementação da nova Lei Contra Violência Doméstica, e o trabalho das Unidades de Pessoas Vulneráveis da PNTL, além de outras medidas relativas à situação de mulheres e meninas,

Notando os esforços do Governo de Timor-Leste para finalizar o Plano de Desenvolvimento Estratégico Nacional para o período de 2011 a 2030, e destacando a necessidade de dar continuidade a tais esforços,

Recordando que, embora Timor-Leste tenha visto progresso em muitos aspectos de seu desenvolvimento político, econômico e social, assim como no desenvolvimento de recursos humanos e no estabelecimento de instituições, o país ainda enfrenta muitos desafios em áreas relacionadas aos fatores subjacentes da crise de 2006 e necessita da assistência contínua de parceiros multilaterais e bilaterais a fim de concretizar plenamente o seu potencial para crescimento sustentável e imparcial,

Reconhecendo a contribuição feita por Timor-Leste na demonstração da importância crítica do estabelecimento de instituições durante a consolidação da paz pós-conflito,

Destacando a importância para a estabilidade a longo prazo de Timor-Leste de assegurar um processo eleitoral com transparência, credibilidade e paz em 2012,

Destacando ainda a importância de promover a compreensão contínua, e o respeito, pelos freios e contrapesos dentre as instituições centrais do Estado,

Acolhendo os esforços contínuos do Governo timorense em preparar-se para a reintegração plena das Pessoas Deslocadas Internamente (PDIs) em suas comunidades e na sociedade timorense,

Reconhecendo o papel importante que a UNMIT continua a desempenhar na promoção da paz, da estabilidade e do desenvolvimento em Timor-Leste, e expressando sua apreciação pelos esforços da UNMIT e da Equipe das Nações Unidas no País, sob a liderança do Representante Especial do Secretário-Geral (SRSG),

1. Decide estender o mandato da UNMIT, com seu nível militar atualmente autorizado, até 26 de fevereiro de 2012;

2. Insta todos os partidos em Timor-Leste, sobretudo os líderes políticos, a continuar a trabalhar juntos, a participar do diálogo político e consolidar a paz, a democracia, o estado de direito, o desenvolvimento socioeconômico sustentável, o avanço da proteção dos direitos humanos e a reconciliação nacional no país, e reafirma o seu pleno apoio aos esforços contínuos do SRSG para lidar com essenciais questões políticas e de segurança que o país enfrenta, inclusive o reforço de uma cultura de governança democrática por meio de processos inclusivos e colaborativos;

3. Solicita à UNMIT que providencie o apoio necessário, no âmbito de seu mandato atual, para a preparação das eleições parlamentares e presidenciais de 2012, conforme solicitado pelo Governo de Timor-Leste, e de acordo com as recomendações da missão de avaliação eleitoral planejada, e encoraja a comunidade internacional a prestar assistência nesse processo;

4. Reafirma a importância de o Governo de Timor-Leste dar continuidade à revisão e reforma do setor de segurança em Timor-Leste, sobretudo a necessidade de definir e delimitar as funções e responsabilidades das Falintil-Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL) e da PNTL, de reforçar os marcos jurídicos, e de reforçar os mecanismos civis de fiscalização e de prestação de contas de ambas as instituições de segurança, e solicita à UNMIT que continue a apoiar o Governo de Timor-Leste, mediante solicitação, nesses esforços no país;

5. Enfatiza a importância de tomar todas as medidas necessárias para garantir a credibilidade e integridade da PNTL, inclusive a resolução de quaisquer acusações criminais e disciplinares pendentes feitas contra oficiais da PNTL;

6. Encoraja esforços adicionais para concluir a retomada das responsabilidades de policiamento básico pela PNTL em todos os distritos e unidades, com base nos critérios mutuamente acordados pelo Governo de Timor-Leste e pela UNMIT, inclusive por meio de medidas conjuntamente acordadas para aperfeiçoar a capacidade institucional da PNTL nos distritos e unidades restantes;

7. Endossa a reconfiguração do componente policial da UNMIT para dar conta da evolução na natureza do seu papel e função em Timor-Leste e o plano da redução de seus efetivos, de acordo com os desejos do Governo de Timor-Leste, das condições no terreno e após a conclusão exitosa do processo eleitoral de 2012, conforme recomendado no parágrafo 61 do relatório do Secretário-Geral (S/2011/32);

8. Solicita à UNMIT que continue a proporcionar interinamente a aplicação da lei e assegurar a manutenção da segurança pública nos distritos e unidades nos quais a PNTL ainda não tenha retomado suas responsabilidades de policiamento básico, a proporcionar apoio operacional à PNTL, no âmbito de seu mandato atual, conforme mutuamente acordado entre o Governo de Timor-Leste e a UNMIT;

9. Solicita à UNMIT que apóie a capacitação e o desenvolvimento institucional adicional da PNTL após sua retomada das responsabilidades de policiamento básico em todos os distritos e unidades, inclusive por meio da disponibilização imediata de 19 peritos civis adicionais em seu componente policial, conforme mencionado no relatório do Secretário-Geral, expressa apoio ao serviço realizado pelo grupo de trabalho conjunto de policiamento da PNTL e UNMIT ao desenvolver um plano para o apoio de mais capacitação para a PNTL, concentrada nas cinco áreas principais para seu desenvolvimento adicional, as quais foram identificadas no Plano de Desenvolvimento Estratégico da PNTL para 2011-12, e enfatiza o papel significativo a ser desempenhado por outros parceiros multilaterais e bilaterais nessa tarefa e a importância de promover a liderança timorense;

10. Realça a necessidade de atualização regular do conceito de operações e das regras de empenhamento, como seja necessário, e de estes estarem em plena conformidade com as disposições desta Resolução;

11. Reafirma a importância dos esforços atuais para conquistar responsabilização e justiça, expressa seu apoio ao trabalho da UNMIT na assistência ao Governo de Timor-Leste nesse sentido, no âmbito de seu mandato, assim como as iniciativas para reforçar o Gabinete do Provedor de Direitos Humanos e Justiça, e sublinha a importância da implementação, pelo Governo de Timor-Leste, das recomendações do relatório de 2006 da Comissão Especial de Inquérito das Nações Unidas (S/2006/822), inclusive os parágrafos 225 ao 228 do relatório;

12. Sublinha a importância de uma abordagem coordenada quanto à reforma do setor da justiça, considerando as recomendações da Avaliação Independente e Abrangente de Necessidades e por meio da implementação do Plano Estratégico para o Setor da Justiça do Governo de Timor-Leste, e a necessidade constante de aumentar a apropriação timorense e de reforçar a capacidade nacional em funções de linha judicial, inclusive a formação e especialização de advogados e juizes nacionais, e enfatiza a necessidade de apoio prolongado da comunidade internacional à capacitação e ao reforço das instituições nesse setor, com base nos eventos positivos recentes, tais como o Código Criminal e a Lei Contra Violência Doméstica;

13. Solicita à UNMIT que continue com seus esforços, ajustando-os como seja necessário, para aprimorar a eficácia do poder judiciário, por meio da assistência ao Governo de Timor-Leste em conduzir os procedimentos recomendados pela Comissão de Inquérito;

14. Insta a UNMIT a continuar a apoiar o Governo de Timor-Leste nos seus esforços para coordenar a cooperação dos doadores em áreas de capacitação institucional;

15. Reconhece a importância dos planos de desenvolvimento elaborados pelo Governo de Timor-Leste, sobretudo a atenção dada à infra-estrutura, ao desenvolvimento rural e à capacitação de recursos humanos e, nesse sentido, insta a UNMIT a continuar a cooperar e a manter a coordenação com as agências, fundos e programas das Nações Unidas, assim como com todos os parceiros relevantes, para apoiar o Governo de Timor-Leste e as instituições relevantes na elaboração de políticas de redução da pobreza, na melhoria da educação, na promoção de meios de subsistência sustentáveis e de políticas de crescimento econômico;

16. Encoraja o Governo de Timor-Leste a reforçar as perspectivas de consolidação da paz em áreas tais como do emprego e do empoderamento, com especial ênfase nas zonas rurais e na juventude, bem como no desenvolvimento socioeconômico local, sobretudo no setor agrícola;

17. Solicita à UNMIT que leve plenamente em conta as questões de gênero, como enunciadas nas resoluções do Conselho de Segurança 1325 (2000), 1820 (2008), 1888 (2009) e 1889 (2009), como uma questão transversal a todo o seu mandato, destacando a importância de reforçar a sensibilidade do setor da segurança às necessidades específicas das mulheres, e reafirma suas resoluções 1674 (2006) e 1894 (2009) sobre a proteção de civis e 1502 (2003) sobre a proteção de pessoal humanitário e de funcionários das Nações Unidas;

18. Solicita ao Secretário-Geral que continue a tomar as medidas necessárias para assegurar o pleno cumprimento, pela UNMIT, da política de tolerância zero das Nações Unidas frente à exploração e aos abusos sexuais, e que mantenha o Conselho informado, e insta os países a contribuir com tropas militares e policiais, tomem medidas preventivas apropriadas e garantam total responsabilização nos casos de tal conduta envolvendo o seu pessoal;

19. Solicita também ao Secretário-Geral que mantenha o Conselho de Segurança regularmente informado acerca dos eventos no terreno e da implementação desta Resolução, e que apresente ao Conselho de Segurança, no mais tardar entre 15 de outubro de 2011 e 26 de janeiro de 2012, um relatório que inclua uma atualização relativa ao Comitê de Alto Nível de Transição e ao progresso no que se refere às tarefas vitais que ainda terão de ser concretizadas após a eleição, e sobre o planejamento referente à presença das Nações Unidas em Timor-Leste depois da eleições de 2012;

20. Reafirma a importância da estratégia de médio prazo e dos parâmetros de referência para medir e monitorar os progressos em Timor-Leste e avaliar o nível e a forma do apoio das Nações Unidas e de cooperação com o Governo de Timor-Leste, mantendo os parâmetros de referência sob análise ativa, e sublinha a importância da apropriação da estratégia pelos líderes e pelo povo de Timor-Leste nesse processo;

21. Encoraja o Governo de Timor-Leste, a UNMIT, a Equipe das Nações Unidas no País e outros intervenientes relevantes, inclusive na estrutura do Comitê de Alto Nível de Transição, a continuar a intensificar a discussão contínua sobre estratégias e modalidades para a transição e preparação para futuras mudanças na natureza e no âmbito da presença das Nações Unidas no terreno após a UNMIT;

22. Decide continuar a ocupar-se da questão.

DISPOSIÇÕES PÓS-UNMIT

Em 25 de novembro de 2011, no contexto da segunda reunião do Comitê Superior para Transição, o Governo de Timor-Leste solicitou à UNMIT que apresentasse opções sobre a forma do envolvimento da ONU no país após a retirada da UNMIT, baseada na experiência de outros países. Esta nota é um resumo das reflexões sobre esse assunto até a data presente e delinea, de maneira breve, três possíveis modelos para o envolvimento da ONU. A finalidade dessas informações é servir de tema de reflexão para futuras discussões entre o Governo de Timor-Leste e as Nações Unidas sobre esse tópico.

Para garantir que qualquer envolvimento futuro da ONU em Timor-Leste proporcione o melhor apoio possível ao Governo e outras instituições nacionais, as discussões sobre a forma e composição do mesmo devem refletir antes de mais nada o número e escopo das tarefas que os parceiros gostariam de ver a ONU desempenhar em Timor-Leste além de 2012. O Plano Conjunto de Transição proporciona um quadro útil para a identificação da natureza e escopo dessas tarefas nas sete áreas enfatizadas no plano. Os mecanismos montados para o planejamento conjunto da transição permitem que o Governo e os parceiros da ONU em cada um dos temas decidam quais são as atividades necessárias além de dezembro de 2012 que poderiam continuar a ser desempenhadas pelo sistema ONU, seja por um órgão já presente no país ou por outra entidade da ONU que venha a estabelecer presença após a retirada da UNMIT. A UNMIT também desempenha funções que se situam fora do escopo do Plano Conjunto de Transição, como por exemplo "bons ofícios" e trabalho com a mídia. Os aspectos dessas funções poderiam também alimentar a discussão sobre a configuração do envolvimento futuro da ONU.

OPÇÕES DE MODELOS PARA ENVOLVIMENTO

Modelo A: Escritório político chefiado por um Representante do Secretário-Geral, com um UNCT separado, chefiado por um Coordenador Residente

Sob esse arranjo, o oficial sênior da ONU no país é um Representante do Secretário-Geral da ONU (RSG), geralmente designado no nível de Secretário-Geral Assistente, que desempenha um papel político e de bons ofícios. O RSG geralmente presta contas ao Conselho de Segurança da ONU através do Departamento de Assuntos Político da ONU e do Secretário-Geral. O Country Team da ONU (UNCT) ¹, liderado pelo Coordenador Residente (que também seria o Representante Residente da UNDP), é separado do escritório político chefiado pelo RSG.

A existência de um escritório político paralelo à estrutura de Coordenador Residente refletiria o reconhecimento da comunidade internacional sobre a importância do envolvimento com Timor-Leste e garantiria a visibilidade da liderança timorense em relação à comunidade internacional. Um escritório político da ONU teria o potencial de desempenhar um papel facilitador e diplomático durante um período planejado de tempo, conforme a necessidade e sujeito a solicitações,

indicando, ao mesmo tempo, que o suporte da ONU está mudando em direção a modalidades padronizadas de auxílio ao desenvolvimento.

Modelo B: Escritório Integrado da ONU chefiado por um Representante Executivo do Secretário-Geral, que também serve como Coordenador Residente

Esse modelo combina o papel político da ONU com aquele do UNCT, sob a liderança de um Representante Executivo do Secretário-Geral (ERSG), que também serve como Coordenador Residente e chefe do Country Team da ONU. O ERSG prestaria contas ao Conselho de Segurança da ONU através do Departamento de Assuntos Político e do Secretário-Geral sobre assuntos políticos e ao Chefe do Grupo de Desenvolvimento da ONU para assuntos relacionados ao UNCT. O ERSG provavelmente seria designado ao nível do Secretário-Geral Assistente. A base racional deste modelo integrado é que os processos políticos, segurança, estabilidade e desenvolvimento são processos estreitamente inter-relacionados e dinâmicos. Uma das vantagens do modelo é que ele ajuda a minimizar o risco de dispersão e duplicação de funções e ajuda a maximizar o uso dos recursos. Para reduzir a carga de trabalho do ERSG/RC, uma variante do modelo poderia ser um ERSG Adjunto servindo de RC, o que seria similar em estrutura ao arranjo atual de liderança da UNMIT.

Modelo C: Escritório de Coordenador Residente da ONU

Este é um modelo padronizado para operações da ONU na maioria dos países onde a ONU apóia programas de desenvolvimento. Neste modelo, os vários órgãos, fundos e programas da ONU presentes no país colaboram dentro do mesmo grupo do UNCT, chefiado por um RC, cujo posto provavelmente seria ao nível de Diretor. O RC é designado pelo Secretário-Geral e gerido pela UNDP em nome do Grupo de Desenvolvimento da ONU. Considerando que o UNCT se concentra em desenvolvimento sócio-econômico a longo prazo, o papel do RC é coordenar o suporte internacional e a programação da ONU e servir como oficial mais sênior da ONU no país. Esta pessoa normalmente não exerce funções políticas. Se julgado necessário ou a pedido, e se houver disponibilidade de contribuições de doadores, uma variante deste modelo poderia incluir um escritório político pequeno, subordinado ao escritório do RC, para fornecer assessoria consultoria ao RC. Sob esse arranjo, a dimensão total da presença da ONU seria provavelmente menor do que nos modelos A e B e quase inteiramente dependente de contribuições voluntárias.

Modelo D: Missão Política sob medida para as necessidades específicas de Timor-Leste

O Governo já manifestou seu interesse num quadro pós-UNMIT que seja específico para as necessidades de Timor-Leste, especialmente uma missão política, integrada ou não, que atenda à necessidade de constituir Timor-Leste como país que protege e consolida os valores da democracia, da transparência e dos direitos humanos. É importante que a presença pós-UNMIT promova a noção de liderança, tanto local quanto nacional, em nome do Estado e em prol do país.

1 O UN Country Team reúne os órgãos, fundos e programas da ONU presentes em um país. Nesse contexto, "presentes" pode significar através de um escritório estabelecido ou em termos de execução de projetos.

IMPLICAÇÕES DE RECURSOS

É difícil identificar a extensão exata das necessidades de recursos para poder continuar e desenvolver o trabalho da UNMIT neste estágio, mas é útil lembrar do trabalho coordenado dos órgãos e programas da ONU que são parte do Quadro de Assistência ao Desenvolvimento (UNDAF) para 2009-2013. O UNDAF serve de processo consultivo, incluindo monitoramento, sobre como os parceiros da ONU podem

responder de maneira mais eficaz possível às prioridades e necessidades nacionais de Timor-Leste. Uma vez retirada a UNMIT e conforme consta do Plano Conjunto de Transição, muitos dos órgãos da ONU assumirão atividades da UNMIT. É provável que estes assim o façam no contexto do UNDAF e torna-se importante, portanto, ressaltar a lacuna de recursos remanescente, de US\$ 137 milhões, para a implementação do UNDAF durante 2011-2013 .

POLÍTICA DA UNMIT PARA CAPACITAÇÃO NACIONAL

INTRODUCTION

The building of the capacity of national staff represents a major component of the mandate of UNMIT from now to the end of the Mission. Supervisors are required to help ensure that their National Staff take advantage of the opportunities made available by the Mission, the UN, and outside of the UN, and ensure that all their National Staff have individual development programmes. All involved in this programme are encouraged to take a broad and creative approach to enhancing the capacity of national staff.

OBJECTIVES

To develop the capacity of national staff at UNMIT:

1. In order to transfer to them responsibilities performed by international staff, contractors, and UNVs during the final years of the Mission;
2. To optimize their employment opportunities when the mission no longer needs their services;
3. To enable them to make a positive contribution to the development of their country;
4. To provide them with opportunities within the UN system, and contribute to the geographical diversity of UN staff;
5. To fulfil the promise of the UNMIT mandate in "making maximum use of assistance in post conflict peacebuilding and capacity-building".

RESPONSIBILITIES

The **IMTC** (Integrated Mission Training Centre) is responsible for:

1. Compiling an UNMIT Training Prospectus containing training courses and workshops to be delivered both within and out of the Mission during the performance management year;
2. Identifying pathways to certification, both internal and external, whereby the successful completion of a cluster of specified courses and workshops can lead to the provision of internal certification (meta-certification) and/or access to external certification opportunities;
3. Keeping the national staff informed of available training opportunities and responding to needs communicated by national staff through the development and maintenance of a network of National Staff Training Focal Points with Section Training Focal Points representing each Section and District Training Focal Points representing each District;
4. Developing and maintaining the National Staff Capacity Development Plan;
5. Ensuring that all the necessary training and development programmes are in place in accordance with agreed plans;

6. Monitoring of the development programmes;
7. Reporting to the Task Force compliance and progress;
8. Management of the training budget and ensuring that sufficient attention is paid to a comprehensive range of national staff training opportunities during formulation of the annual Mission training budget.

Supervisors

Supervisors are responsible for:

1. Working with identified National Staff Training Focal Points in their respective Sections and Districts;
2. Ensuring that all national staff accountable to them have an annual development programme commencing 1 April each year, stating objectives and the training activities for the year. Staff development programmes should use the UNMIT Training Prospectus and any other source that can contribute to the development objectives of the staff member. It should be noted that any activities with financial implications will need the approval of the IMTC before being included in the final programme;
3. Facilitating the attendance of national staff under their supervision at development activities;
4. Ensuring that national staff normally attend at least their minimum entitlement of 48 hours training during the performance management year;
5. Providing quarterly progress reports to the Pillar Heads;
6. Succession Planning i.e. targeted localization of international posts, including in April each year identifying posts to be localized.

Pillar Heads

Pillar heads are responsible:

1. For ensuring that supervisors have in place development programmes for all their national staff;
2. Reviewing the progress of the national capacity building programmes in their Pillars.

Task Force

The Task Force should meet as necessary but at least quarterly and should:

1. Review and endorse policies, strategies and plans; b) Review progress in implementation of the plans and make recommendations to facilitate and improve implementation;
2. Review Mission training budgets and make recommendations to the Budget Steering Committee.

CAPACITY BUILDING OPPORTUNITIES

Capacity building opportunities to be offered to National Staff, include, but should not be limited to:

1. Certification Programme: Internal and External;
2. Skills training: i) Language training, particularly English and Tetum; ii) Communication Skills; iii) Basic Office and Management Skills; iv) Computer Skills;
3. Mentoring and Coaching;
4. Professional development e.g. translation/interpretation;
5. Technical and Vocational skills;
6. Placement;
7. TDY to other UN Missions;
8. Time off to attend external educational institutions including university and postgraduate courses;
9. Internal, External and Courses away from the Mission area;
10. Self Study programmes;
11. Cross training job exchanges);
12. Online training.

POLICIES

Minimum time for training

Staff should have a minimum of 6 days training per year, being equivalent to 48 hours.

Time off from work

The following guidelines should be applied:

1. For UN provided training conducted during normal working hours, fully paid time off work will be permitted;
2. For UN arranged training conducted by partners that the UNMIT has a formal arrangement with, fully paid time off work will be permitted if the training is conducted during normal working hours;
3. For all other training Compensatory Time Off, or Leave Without Pay should be used to facilitate the time off needed for training;
4. Exceptions to the above can be considered. To ensure a consistent approach throughout the Mission, exceptions will need to be justified to the Pillar Head and approved by the CAS.

Content of Capacity Building Programmes

Programmes approved by supervisors should be realistic and take into account the current education levels and performance of staff.

Attendance

Attendance records will be taken into account when consider-

ing staff eligibility for participation in these programmes.

TDY

The mission will actively seek out opportunities with other missions to place national staff on TDY. The mission will seek reciprocal arrangements to ensure that cover is provided wherever possible.

The Pillar head should consider any recommendation for a staff member to go on TDY mindful of the current performance level of the staff member demonstrating sufficient competence for the proposed assignment.

PLANNING AND BUDGETING

IMTC is responsible for preparing an annual plan and budget and notwithstanding the ultimate authority of the CMS, for endorsement by the Task Force. The plans and budget will be reviewed quarterly by the Task Force

UN POLICY REFERENCES

- DPKO/DFS Training Policy
- GA Resolution 59/296
- ST/SGBI2009/9: Learning and Development Policy
- Report of the Working Group on National Staff Issues, Sept 2007 (para 4.1)
- Code Cable: Nationalization of Functions Performed by International Staff

Ameerah Haq

Special Representative of the Secretary General
8 March 2010

SIGLAS

AATL	Timor-Leste Bar Association	INAP	National Institute of Public Administration
AC	Audit Court	ISF	United Nations Integrated Strategic Framework for Timor-Leste 2011 - 2012
ACC	Anti-Corruption Commission	ITA	International Technical Advisor
AND	National Development Agency	JDP	Joint Development Plan
ASEAN	Association of South-East Asian Nations	JET	Joint Evaluation Team
AUSAID	Australian Government Overseas Aid Programme	JSP	Justice System Programme (UNDP)
BCPR	Bureau for Crisis Prevention and Recovery (UNDP)	JSSP	Justice Sector Strategic Plan 2011-2030
BOCC	Border Operations Coordination Council	MCC	Millennium Challenge Corporation
CAVR	Commission for Truth, Reception and Reconciliation	MDG	Millennium Development Goal
CCI	Chamber of Commerce and Industry	MLG	Military Liaison Group (UNMIT)
CEDAW	Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women	MOJ	Ministry of Justice
CMS	Chief Mission Support (UNMIT)	MSATM	Ministry of State Administration and Territorial Management
CNE	National Electoral Commission	NA	National Advisor
CPIO	Communication and Public Information Office (UNMIT)	NDI	National Defence Institute
CPL	Civil Protection Law	NMA	National Maritime Authority
CSC	Civil Service Commission	NOC	National Operations Centre
CSO	Civil Society Organisation	NP	National Priority
CTF	Truth and Friendship Commission	NPO	National Professional Officer
DFS	Department of Field Support	NQF	National Qualifications Framework
DGSU	Democratic Governance Support Unit (UNMIT)	NSAP	National Security Action Plan
DNPC	National Directorate for Civil Protection	NSCBP	National Staff Capacity-Building Project
DNPCC	National Directorate for Community Conflict Prevention	NSP	National Security Policy
DNSEP	National Directorate for Public Buildings Security	OHCHR	Office of the High Commissioner for Human Rights
DPKO	Department of Peacekeeping Operations	PADP	Preliminary Asset Disposal Plan
EC	European Commission	PCC	Police-Contributing Country
ERSG	Executive Representative of the Secretary-General	PDHJ	Provedoria for Human Rights and Justice
ESCAP	United Nations Economic and Social Commission for Asia and the Pacific	PNTL	Timor-Leste National Police
EU	European Union	PSC	Private Security Company
FAO	Food and Agriculture Organisation of the United Nations	PTC	Police Training Centre
FDP	Force Development Plan	RBB	Results-Based Budget
F-FDTL	Timor-Leste National Defence Force	RC	Resident Coordinator
FPU	Formed Police Unit	RSG	Representative of the Secretary-General
GDP	Gross Domestic Product	SCIT	Serious Crimes Investigation Team (UNMIT)
GS	General Staff	SDP	Strategic Development Plan
HLC	High-Level Committee on Transition	SEFOPE	Secretariat of State of Professional Training and Employment
HRTJS	Human Rights and Transitional Justice Section (UNMIT)	SEPI	Secretariat of State for the Promotion of Equality
ICNA	Independent Comprehensive Needs Assessment	SGBV	Sexual and Gender-Based Violence
ICU	International Compact Unit (UNMIT)	SoSD	Secretariat of State for Defence
IFC	International Finance Corporation	SoSS	Secretariat of State for Security
IFI	International Financial Institution	SPU	Special Police Unit
ILO	International Labour Organisation	SRSg	Special Representative of the Secretary-General
IOM	International Organisation for Migration	SSR	Security Sector Reform
		SSSU	Security Sector Support Unit (UNMIT)
		STAE	Technical Secretariat for Electoral Administration
		TLPDP	Timor-Leste Police Development Programme

UN	United Nations	UNIDO	United Nations Industrial Development Organisation
UNCAC	United Nations Convention Against Corruption	UNMIT	United Nations Integrated Mission in Timor-Leste
UNCT	United Nations Country Team	UNODC	United Nations Office on Drugs and Crime
UNDAF	United Nations Development Assistance Framework	UNPOL	United Nations Police
UNDP	United Nations Development Programme	UPR	Universal Periodic Review
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization	USAID	United States Agency for International Development
UNFPA	United Nations Population Fund	WFP	World Food Programme
UNHQ	United Nations Headquarters	WHO	World Health Organisation
UNICEF	United Nations Children's Fund		

